

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

MICHELLI COUTINHO DEVENS

**AÇÕES PREVENTIVAS AO USO INDEVIDO DE DROGAS E A
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA
2013

MICHELLI COUTINHO DEVENS

**AÇÕES PREVENTIVAS AO USO INDEVIDO DE DROGAS E A
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física da Universidade Federal do Espírito, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Física, na área de concentração sócio-cultural.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Liana Abrão Romera.

VITÓRIA
2013

MICHELLI COUTINHO DEVENS

**AÇÕES PREVENTIVAS AO USO INDEVIDO DE DROGAS E A
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Física, na área de concentração sócio-cultural.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Liana Abrão Romera
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Raul Aragão Martins
Universidade Estadual Paulista

Prof^a. Dr. Sandra Della Fontes
Universidade Federal do Espírito Santo

Dedico este trabalho a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que este sonho fosse concretizado. Não seria justo citar nominalmente cada um, pois de certo acabaria sendo injusta com alguém. Contudo, um dia um grande mestre disse para que - acreditasse que se EU QUERO! EU POSSO! EU CONSIGO! E desde então, nada tem sido grande demais, difícil demais, distante demais que eu não possa lutar para conseguir. Se for clichê, pois que seja, o importante é que mesmo com todas as dificuldades e limitações enfrentadas, me sinto sempre motivada a tentar. Então, entre tantas realizações, a ele dedico esta.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

A todos meus mestres que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Aos meus familiares que me deram suporte nos momentos de angústia e compartilharam das minhas alegrias nos momentos de realizações.

A minha orientadora, à professora Dr^a Liana Romera, pelo incentivo, apoio e confiança.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo, pelas oportunidades oferecidas na construção de meus conhecimentos.

Ao coordenador do Programa de Pós-graduação, o professor Dr. Otávio Tavares, que sempre se mostrou bastante prestativo e solícito as minhas ponderações, bem como sensível as minhas dificuldades e limitações.

Aos meus colegas de Mestrado, em especial ao Flávio (baiano), a Janaína (Jana), ao Marcel (“arrocha”), a Juliana (jú), ao Fabiano (gaúcho), ao Dirceu (Dirça), ao Gabriel (Gabis), a Débora (Debis), a Heloísa (Helô) e finalmente, a Verônica (Vê) pelas conversas, pelas risadas, pelas trocas, pelo apoio e pelo exemplo...

Ao meu esposo Reinaldo Sabadi por me incentivar e por ter me proporcionado um sentido a mais para viver...

E a este grande ser que cresce em meu ventre – meu filho
Lucas! Pessoa que amo e que acredito ser meu maior presente
de Deus.

RESUMO

Este estudo apresenta a delimitação do problema no contexto das ações de caráter preventivo ao uso indevido de drogas no âmbito educacional do estado do Espírito Santo. A intenção deste trabalho foi responder à seguinte pergunta: Como se apresenta a atuação da Secretaria de Educação do estado do Espírito Santo - SEDU frente à questão da prevenção ao consumo abusivo de drogas? O objetivo central do estudo foi – conhecer e analisar as ações preventivas ao uso indevido de drogas fomentadas pela SEDU. De uma forma mais específica, buscou-se identificar como a SEDU atua como elemento multiplicador de ações preventivas na rede. A pesquisa apresenta caráter qualitativo de abordagens exploratória e descritiva. Quanto aos procedimentos metodológicos, o trabalho desenvolveu-se a partir da combinação de: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a pesquisa de campo. As técnicas para a coleta de dados foram a entrevista semi-estruturada e a análise documental. A análise dos dados foi desenvolvida a partir da análise de conteúdo. O ator social envolvido foi um representante que falou em nome da secretaria de educação do estado. Concluiu-se que não há ações de cunho preventivo em relação às drogas junto às escolas desse estado e que, apesar de toda a demanda social que a temática apresenta, o que se evidencia é que muito ainda tem a ser feito no setor educacional da rede estadual de ensino. Os resultados aqui apontados demonstram a necessidade de uma nova postura dos governantes, da escola e, por conseguinte, da família frente às políticas públicas de prevenção às drogas.

Palavras chave: Prevenção. Políticas Públicas. Escola. Drogas.

ABSTRACT

This study presents the delimitation of the problem in the context of the preventive actions to the drug abuse in the educational scope of the Espírito Santo State. The intention of this study was to answer to the following question: How is the performance of the Education Department of the Espírito Santo State – SEDU related to the prevention against the abusive consumption of drugs? The main objective of this study was – to know and analyze the preventive actions from SEDU against the drug abuse. In more specific way, sought itself how SEDU acts as a multiplier element of preventive actions in the educational network. The research presents qualitative exploratory feature and descriptive approach. Regarding the methodological procedures, this study was developed from a combination of: bibliographic research, documentary research and educational field research. The techniques for data collection were the semi-structured interview and the documentary analysis. The data analysis was developed from the content analysis. The social actor involved was a representative that spoke in name of the Education Department of the Espírito Santo State. It was concluded that there are no preventive nature actions related to the drugs together with the schools of this State and that, despite all the social demand that the issue represents, what is evident is that much still has to be done in the education sector of the State network. The results highlighted here demonstrate the need for a new attitude of the politicians, the school and, therefore, the family front to the public policies of prevention against drugs.

Key words: Prevention. School. Drugs.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. REVISÃO TEÓRICA.....	18
2.1 Prevenção ao uso de drogas: um diálogo com a Política Nacional sobre Drogas.....	18
2.1.1 Políticas Públicas.....	23
2.1.2 A Política Nacional sobre Drogas – PNAD.....	25
2.1.3 A Política Nacional sobre Drogas e a prevenção.....	29
2.2 A questão do uso de drogas na atualidade e suas consequências diretas e indiretas.....	37
2.2.1 Motivações ao uso de drogas.....	57
3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	65
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	68
4.1 Primeiros contatos.....	68
4.2 A falta de iniciativas da SEDU sobre a prevenção do uso abusivo de drogas.....	69
4.3 A construção do novo Currículo Básico Comum.....	70
4.4 O que antes era trabalhado sobre forma de projeto passa a ser tratado na escola dentro das disciplinas.....	72
4.5 O caráter pontual das ações relativas à prevenção.....	76
4.6 O programa Escola Aberta.....	77
4.7 O programa Escola Aberta e as possibilidades de Prevenção do uso abusivo de drogas.....	83
4.8 O programa Família Presente na Educação.....	90
4.9 A família e o seu papel na prevenção do consumo abusivo de drogas.....	92
4.10 Uma educação baseada na valorização da vida.....	95

4.11 A Lei nº 11.343 e a relação escola prevenção.....	99
4.12 O programa Saúde e Prevenção na Escola.....	104
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
6. REFERÊNCIAS.....	113
7. APÊNDICES.....	124
7.1 Apêndice A.....	124
7.2 Apêndice B.....	126
7.3 Apêndice C.....	127

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2004), o uso de drogas é um dos 20 maiores fatores de risco para a saúde em todo o mundo e está associado tanto aos índices de suicídio quanto ao aumento do risco de outras doenças, tais como o HIV/AIDS, hepatite, tuberculose e doenças cardiovasculares, sendo, em muitas regiões, o uso de drogas injetáveis a principal via de transmissão do HIV e da hepatite.

Conforme Textos Básicos do Ministério da Saúde (BRASIL, 2003) e relatórios divulgados pelo OBID – Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (2001, 2004, 2005, 2009 e 2010) existe uma tendência mundial que aponta para o uso cada vez mais precoce de substâncias psicoativas, incluindo neste o álcool, sendo que tal uso também ocorre de forma cada vez mais pesada.

Além dos problemas já mencionados, que de fato geram uma situação delicada e de abordagens multifacetadas, muitos outros ainda podem ser relacionados a esta problemática, tais como: aumento de gastos públicos e particulares com tratamentos ambulatoriais, aumento dos homicídios e suicídios, aumento da violência doméstica, aumento da criminalidade (roubos, assaltos, estupros, tráfico), aumento de transtornos mentais e comportamentais, dos problemas sociais de modo geral.

É claro que não se pode atribuir todos os desdobramentos da violência e de outras mazelas sociais ao consumo de drogas, entretanto, não se pode perder de vista que este apresenta contribuições significativas para estatísticas referentes à violência e criminalidade.

É comum em informações veiculadas pela mídia um caráter alarmista em relação às drogas ilícitas associando-as a violência e criminalidade, mas também é preciso refletir que esta mesma mídia divulga e faz apologia ao consumo de uma droga lícita que oferece danos à sociedade como será apresentado mais adiante.

É sensível a esta realidade que esta pesquisa se direciona. Na tentativa de imergir em questões no âmbito da prevenção ao uso e abuso de drogas, pois é preciso agir de maneira coerente, especialmente justificada pela demanda social que estes

indicativos apontam. São necessárias ações integradas e de responsabilidades compartilhadas entre Educação, Saúde, Conselho Tutelar, setores do trabalho, da cultura, da assistência social e da família, por exemplo.

Para Noto & Galduróz (1999) falta uma integração maior dos órgãos governamentais que costumam agir isoladamente na maioria das vezes e dificilmente conseguem colocar em prática as propostas decorrentes de estudos e debates sobre a questão da droga. Além disso, as propostas acabam se desarticulando devido a mudanças de governo, ou acabam substituídas sem uma real avaliação dos impactos a respeito desta medida.

Deste modo, setores sociais devem integrar uma política que abarque a questão das drogas sobre diferentes perspectivas. Esta medida não esgotaria todas as necessidades que o contexto da drogadição apresenta, mas possivelmente seria um caminho mais sólido para o tratamento do mesmo. Se os setores de segurança pública, saúde, assistência social, trabalho, educação dialogassem sobre as problemáticas decorrentes do consumo abusivo de drogas, as ações e os programas fruto destas discussões abrangeriam diferentes extratos da sociedade, o que possivelmente subsidiaria melhores ações.

Assim, esta pesquisa, cujo tema é a prevenção ao consumo abusivo de drogas, apresenta a delimitação do problema no contexto das ações de caráter preventivo ao uso indevido de drogas no âmbito educacional do estado do Espírito Santo. A intenção deste trabalho é responder a seguinte pergunta: Como se apresenta a atuação da Secretaria de Educação do estado do Espírito Santo - SEDU frente à questão da prevenção do consumo abusivo de drogas? O objetivo central deste estudo é – conhecer e analisar as ações preventivas ao uso indevido de drogas fomentadas pela SEDU. De uma forma mais específica, busca-se identificar o modo como a SEDU tem se apresentado como agente multiplicador de ações preventivas na rede educacional.

Analisar as políticas, programas e ações fomentados na prevenção ao consumo de drogas são amplamente justificáveis à medida que tais análises forneçam subsídios para uma compreensão da ação desenvolvida, ampliando a visão sobre diferentes fatores, que por vezes, podem ser imperceptíveis aos olhos de quem está inserido

no contexto. Entende-se que quando o ator social percebe os arranjos em seu cenário ele está um pouco mais capacitado a se manifestar, apresentar sugestões e sentir-se pertencido àquela obra. Portanto, ampliar discussões sobre problemas que incidem diretamente no cotidiano das pessoas é uma forma de apresentar um ponto de partida e, principalmente, a aproximação dos personagens envolvidos.

Nesta perspectiva, o âmbito educacional foi escolhido por apresentar grande possibilidade de atuação em ações preventivas sobre o consumo abusivo de drogas. A escola pode garantir a abertura de diferentes canais para os alunos e professores manifestarem suas inquietações, angústias, pontos de vista em relação ao enfrentamento destes problemas, além de garantir que estes atores recebam informações corretas e distanciadas dos ranços preconceituosos que permeiam o assunto.

Como afirma Aquino (1998, p: 97):

[...] independentemente do papel pontual que se pode atribuir às ações dos agentes escolares, não é possível passar ao largo das demandas sociais que o contexto sócio-histórico infringe a intervenção escolar, uma vez que se referem a problemas sociais urgentes na maioria das vezes, os quais condicionam indiretamente a eficácia da intervenção pedagógica. O caso do uso/abuso das drogas psicoativas é exemplar neste sentido!

Como pode ser observado em estudo realizado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - CEBRID sobre o uso indevido de drogas por estudantes (n = 2.730) dos antigos 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras (GALDURÓZ et. al., 1997), em que se revelou um percentual altíssimo de adolescentes que já haviam feito uso de álcool na vida: 74,1%. Quanto ao uso frequente para a mesma amostra, chegou-se a 14,7%. O estudo constatou que 19,5% dos estudantes faltavam à escola após beber e que 11,5% brigaram sob o efeito do álcool.

A questão da droga e toda gama de problemas a ela relacionados apresentam relevância inquestionável na busca de percepções fidedignas a toda sua complexidade, enfaticamente neste caso, na perspectiva da prevenção.

Mas o que difere uma ação preventiva de uma ação punitiva? Quais são as posturas que professores devem assumir ao defrontar uma situação de drogadição do aluno? Quais as ações que podem proteger do uso? Verifique que essas entre tantas

questões passam, por vezes, despercebidas de reflexões mais sistematizadas. Nestas interrogativas residem apontamentos que podem ser redimensionados na tentativa de discutir, debater, sensibilizar e conscientizar sobre o uso e abuso de drogas e a partir desta análise mais próxima possibilitar maiores reflexões sobre as ações.

A análise a partir da Secretaria de Educação do estado do Espírito Santo - como mentora de ações de prevenção ao consumo de drogas - esta baseada em alguns pressupostos apresentados por Tozzi & Bouer (1998), o qual afirma que prevenção também se ensina. Este autor aponta que a prevenção deve ser intitulada como uma política de governo e uma política da escola e apresenta algumas colocações

[...] a escola é o lugar onde o aluno passa boa parte da sua vida. E essa é a fase mais rica para a aprendizagem, para mudança de posturas, atitudes e comportamentos; [...] a escola, em relação às drogas, pode ser um espaço para discussão e possibilidades e o convívio do grupo; [...] os princípios e valores norteadores devem ser transparentes e universais e discutidos pelo conjunto da comunidade: pais, educadores e alunos [...] (TOZZI & BOUER, 1998, p: 109-110).

Como Tozzi & Bouer (1998), também se defende aqui a preocupação com políticas de estado e ações pedagógicas que estimulem reflexões entre governo, escola e sociedade, quanto ao uso de drogas.

Importante lembrar que o Espírito Santo vem assistindo a uma considerável escalada dos índices de criminalidade e violência. No Mapa da Violência (2010, 2011 e 2012), Vitória passou da terceira colocação entre as capitais mais violentas do Brasil para a segunda colocação em 2011, ficando atrás apenas de Recife – PE.

O mais recente Mapa da Violência (2012), do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, divulgado pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso), baseado em dados colhidos pelo Ministério da Saúde, apresenta um panorama da evolução da violência voltada às crianças e adolescentes nas três décadas decorridas desde 2010, quando morreram 608.492 crianças e adolescentes por causas externas (violências e acidentes), consideradas evitáveis tanto pela Organização Mundial da Saúde, quanto pelo Ministério da Saúde.

Não obstante estas questões, Aquino (1998) salienta que a grande clientela-alvo para o consumo abusivo de drogas tem sido principalmente a juventude, em

decorrência, a escola por apresentar um dos espaços concretos na vivência dos jovens, se vê confrontada com essa realidade.

As questões das drogas apresentam aspectos multifacetados e não caberia apenas uma discussão na esfera educacional para responder a tantos desafios impostos pelo consumo abusivo de substâncias. Como foi abordado anteriormente são necessárias políticas integradas em diferentes setores sociais, tais como políticas e ações compartilhadas desde as necessidades mais básicas quanto alimentação e moradia até o direito ao esporte e lazer.

A interpretação das ações de prevenção ao uso e abuso de drogas não se dá isoladamente. É preciso compreender quais são as contradições, as causas, os aspectos históricos que engendram a temática e quais são os novos aspectos relacionados ao seu consumo abusivo. Isto posto fica claro que um recorte não daria conta de explicar todo o contexto. Nesta lógica é esperado que o presente estudo provoque inquietações que possam ser aprofundadas por outros pesquisadores, pois há muito ainda que se explorar neste campo. Defende-se com isto que a ciência deve seguir buscando respostas para os problemas sociais não pela simples observação dos fenômenos, mas pelas relações que os sujeitos e os objetos apresentam entre si, de forma que os estudos exploratórios forneçam um retrato da realidade vivida, possibilitando ações mais elaboradas e abrangentes.

Para tanto, esta pesquisa apresenta caráter qualitativo de abordagens exploratória e descritiva. Quanto aos procedimentos metodológicos, o trabalho desenvolveu-se a partir da combinação de: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a pesquisa de campo. As técnicas para a coleta de dados foram a entrevista semi-estruturada e a análise documental. A análise dos dados foi desenvolvida a partir da análise de conteúdo.

Conforme orientação de Chizzotti (2006), esse tipo de pesquisa além de interferir nas formas de vida das pessoas, nas histórias de lutas, nas relações sociais e nas memórias, também entende que as atividades desenvolvidas pelos atores sociais constituem experimentos de emancipação e de mudança de uma dada situação por meio de grupos que dialogam.

Para orientação no processo de análise, toma-se por base Bardin (2002, p.38) como referência principal, com a análise de conteúdo, no qual ela afirma ser “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Este esmiuçar possibilitará uma reconstrução de significados que apresentam uma compreensão mais aprofundada do fenômeno estudado, de forma que o pesquisador possa apreender a visão dos sujeitos do estudo em análise.

No primeiro capítulo é apresentado o conceito de políticas e políticas públicas e os modos de desenvolvimento da atual Política Nacional sobre Drogas. Este tipo de diálogo é importante, pois é na Política Nacional sobre Drogas que estão baseados os pressupostos da Prevenção do uso indevido de drogas, em que conforme esta política, é o meio de intervenção mais eficaz.

O texto está baseado em Norbert Elias e Marx Weber para elucidar alguns aspectos que permeiam as relações indivíduo/sociedade, principalmente no aspecto do processo civilizador, que para Elias (1993) se constitui como uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica, mesmo que estas mudanças não tenham sido intencionais ou planejadas. Elias analisa a história dos costumes, concentrando-se nas mudanças das regras sociais e no modo como o indivíduo as percebia modificando comportamentos e sentimentos. Assim, ele constata que desde a sociedade guerreira até os dias atuais, os indivíduos foram lentamente modelados pela vida social, e a espontaneidade deu lugar a regras de conduta (hábitos), inclusive na vida privada.

Ainda no primeiro capítulo, buscam-se também em Bobbio e Heidmann discussões sobre política, e para o último autor, especificamente, sobre política pública. Heidmann (2009, p: 23) aborda sobre os sonhos de progresso e desenvolvimento alimentados pela humanidade. Ele informa que até as duas décadas iniciais do século XX o Estado não influenciava a economia, não existindo políticas públicas para regular as ações econômicas. O papel do Estado era a administração da Justiça, a diplomacia, e incipientemente a educação. Entretanto, Heidmann (2009, p: 20) afirma que quando este sistema falhou, o Estado passou a regular a economia, e o desenvolvimento foi então alavancado por um mercado politicamente regulado, ou seja, pela “iniciativa conjunta do Estado e do mercado [...]”. Desta forma,

o Estado passou a intervir com: a) ação reguladora (leis para as iniciativas econômicas); b) participação direta na economia (administração de empresas estatais). Surgem assim as políticas governamentais, chamadas atualmente de políticas públicas.

O capítulo é finalizado com as orientações gerais e as diretrizes da prevenção contida na Política Nacional sobre Drogas. Com a intenção de instigar os leitores, e não de apresentar respostas conclusivas a questões de tamanha complexidade, finaliza-se a abordagem com a seguinte pergunta: qual é a legitimidade da Política Nacional sobre Drogas?

No segundo capítulo são apresentadas considerações sobre a questão do consumo de drogas com enfoque principal em dados recentes divulgados no Brasil. Também é apresentada uma reordenação do pensamento em direção a algumas reflexões que consideram a multiplicidade de fatores envolvidos nesta questão. Trazer este tema para discussões acadêmicas ainda não é uma tarefa tão simples, mesmo que o consumo de drogas esteja presente nos entrelaçamentos familiares, nas páginas dos jornais, no arredor e interior das escolas.

É preciso reconhecer os desdobramentos que o consumo abusivo de drogas tem proporcionado à sociedade, bem como debruçar sobre as possibilidades de enfrentamento de questões como estas, entendendo o usuário como indivíduo dotado de direitos.

O capítulo 3 constrói a descrição da construção metodológica deste estudo, assim como os caminhos percorridos para a coleta de dados.

O último capítulo é constituído pela apresentação e discussão dos dados obtidos a partir da análise do conteúdo da entrevista. Junto com os achados ocorre uma reflexão do atual quadro de prevenção do consumo de drogas no setor educacional do estado.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 Prevenção ao uso de drogas: um diálogo com a Política Nacional sobre Drogas

O conceito de política, assim como as atribuições que lhes são referidas, irá variar de acordo com as apropriações apresentadas por diferentes autores. Este movimento é compreensível pela dinâmica que a sociedade apresenta, pois, ao passo que a humanidade vai desenvolvendo mecanismos mais complexos de inter-relações a compreensão destas relações também é modificada.

Elias (1993, p: 54) aponta que o controle das emoções, dos impulsos e das paixões é o que vai direcionar uma nova forma de conduta, a qual está relacionada com “o entrelaçamento e interdependência das pessoas”. O sociólogo defende sua tese baseado em aspectos das relações sociais, por meio dos costumes dos homens na vida cotidiana ao longo da História, bem como a formação dos Estados nacionais. Segundo Elias, estes aspectos não podem ser compreendidos como independentes.

Este processo para Elias (1993, p: 193-4), enquanto desenvolvimento do indivíduo, “constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica”, mesmo que estas mudanças não tenham sido intencionais ou planejadas, não implicam uma “mera sequência de mudanças caóticas”. A partir da análise dos diversos tópicos levantados, ele mostra que as mudanças nos costumes não ocorrem aleatoriamente, mas seguem uma direção: um aumento no sentimento de vergonha e repugnância, em concomitância com maior tendência a esconder, nos bastidores da vida social, aquilo que as causa. O autor aponta a relação existente entre a dinâmica psicológica e a dinâmica social (explicitada nas noções de refinamento e civilização), ou, de forma a enfatizar um dos conceitos mais importantes desenvolvidos por ele, a relação entre a dinâmica social e a estrutura da personalidade.

O termo *habitus*, normalmente associado à Bourdieu (1989), é também utilizado por Elias, referindo-se tanto ao *habitus* individual quanto ao social – o último constituindo o terreno no qual crescem as características pessoais e significando basicamente

“segunda natureza” ou “saber social incorporado” (DUNNING E MENNELL, 1997, p 9).

Elias analisa a história dos costumes, concentrando-se nas mudanças das regras sociais e no modo como o indivíduo a percebia modificando comportamentos e sentimentos. Ele constata que desde a sociedade guerreira até os dias atuais, os indivíduos foram lentamente modelados pela vida social, e a espontaneidade deu lugar a regras de conduta (hábitos), inclusive na vida privada.

Sobre as mudanças nos costumes e na educação da Idade Média à Contemporânea, Elias exemplifica com as mudanças de atitude nas relações entre os sexos:

O sentimento de vergonha que cerca as relações sexuais humanas tem aumentado e mudado muito no processo de civilização. Isto se manifesta com especial clareza na dificuldade experimentada por adultos, nos estágios mais recentes de civilização, em falar com crianças sobre essas relações. Hoje, porém, esta dificuldade parece quase natural. Afigura-se que, por razões quase biológicas, a criança nada sabe sobre as relações entre os sexos e que é tarefa extremamente delicada e difícil esclarecer a meninas e meninos em crescimento o que está acontecendo com eles e o que acontece em volta. A extensão em que esta situação, muito longe de ser evidente por si mesma, constitui mais um resultado do processo civilizatório, só é entendida se observarmos o comportamento das pessoas em um estágio diferente de desenvolvimento (ELIAS, 1994, p. 169-170).

O sentimento de vergonha foi aprendido pela sociedade, e hoje se acredita ser natural, mas segundo o autor, esse sentimento foi ensinado e construído nas relações sociais. Principiando pela análise das transformações dos costumes, o autor evidencia que as mudanças não ocorrem de forma aleatória, mas de acordo com um sentido pré-determinado, relacionando ao aumento do sentimento de vergonha e repugnância, em virtude das novas noções de refinamento e civilização. Na medida em que os indivíduos que formam a sociedade são educados, hábitos indesejados são suprimidos por aqueles mais polidos, cortesês e educados.

Esta introdução ao pensamento de Elias é importante à medida que este autor considera que a fixação do autocontrole se dá em função de vários fatores, entre os quais “a monopolização da força física”, a “estabilidade dos órgãos centrais da sociedade” e a “crescente divisão entre vida pública e vida privada”, transformando também a estrutura da personalidade. (ELIAS, 1993, p: 197)

O monopólio da força física refere-se a uma relação observada não só em Elias para tratar de sociedade. Elias se aproxima da teoria Weberiana em relação ao monopólio da força física, quando Weber defende que “o Estado é uma associação que pretende o monopólio do uso legítimo da violência, e que não pode ser definido de outra forma” (WEBER, 1979, p: 250). A esse conceito, Elias adiciona a questão do monopólio da arrecadação dos impostos.

Importante esclarecer que na obra “Introdução à sociologia”, Elias deixa evidente que não concorda com a teoria de Marx Weber sobre a “racionalização burocrática” como melhor forma de organização da sociedade moderna. “Para ele a burocracia no contexto atual somente é mais racionalizado se comparado com as formas de organização das sociedades precedentes” (BRANDÃO, ano, p: 12). Mas, como neste momento a intenção é elucidar um pouco mais sobre algumas apropriações do conceito de política, considera-se que Weber, bem como Elias, apresentam pontuações importantes sobre esta temática.

Weber (1979) afirma que o Estado tem como característica política o uso da coação física. Assim, todo Estado se funda na força. Desta forma, o Estado é o único que tem o direito legítimo sobre o uso da força (o Estado consiste em uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência). A partir desta premissa, política para Weber seria o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados ou no interior de um único Estado.

Tomando a questão do poder para entender política, Weber (1979) desenvolve uma teoria dos diferentes tipos de dominação. Esta dominação está ligada ao fato do homem se submeter a um determinado mandato. Desta forma, ele apresenta três diferentes tipos de dominação que vão se distinguir de acordo com o seu caráter e as diferenças que fundamentam sua legalidade. Têm-se então a dominação legal, a dominação tradicional e a dominação carismática.

De modo sucinto, a dominação legal seria a que está fundamentada na lei, em que a obediência está de acordo na vigência e aceitação da validade das normas. Aqui o dominado obedece às regras, as normas e não a uma pessoa em si. Por outro lado a dominação tradicional se dá pela “crença” (na legitimidade) de quem dá a ordem.

Nesse caso, o ordenamento é fixado pela tradição e sua violação seria um afronto a legitimidade da autoridade, enquanto que, na dominação carismática, os dominados obedecem a uma pessoa em virtude do seu carisma, ou seja, das suas qualidades pessoais de convencimento.

Assim, é possível conferir que os autores dialogam quando o tema em debate é a utilização do poder físico ou simbólico, ou seja, as relações sociais integradas no campo das interdependências, sejam, a partir do entendimento do “processo civilizador” de Elias ou da “racionalização burocrática” de Weber, demonstram que os indivíduos se apropriam de diferentes formas de poder para firmar ou direcionar transformações sociais, mesmo que estas ocorram de modo inconsciente.

Outro autor importante para esclarecer sobre política é Bobbio (1998, p: 954). Quando envolvido especificamente com o termo, Bobbio afirma que “o significado clássico e moderno de política é derivado do adjetivo originado de *pólis* (*politikós*)”. Ao passo que o sentido etimológico fica em plano de fundo, política nestes termos vai significar “tudo que se refere à cidade e, conseqüentemente, ao que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social [...]”.

Em termos gerais, pode-se esperar que a interação ‘cidade e indivíduo’ que Bobbio defende é o mesmo que apresenta suas objetivações em prol das interdependências de um sistema que define qual é a função e o papel de quem, inclusive a do Estado, ou seja, o conceito de política é também para este autor voltado para as relações e interdependências sociais.

É possível observar no ato de ordenar ou proibir algo as interações acontecendo de maneira bastante evidente, por exemplo, o exercício de um domínio exclusivo sobre um determinado território, o ato de legislar através de normas válidas, o redimensionamento dos recursos de um setor da sociedade para outro, estas ações estão integradas tanto para o direcionamento da vida pública quanto da vida privada.

Retomando a questão do poder, Bobbio (1998, p: 955) ressalta em seu texto que este está relacionado com o domínio do homem sobre a própria natureza e/ou do domínio dos homens sobre os outros homens. Neste último caso, o poder pode ser definido como uma relação entre dois sujeitos, em que um impõe ao outro seus interesses, suas vontades e lhe determina o seu comportamento.

Deste modo, é possível observar que na ação política do homem há uma relação intrínseca com o poder que lhe permite alcançar justamente uma vantagem ou os efeitos desejados seja sobre a natureza ou sobre os outros indivíduos.

Bobbio, assim como Weber, apresenta algumas tipologias de poder. A classificação adotada Bobbio está baseada “nos meios de que se serve o sujeito ativo da relação para determinar o comportamento do sujeito passivo” (BOBBIO, 1998, p: 955). Com isto ele vai denominar três amplas formas de poder: o poder econômico, o poder ideológico e o poder político.

Sobre o poder econômico, de modo específico, é possível inferir que este é o que se vale da posse de certos bens, tendo em vista que se necessário, ou considerados como tais, numa situação adversa o poder econômico poderia induzir aos que não o possuem, a manter um determinado comportamento, inclusive como um dos fatores colaboradores na realização de um trabalho.

Nesta relação de poder os detentores da posse e dos meios de produção exercem uma fonte de poder em relação àqueles que não as têm, em outras palavras, àqueles que possuem uma situação econômica mais favorável são capazes de determinar o comportamento de quem se encontra em condições de penúria, mediante a promessa e concessão de vantagens.

Quanto ao poder ideológico, este se baseia na influência que as ideias que a pessoa investida de autoridade exerce sobre a conduta das demais, ou seja, fundamenta-se sobre as ideias formadas de certa maneira ou emitidas em certas circunstâncias por pessoa revestida de autoridade. Possivelmente, este seja o poder exercido pelos intelectuais e cientistas ou todos aqueles identificados como referência para os diferentes tipos de papéis e grupos sociais, por exemplo.

E finalmente o poder político. Este último é subsidiado pela posse dos instrumentos dos quais se exerça a força física; é o poder de coagir no sentido literal da palavra. A possibilidade de recorrer à força distingue o poder político das outras formas de poder. Isso não significa que ele seja exercido pelo uso da força, mas a possibilidade do uso é condição necessária, mesmo que não suficiente para a existência do poder político. A característica mais notável é que, o poder político,

detém a exclusividade do uso da força em relação à totalidade dos grupos sob sua influência.

No poder político há três características: a exclusividade, universalidade e a inclusividade. Exclusividade porque não permite a organização de uma força concorrente. Como por exemplo, grupos armados independentes; universalidade, devido à capacidade de se tomar decisões para toda a coletividade; e por último a inclusividade, a possibilidade de intervir, de modo imperativo, em todas as esferas possíveis de atividades de membros do grupo e de encaminhar tais atividades aos fins desejados ou de desviá-las de um fim não desejado.

Até o momento é coerente considerar que alguns elementos já podem ser apropriados para a compreensão do conceito de política. A palavra política é originária do grego pólis (politikós) que se refere ao que é urbano, civil, público, enfim, ao que é da cidade - da pólis. Além disto, política está indissociável das relações de interdependência dos sujeitos e dos diferentes tipos de poder exercido, pois política se apresenta como uma práxis humana, e mais, uma prática relacionada ao exercício do poder.

Após estas considerações sobre o campo da política, pode-se verificar que mesmo a despeito de diferentes perspectivas, esta ação humana esteve inserida em torno da questão do controle social por meio do poder.

2.1.1 Políticas públicas

Um autor que traz contribuições bastante consideráveis para o entendimento de política pública é Francisco G. Heidemann (2009). A sua obra, “Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise”, juntamente com José Francisco Salm, no capítulo que trata do “sonho do progresso às políticas de desenvolvimento”, Heidmann (2009, p: 23) aborda os sonhos de progresso e desenvolvimento alimentados pela humanidade.

Ele informa que até as duas décadas iniciais do século XX o Estado não influenciava a economia, não existindo políticas públicas para regular as ações econômicas. O

papel do Estado estava restrito à administração da Justiça, diplomacia, e incipientemente à educação.

Contudo, Heidmamn (2009, p: 20) afirma que quando este sistema falhou, o Estado passou a regular a economia, e o desenvolvimento foi então alavancado por um mercado politicamente regulado, ou seja, pela “iniciativa conjunta do Estado e do mercado” [...].

Desta forma, o Estado passou a intervir com: a) ação reguladora (leis para as iniciativas econômicas); b) participação direta na economia (administração de empresas estatais) e surgiram assim, as políticas governamentais, chamadas atualmente de políticas públicas.

Nesta obra Heidemamn aponta que na operacionalização por meio de políticas públicas as decisões devem surgir em conjunto pelos atores sociais. Segundo Heidmamn (2009) as políticas públicas devem ser elaboradas, implementadas e avaliadas para que cumpram sua função de promover o bem público.

Em se tratando de termos político-administrativos, o desenvolvimento de uma sociedade é fruto das decisões formuladas e implementadas pelos governos dos Estados em conjunto com as demais forças vivas da sociedade, sobretudo com as chamadas forças de mercado.

Pensando estritamente no conceito de política pública Heidmamn faz algumas colocações, tais como o conceito de políticas públicas interligado a “decisões e ações de governo e de outros atores sociais [...]” (HEIDEMANN, 2009, p. 28). Assim, tem-se que para Heidmamn políticas públicas correspondem ao “resultado de decisões formuladas e implementadas pelos governos dos Estados nacionais, subnacionais e supranacionais, em conjunto com as demais forças vivas da sociedade, sobretudo as forças de mercado”. (VIEIRA, 2009, p: 4)

Heidmamn (2009) sugere um ciclo conceitual de políticas públicas em quatro etapas: formulação das decisões políticas, implementação (ações), verificação do grau de satisfação das demandas (prestação de contas) e avaliação dos resultados.

Com relação à etapa de formulação, “em grande parte as decisões ocorrem em contextos organizacionais, pois o entendimento adequado da estratégia

organizacional implica que a organização seja um instrumento a serviço da sociedade.” (HEIDEMANN, 2009, p. 34). Para a etapa correspondente à implementação, o autor traz que sem ação não há política pública. Porém, esta etapa não tem muitos estudos, pois ingenuamente, pensava-se que as decisões políticas teriam impacto imediato. A etapa de verificação do grau de satisfação das demandas corresponde à prestação de contas dos gestores públicos. Os pesquisadores de avaliação (sistemas de avaliação) fornecem informações para os tomadores de decisão. “Essa relação de mútua dependência entre o conselho deliberativo e a pesquisa de avaliação ainda tem um vasto campo de crescimento a percorrer.” (HEIDEMANN, 2009, p. 38).

As contribuições deste autor são bastante pertinentes para a compreensão dos papéis e ações dos atores sociais, principalmente no aspecto da administração pública.

2.1.2 A Política Nacional sobre Drogas – PNAD

Os aumentos crescentes do consumo abusivo de drogas e dos elevados custos sociais decorrentes desta prática exigiram das autoridades governamentais brasileiras não só mecanismos de repressão e restrição ao narcotráfico, prática mais usual até então, como também medidas educativas que estimulassem nos indivíduos a não iniciação ao uso, ou ao menos o retardamento, bem como do tratamento e da reinserção social.

Em junho de 1998, na cidade de Nova York, durante a XX Assembléia Geral Especial das Nações Unidas, foram discutidos os princípios da redução da demanda de drogas e da responsabilidade compartilhada. Como resultado desta Assembléia, no caso do Brasil, pôde ser verificado, neste mesmo ano, a criação da Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD, vinculada diretamente ao Gabinete de Segurança Nacional Antidrogas, para a criação da Política Nacional Antidrogas – PNAD. (DUARTE & BRANCO, 2009)

Contudo, somente após o II Fórum Nacional Antidrogas no ano de 2001 é que a PNAD foi elaborada. Em 26 de agosto de 2002, por meio do Decreto nº 4.345, a Política Nacional Antidrogas foi, por fim, instituída.

Com o intuito de articular, coordenar e integrar ações intersetoriais das autoridades governamentais na área da redução da demanda de drogas, a SENAD desenvolveu, em 2004, um processo para o realinhamento da PNAD vigente, baseando-se em dados epidemiológicos mais atualizados, com maior fundamentação científica e com a participação da sociedade. Tornando-a então uma política pública de acordo com os preceitos do HEIDEMANN (2009).

Desta forma, o presidente em exercício da época, Luiz Inácio Lula da Silva (BRASIL, 2008), assinou que:

Consciente de seu papel de articuladora das políticas públicas sobre drogas, a SENAD promoveu e facilitou o processo para o realinhamento da nossa Política sobre Drogas. Toda a sociedade foi convidada a participar, discutir e opinar sobre os capítulos da política, e, como era esperado, respondeu participando ativamente de todo o processo de realinhamento da política – o que nos mostra que, muito mais que parceiros, governo e sociedade são co-responsáveis pelo trabalho da redução da demanda de drogas em nosso país. Para este fim, uma série de oito eventos foi realizada, sendo estes: um Seminário Internacional de Políticas Públicas sobre Drogas, seis fóruns regionais e o Fórum Nacional sobre Drogas. (DUARTE & BRANCO, 2009)

Assim, é possível inferir que a SENAD, órgão responsável por coordenar e integrar as ações do governo relativas à redução da demanda de drogas desenvolveu um amplo processo democrático de participação governamental e popular, para o realinhamento da política vigente desde 2001. (BRASIL, 2008)

Para tanto, as decisões relativas à política nacional sobre drogas surgiram em conjunto com diversos atores sociais, sendo estes: representantes do governo federal - como os Ministérios da Saúde, Educação, Justiça, Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ciência e Tecnologia e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, dos governos estaduais, municipais e do distrito Federal, da comunidade científica, das organizações não governamentais, dos educadores, das lideranças comunitárias, dos profissionais da área de saúde e assistência social e da segurança pública e justiça. Neste contexto, esta série de eventos preconizou a democracia e a pluralidade que esta política deveria apresentar e a busca de soluções às necessidades emergentes do tema.

Durante todo o processo de realinhamento da política nacional sobre drogas, o governo foi o grande articulador, pois possibilitou a realização das discussões; a comunidade científica foi a mediadora dos trabalhos; e a sociedade, a protagonista do processo, pois dela resultou toda a proposta de realinhamento da PNAD. (BRASIL, 2008, apresentação da Política Nacional sobre Drogas)

Sobre o processo de realinhamento da PNAD, ocorreu uma série de oito eventos, como apresenta a figura – 1 logo abaixo:

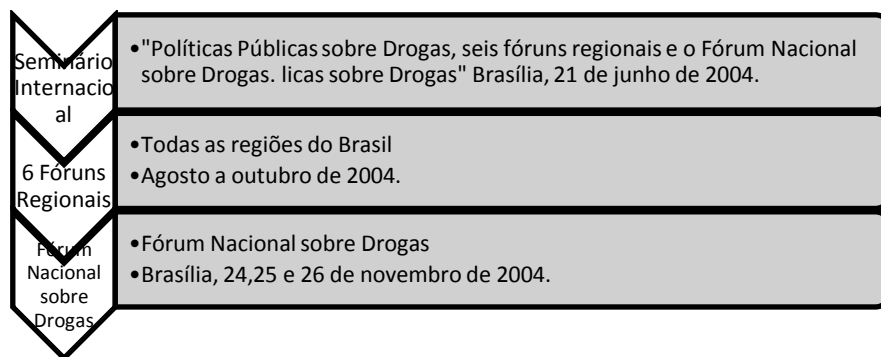


Figura – 1 Ciclo de eventos para o realinhamento da Política Nacional sobre Drogas.

O Seminário Internacional pode ser considerado o primeiro passo no processo de realinhamento da Política Nacional sobre Drogas. Este evento promoveu a troca de experiências entre representantes dos governos de sete países – Canadá, Itália, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça, além do Brasil, e seus diferentes modelos implantados de políticas públicas sobre drogas. Neste debate, o objetivo principal era que os representantes de cada um destes países apresentassem uma síntese do que já haviam desenvolvido sobre o tema, e em decorrência, destacassem seus avanços e retrocessos.

Na tentativa de legitimar esta política como atributo do Estado brasileiro, foram elaborados os Fóruns Regionais sobre Drogas em todas as regiões do Brasil. No período compreendido entre agosto e outubro de 2004, aconteceram os fóruns na região Sul (Florianópolis/SC), Sudeste (São Paulo/SP), Nordeste 1 (Salvador/BA), Nordeste 2 (São Luís/MA), Norte (Manaus/AM), Centro-Oeste (Campo Grande/MS), “propiciando a descentralização dos debates sobre o tema”. (DUARTE & BRANCO, 2009, p: 35)

Os Fóruns movimentaram um público de 2.544 pessoas divididas em seis oficinas para discutir os capítulos da Política Nacional sobre Drogas, sendo eles: Pressupostos Básicos e Objetivo da PNAD, Prevenção, Tratamento, Redução de Danos Sociais e à Saúde, Redução da Oferta – Repressão e Estudos Pesquisas e Avaliações.

As oficinas foram coordenadas por especialistas renomados ligados a universidade e/ou projetos de grande alcance social na área das drogas. Eles foram responsáveis por coordenar as discussões, organizar as conclusões e apresentá-las por escrito ao coordenador técnico-científico. Os capítulos da atual Política Nacional sobre Drogas foram discutidos “item a item, de forma transparente e democrática, com base nas realidades regionais e apresentados à SENAD em forma de relatório.” Os participantes poderiam escolher se o item seria mantido, modificado (e então nova proposta era apresentada) ou excluída, havendo também a possibilidade de inclusão de um novo item.

Para Duarte & Branco (2009, p: 36) o Fórum Nacional sobre Drogas foi o evento conclusivo do processo de realinhamento da PNAD. Com as experiências dos eventos anteriores, novamente as decisões foram apoiadas em oficinas temáticas que aconteciam simultaneamente, menos para a dedicada ao capítulo Pressupostos Básicos e Objetivos da PNAD dirigida a todo público do evento.

As sugestões originadas nos fóruns regionais foram transcritas para o documento de trabalho produzido para o fórum nacional para valorizar o processo realizado e manter a legitimidade das sugestões originadas da população participante, além de garantir a integridade das sugestões apresentadas pela região, com suas peculiaridades.

O resultado dos trabalhos desenvolvidos foi apresentado na cerimônia de encerramento. De um total de 88 itens existentes na Política Nacional sobre Drogas, 81 deles foram realinhados, ou seja, 92% dos itens. Além disto, 53 itens foram incluídos e apenas 3 excluídos.

[...] os resultados de cada oficina do fórum nacional (material Bruto) foram trabalhados, formatados e adequados de forma a originar a proposta de política encaminhada ao Conselho Nacional Antidrogas – CONAD. A adequação foi feita por um especialista em Políticas Públicas, em conjunto com um coordenador e um mediador da oficina em questão (governo e

comunidade científica) e sob a supervisão da Secretaria Nacional Antidrogas. (DUARTE & BRANCO, 2009, p: 37)

Em última instância, as deliberações das discussões foram encaminhadas ao Conselho Nacional Antidrogas, que aprovou, por unanimidade, a Política Nacional sobre Drogas e, “em outubro de 2005. Esta foi apresentada à população brasileira pelo então, Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva”. (DUARTE & BRANCO, 2009, p: 37)

Em termos de política pública é possível verificar na PNAD que a tomada de decisões e ações foi desenvolvida entre governo e outros atores sociais. Entretanto, quando considerado o ciclo conceitual de política pública que Heidemann (2009) apresenta, não fica claro se as outras etapas desta política estejam ocorrendo, ou seja, será que as ações formuladas na PNAD estão sendo implementadas? Há uma avaliação do grau de satisfação dos diversos setores atingidos pela Política Nacional sobre Drogas? Como é avaliado o impacto desta política? A concretização destas ações são tão importantes quanto a própria formulação participativa da política, visto que a sua existência não garante o seu cumprimento.

2.1.3 A Política Nacional sobre Drogas e a Prevenção

Um dos pressupostos da PNAD é a prevenção. Sobre este assunto há uma passagem que aponta a necessidade de “priorizar a prevenção do uso indevido de drogas, por ser a intervenção mais eficaz e de menor custo para a sociedade”. (BRASIL, 2008, p: 13)

Laranjo & Soares (2003) afirmam que a prevenção é uma alternativa para atuar antes que os problemas se instalem ou se agravem e que com o passar dos anos conquistou certa unanimidade nesta área. No entanto, foi possível identificar que os profissionais que atuam na área de prevenção, apresentam discordâncias a respeito do objetivo da prevenção, a forma de realizá-la, o que deve ser trabalhado, como as ideias devem ser transmitidas e quais são os responsáveis pela coordenação e avaliação de ações de caráter preventivo.

Para buscar respostas a estas perguntas, o passo inicial será entender quais são as orientações gerais do capítulo que tratam da prevenção, do qual integra a PNAD:

A efetiva prevenção é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos governamentais, federal, estadual e municipal, fundamentada na filosofia da “Responsabilidade Compartilhada”, com a construção de redes sociais que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde.- A execução desta política, no campo da prevenção deve ser descentralizada nos municípios, com o apoio dos Conselhos Estaduais de políticas públicas sobre drogas e da sociedade civil organizada, adequada às peculiaridades locais e priorizando as comunidades mais vulneráveis, identificadas por um diagnóstico. Para tanto, os municípios devem ser incentivados a instituir, fortalecer e divulgar seu Conselho Municipal sobre Drogas. - As ações preventivas devem ser pautadas em princípios éticos e pluralidade cultural, orientando-se para a promoção de valores voltados à saúde física e mental, individual e coletiva, ao bem estar, à integração socioeconômica e a valorização das relações familiares, considerando-se seus diferentes modelos. - As ações preventivas devem ser planejadas e direcionadas ao desenvolvimento humano, incentivo à educação para a vida saudável, acesso aos bens culturais, incluindo a prática de esportes, cultura, lazer, a socialização do conhecimento sobre drogas, com embasamento científico, o fomento do protagonismo juvenil, da participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação dessas ações. - As mensagens utilizadas em campanhas e programas educacionais e preventivos devem ser claras, atualizadas e fundamentadas cientificamente, considerando as especificidades do público-alvo, as diversidades culturais, a vulnerabilidade, respeitando as diferenças de gênero, raça e etnia. (BRASIL, 2008, p:16)

As orientações são bastante pertinentes e remontam uma série de iniciativas entre diferentes segmentos de governo e da sociedade civil. Aponta a necessidade de garantir aos cidadãos o acesso a uma educação que valorize o indivíduo, que considere suas especificidades e que o possibilite integrar-se na sociedade, garantindo-lhe o acesso aos bens culturais historicamente construídos.

A PNAD, especialmente no capítulo que trata da prevenção, que é o que está sendo abordada neste momento, a ênfase está voltada para o indivíduo, seja ele o usuário da droga ou o agente da prevenção. Este preocupar-se transita no campo do respeito mútuo, da não aterrorização em relação ao consumo (o que era bastante utilizado na chamada guerra contras as drogas) e da capacidade de entender que a droga sempre esteve e estará presente na história da humanidade. Esta questão será melhor detalhada no capítulo 2, quando serão discutidas questões relativas às drogas e a sociedade.

Em relação às diretrizes da Política Nacional sobre Drogas, mais especificamente do capítulo que trata sobre prevenção, é apresentada a necessidade de:

Garantir aos pais e/ou responsáveis, representantes de entidades governamentais e não-governamentais, iniciativa privada, educadores, religiosos, líderes estudantis e comunitários, conselheiros estaduais e municipais e outros atores sociais, capacitação continuada sobre prevenção do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas, objetivando engajamento no apoio às atividades preventivas com base na filosofia da responsabilidade compartilhada.- Dirigir as ações de educação preventiva, de forma continuada, com foco no indivíduo e seu contexto sociocultural, buscando desestimular o uso inicial de drogas, incentivar a diminuição do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido.- Promover, estimular e apoiar a capacitação continuada, o trabalho interdisciplinar e multiprofissional, com a participação de todos os atores sociais envolvidos no processo, possibilitando que esses se tornem multiplicadores, com objetivo de ampliar, articular e fortalecer as redes sociais, visando ao desenvolvimento integrado de programas de promoção geral à saúde e de prevenção.- Manter, atualizar e divulgar um sistema de informações de prevenção sobre uso indevido de drogas, integrado, amplo e interligado ao OBID, acessível a toda sociedade, que favoreça a formulação e implementação de ações de prevenção, incluindo mapeamento e divulgação de “boas práticas” existentes no Brasil e em outros países.- Incluir processo de avaliação permanente das ações de prevenção realizadas pelos Governos, Federal, Estaduais, Municipais, observando especificidades regionais.- Fundamentar as campanhas e programas de prevenção em pesquisas e levantamentos sobre o uso de drogas e suas conseqüências, de acordo com a população-alvo, respeitadas as características regionais e as peculiaridades dos diversos segmentos populacionais, especialmente nos aspectos de gênero e cultura.- Propor a inclusão, na educação básica e superior, de conteúdos relativos à prevenção do uso indevido de drogas- Priorizar ações interdisciplinares e contínuas, de caráter preventivo e educativo na elaboração de programas de saúde para o trabalhador e seus familiares, oportunizando a prevenção do uso indevido de drogas no ambiente de trabalho em todos os turnos, visando à melhoria da qualidade de vida, baseados no processo da responsabilidade compartilhada, tanto do empregado como do empregador.- Recomendar a criação de mecanismos de incentivo para que empresas e instituições desenvolvam ações de caráter preventivo e educativo sobre drogas. (BRASIL, 2008, p:17)

Nas diretrizes que tratam da prevenção do uso indevido de drogas é possível verificar a ênfase na filosofia da responsabilidade compartilhada. Baseada neste princípio, ela segue sensibilizando os indivíduos para que todos tenham o compromisso de se reconhecer como agente da prevenção.

Além disto, as diretrizes também reforçam a necessidade de formação dos indivíduos para tratarem da prevenção com maior propriedade. Diferentes segmentos da sociedade são chamados a se aperfeiçoarem sobre a temática, sejam eles conselheiros e lideranças comunitárias, familiares, religiosos, professores, grêmios estudantis, enfim, todos são chamados a se colocarem como agentes multiplicadores da prevenção, no intuito de criar e fortalecer redes sociais, tendo em vista o desenvolvimento integrado de programas de promoção geral à saúde e de prevenção.

Para tanto a SENAD oferece capacitações tais como: curso de prevenção ao uso de drogas para educadores de escolas públicas; curso Supera – Sistema para detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas; curso de prevenção do uso de drogas em instituições religiosas e movimentos afins – Fé na prevenção; curso de prevenção ao uso indevido de drogas – Capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias; curso de prevenção ao uso de álcool e outras drogas no ambiente de trabalho – Conhecer para ajudar; Projeto: Integração de competências no desempenho de atividades jurídicas com usuários e dependentes de drogas; curso de capacitação em conceitos básicos, tratamento e reinserção social para líderes, terapeutas e gestores de comunidades terapêuticas (CTs).

De acordo com a SENAD o Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas, configura-se em uma iniciativa da SENAD em parceria com o Ministério da Educação – MEC e execução pela Universidade de Brasília – UnB que oferece, a cada edição, 25.000 vagas para professores, coordenadores e gestores de escolas públicas, do Ensino Fundamental e Médio, de escolas públicas de todo o país. A formação é para educadores que trabalham com estudantes de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e do ensino médio. A inscrição é individual, mas cada estabelecimento deve formar um grupo de cinco profissionais (professor, diretor, coordenador) que responderão pelo núcleo de prevenção do uso de drogas e que, ao final do curso, apresentarão um projeto para a escola. Para participar do curso, a escola precisa atender a dois requisitos: ter acesso à internet e ter turmas dos anos finais do ensino fundamental ou do ensino médio, ou ambas.

O objetivo do MEC e da SENAD, conforme afirma Maria de Fátima¹, é formar educadores capazes de desenvolver programas de prevenção do uso de drogas, detectar comportamentos de risco na escola, abordar adequadamente crianças e adolescentes, e encaminhar alunos e familiares para a rede de serviços existente no município.

O curso tem a carga horária de 120 horas e a duração de quatro meses. Ao final do curso a UnB entrega o certificado de extensão universitária, entretanto, para obter o certificado, a equipe (cinco educadores) precisa apresentar um projeto de prevenção

¹ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=211&id=13780:curso-de-prevencao-do-uso-de-drogas-abre-25-mil-vagas&option=com_content&view=article acessado em 27 de junho de 2012.

para aplicar na escola, além de fazer as tarefas do curso. Os participantes recebem materiais didáticos individuais – um livro e um DVD - que os promotores do curso encaminham para o endereço da escola onde o educador trabalha.

Sobre o curso Supera, tem-se que a oferta desta capacitação faz parte do “Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas”, que tem por objetivo coordenar as ações federais de prevenção, tratamento, reinserção social do usuário de crack e outras drogas, bem como enfrentar o tráfico em parceria com estados, municípios e sociedade civil. O Plano também prevê o fortalecimento da rede comunitária por meio de ações de capacitação voltadas para diferentes segmentos profissionais. O curso SUPERA é executado em parceria com a Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP na modalidade de Educação a Distância – EaD. As edições anteriores já contaram com a participação de quinze mil profissionais da Rede Básica de Saúde e das Unidades de Referência para tratamento de usuários de álcool e outras drogas em todo o País.

A atual edição oferece cinco mil vagas para capacitação de profissionais das áreas de saúde e assistência social que receberão, após a conclusão do curso, certificado de extensão universitária, juntamente com um kit de instrumentos para detecção do uso de álcool e outras drogas. O objetivo² é capacitar profissionais das áreas de saúde e assistência social para a correta identificação e abordagem dos usuários de álcool e/ou outras drogas, familiarizando-os com diferentes modelos de prevenção e instrumentalizando-os para trabalharem formas adequadas de intervenção e encaminhamento, respondendo às demandas existentes em seu cotidiano de trabalho, sempre em consonância com as orientações e diretrizes da Política Nacional sobre Drogas - PNAD e da Política Nacional sobre o Álcool – PNA.

O curso de Fé na prevenção é promovido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) órgão integrante do Ministério da Justiça, é executado pela Unidade de Dependência de Drogas (UDED) do Departamento de Psicobiologia e pelo Departamento de Informática em Saúde (DIS) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), e objetiva³ capacitar 5000 (cinco mil) pessoas de todo o Brasil,

² Disponível em: <http://www.supera.org.br/senad/mod/page/view.php?id=2> Acessado em: 27 de junho de 2012.

³ Disponível em: <http://www.fenaprevencao.org.br/senad/> Acessado em: 27 de junho de 2012.

que desempenham papel de lideranças religiosas ou que atuam em movimentos afins, para ações de prevenção do uso de drogas e outros comportamentos de risco, bem como na abordagem de situações que requeiram encaminhamento às redes de serviço. O conteúdo programático do curso aborda diversas temáticas relacionadas ao conceito e à classificação de drogas, além de técnicas de abordagem, Intervenção Breve, formas de encaminhamento e Entrevista Motivacional na prevenção do uso de álcool e/ou outras drogas.

Já o Curso de prevenção ao uso indevido de drogas – Capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias é executado em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e tem como meta capacitar 15.000 profissionais de diferentes conselhos e lideranças comunitárias para a melhor atuação em seu contexto local.

Podem participar lideranças comunitárias e conselheiros que atuam nos seguintes Conselhos: de Segurança; sobre Drogas; Tutelar; dos Direitos da Criança e do Adolescente; da Educação; da Saúde; da Assistência Social; Conselho Escolar; Conselho da Juventude, Idoso, Trabalho, Populações Afrodescendentes, dentre outros.

O objetivo⁴ central do curso inclui capacitar os conselheiros municipais e líderes comunitários para atuar na prevenção da violência associada ao uso indevido de álcool e outras drogas e sobre os objetivos específicos ainda podem ser acrescentados - capacitar os diversos conselheiros municipais e líderes comunitários para identificação de recursos comunitários para criação, articulação e o fortalecimento da rede de apoio local integrada; - disponibilizar aos estudantes informações atualizadas acerca do consumo indevido de álcool e outras drogas e sua interface com a temática violência, focalizando a prevenção numa perspectiva de direitos humanos; - fornecer subsídios para que os Conselheiros e Líderes capacitados possam atuar como agentes multiplicadores na prevenção da violência relacionada ao uso indevido de álcool e outras drogas.

O curso é gratuito, oferecido na modalidade de ensino à distância, com carga horária de 120 horas e com duração de três meses. Na conclusão do curso os estudantes

⁴ Disponível em: http://conselheiros.senad.gov.br/?page_id=12 Acessado em 27 de junho de 2012.

recebem certificado de extensão universitária emitido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Quanto ao curso de prevenção ao uso de álcool e outras drogas no ambiente de trabalho – Conhecer para Ajudar, configura-se em uma iniciativa da SENAD em parceria com o Serviço Social da Indústria/Departamento Nacional (SESI/DN) e é executado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O curso tem como objetivo capacitar 5.000 profissionais das indústrias/empresas brasileiras, públicas e privadas, distribuídos nas áreas de Saúde e Segurança do Trabalho, Recursos Humanos e demais áreas relacionadas com a temática, bem como aos integrantes das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes contribuindo, assim, para o enfrentamento de situações relacionadas ao consumo de álcool e/ou outras drogas no ambiente de trabalho, minimizando as consequências a ele associadas, para o trabalho e para a saúde do trabalhador, seus familiares e a sociedade em geral.

O projeto: Integração de competências no desempenho da atividade jurídica com usuários e dependentes de drogas tem como objetivo construir respostas intersetoriais nas áreas jurídica, da educação, saúde e assistência social, que cumpram propor soluções interdisciplinares ao enfrentamento do fenômeno drogas em suas diferentes interfaces. Uma das etapas do projeto é a realização do curso a distância, voltado aos Operadores do Direito e profissionais que atuam na área psicossocial dos Juizados Especiais Criminais – JECs e Varas da Infância e da Juventude – VIJs, com vistas a oferecer as bases teóricas para uma adequada atuação multiprofissional no atendimento aos usuários de drogas, incluindo a articulação com a rede de serviços existente na comunidade. O Curso tem como objetivo avaliar a efetividade da Lei nº11. 343/06, em termos de aplicabilidade, encaminhamento aos serviços de tratamento disponíveis, modelos existentes e resultados deste encaminhamento; promover a capacitação dos diferentes atores envolvidos na aplicação da lei, visando ao cumprimento de penas e medidas alternativas, medidas “protetivas” e medidas socioeducativas, de modo a garantir o aprimoramento do serviço judiciário e diminuição da reincidências. São 15.000 vagas para Operadores de Direito dos Juizados Especiais Criminais e Juizados da

Infância e da Juventude, profissionais da área de atenção psicossocial e profissionais da área de segurança pública de todo o Brasil. (SENAD, 2012)

Curso de capacitação em conceitos básicos, tratamento e reinserção social para líderes, terapeutas e gestores de comunidades terapêuticas (CTs) também é um curso de extensão universitária, na modalidade de educação à distância para 5.000 profissionais de CTs do país, visando capacitá-los tanto para a recuperação clínica como para a reabilitação e reinserção social dos usuários de crack e outras drogas atendidos, com a incorporação de princípios decorrentes da melhor evidência científica na área de tratamento desses usuários.

Estas ações da SENAD em parcerias com universidades e outras instituições reafirmam as necessidades emergenciais de se atuar frente à questão da droga. Seja por meio da educação ou de outros setores sociais, podem ser observados uma série de ações ocorrendo na tentativa de prevenir quanto ao uso, e mesmo, na intervenção de quando a dependência já está instaurada.

No próximo capítulo, apresenta-se como a droga tem alcançado tamanha relevância de estudos a seu respeito e como ainda são necessários muitos passos neste caminho.

2.2 A questão do uso de drogas na atualidade e suas consequências diretas e indiretas

Este capítulo desenvolve considerações sobre a questão do consumo de drogas com enfoque principal em dados recentes divulgados no Brasil e no mundo, bem como uma reordenação do pensamento em direção a algumas reflexões, que por vezes, desconsideram a multiplicidade de fatores envolvidos nesta questão.

Trazer este tema para discussões acadêmicas ainda não é uma tarefa tão simples, mesmo que o consumo indevido de drogas esteja presente nos entrelaçamentos familiares, nas páginas dos jornais, nos arredores e dentro da escola, além de ser

protagonizada por diferentes atores sociais, olhares intrigados ainda são lançados quando a abordagem em questão é - o consumo de droga.

É preciso reconhecer as consequências que o consumo de drogas impõe à sociedade, bem como debruçar sobre as possibilidades de enfrentamento desta questão, entendendo o usuário como indivíduo dotado de direitos.

A Organização Mundial da Saúde – OMS (2004) o uso de drogas é um dos 20 maiores fatores de risco para a saúde em todo o mundo e está associado tanto aos índices de suicídio, quanto ao aumento do risco de outras doenças, tais como o HIV/AIDS, hepatite, tuberculose e doenças cardiovasculares, sendo, em muitas regiões, o uso de drogas injetáveis a principal via de transmissão do HIV e da hepatite.

Além disto, o consumo abusivo de drogas também está relacionado ao aumento de gastos públicos e particulares com tratamentos clínicos e ambulatoriais, aumento dos homicídios e suicídios, aumento da violência doméstica, aumento da criminalidade, dos transtornos mentais e comportamentais, bem como dos custos econômicos envolvendo as políticas públicas de segurança voltadas para a questão do narcotráfico que, por si, produz uma situação de conflito constante.

Não seria coerente atribuir todos os desdobramentos da violência e de outros riscos que os indivíduos estão expostos unicamente ao consumo drogas. No entanto, considerando a complexidade que tal prática envolve, é importante considerar os impactos que o uso de drogas trás para tais índices.

Para a OMS (2004), droga é qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento, ou seja, altera ou causa uma série de mudanças na forma de sentir, pensar, agir e expressar.

Assim, para uma maior compreensão deste fenômeno - em termos médicos a informação é que as drogas utilizadas para alterar o funcionamento cerebral, causando modificações no estado mental são chamadas drogas psicotrópicas. O termo psicotrópico é formado por duas palavras: psico e trópico. Psico está relacionado ao psiquismo, que envolve as funções do sistema nervoso central; e

trópico significa em direção a. Então, droga psicotrópica é aquela que atua sobre o cérebro, alterando de alguma forma o psiquismo. Por esta razão, são também conhecidas como substâncias psicoativas. As drogas psicotrópicas⁵ dividem-se ainda em três grupos: depressoras, estimulantes e perturbadoras.

A este respeito, Lemos & Zaleski (2004, p: 29) ressaltam ser importante conhecer as ações e efeitos das drogas para se compreender o fenômeno do uso abusivo e da dependência química. Eles afirmam que “identificar os efeitos que reforçam o uso auxilia no tratamento dos usuários, bem como na prevenção do uso ou abuso”.

As drogas depressoras do sistema nervoso central são: álcool, barbitúricos, benzodiazepínicos, inalantes e opiáceos – e este tipo de droga faz com que o cérebro funcione lentamente, reduzindo a atividade motora, a ansiedade, a atenção, a concentração, a capacidade de memorização e a capacidade intelectual.

Lemos & Zaleski (2004) apontam que algumas destas drogas são utilizadas como remédios, sendo os benzodiazepínicos os mais utilizados com esta finalidade devido seu efeito ansiolítico (calmante), relaxante muscular e indutor do sono. Com um pouco mais de ênfase ao álcool, os autores também informam que o etanol, tipo de álcool presente nas bebidas alcoólicas, apresenta um complexo mecanismo de ação e que a ingestão aguda desta substância pode causar: alterações de humor que podem variar da euforia até o desânimo à apatia e/ou comportamentos inconvenientes, irritabilidade, agressividade, aumento da sensação de autoconfiança, alteração da percepção do que está acontecendo em sua volta (dificultando a capacidade de julgamento), diminuição da atenção, dos reflexos e da capacidade motora, visão deturpada, sonolência, tontura, náuseas e vômitos, coma, parada cardiorrespiratória e morte.

As drogas estimulantes do sistema nervoso central são: anfetaminas, cocaína e tabaco, que diferente das depressoras, acelera a atividade de determinados sistemas neuronais, trazendo como consequências um estado de alerta exagerado, insônia e aceleração dos processos psíquicos. Lemos & Zaleski (2004, p: 22) ao abordarem sobre o tabaco afirmam que os efeitos desejados da nicotina são o

⁵ Esta classificação e divisão em relação aos psicotrópicos foram encontradas no site do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas.

aumento do estado de alerta, da atenção e do desempenho psicomotor (especialmente sob condição de estresse), em contrapartida ele provoca taquicardia, aumento da pressão arterial, doenças cardiorrespiratórias, redução da motilidade gastrointestinal, enfim, “os efeitos tóxicos são inúmeros e estão relacionados não apenas a nicotina como também ao alcatrão, ao monóxido de carbono e a centenas de outros produtos tóxicos do cigarro”.

Por fim, as drogas perturbadoras do sistema nervoso central, tais como, *Cannabis sativa* (maconha), alucinógenos, LSD, êxtase e anticolinérgicos – produzem uma série de distorções qualitativas no funcionamento do cérebro, como delírios, alucinações e alteração de senso-percepção. Por essa razão, são também chamadas de alucinógenos. Sobre os efeitos da maconha Lemos & Zaleski (2004, p: 26) informam que:

Os efeitos são a hilaridade, angústia, tremores, sudorese, prejuízo da memória e da atenção, alteração da percepção espacial e temporal, delírio e alucinações. Os olhos ficam avermelhados, a boca fica seca, o coração dispara e ocorre a broncodilatação. O uso crônico leva a déficit de aprendizado e memória, diminuição progressiva da motivação - apatia e improdutividade (síndrome amotivacional), piora de distúrbios psíquicos preexistentes, bronquites e infertilidade (por redução da quantidade de testosterona).

Informa-se que apesar do detalhamento acima, outra classificação que é bastante aceita é a que diferencia as drogas como - lícitas e ilícitas. Neste caso, a maconha, o crack, a cocaína, a heroína, entre outras substâncias são classificadas como drogas ilícitas, drogas que não apresentam uma regulamentação legal para seu consumo, enquanto que o álcool e o tabaco, por exemplo, são drogas lícitas.

No texto será adotada esta segunda classificação devido à propagação do termo ser ampla perante a mídia e bastante reconhecida pela sociedade. Esta consideração do lícito e ilícito transita no imaginário social que é a distinção entre o legal e o ilegal, como se uma droga fosse menos prejudicial que a outra. Em outras palavras, determinado tipo de droga é socialmente mais aceito, como é o caso do álcool e do tabaco em detrimento de outras drogas, como a maconha e a cocaína, por exemplo.

Entretanto, estudos têm mostrado que o álcool (droga lícita) é a droga que desponta em relação aos prejuízos individuais e sociais, como mostram DESJARLAIS R. et al. apud LUIS & LUNETTA (2005, p: 1220)

Nos países desenvolvidos, o álcool é o terceiro fator de risco para morbimortalidade, responsável por 9,2% do DALYs (sigla referente aos anos de vida perdidos ou incapacitados) e as drogas ilícitas aparecem em oitavo lugar, com 1,8% do DALYs. Nos países em desenvolvimento com baixa mortalidade, como o Brasil, o álcool, dentre as substâncias psicoativas, surge como principal fator de risco, com 6,2% do DALYs.

O I Levantamento Nacional sobre os Padrões de Consumo do Álcool, realizado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD mostra que o uso indevido do álcool é a prática que mais deixa o adolescente exposto a uma série de problemas sociais. “Os riscos vão desde acidentes de trânsito – o evento comum e com consequências mais graves – até o envolvimento em brigas, vandalismo e a prática do sexo sem camisinha.” (LARANJEIRA et al, 2007, p: 44)

Relatórios elaborados pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas demonstraram que o uso indevido de drogas por estudantes (n = 2.730) dos antigos 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras (GALDURÓZ et. al., 1997), apresentam um percentual considerável de adolescentes que já haviam feito uso de álcool na vida: 74,1%. Quanto ao uso frequente para a mesma amostra, chegou-se a 14,7%. O estudo constatou que 19,5% dos estudantes faltavam à escola após beber e que 11,5% brigaram sob o efeito do álcool.

Estes números evidenciam uma realidade global, bem como representa uma confirmação de quão importante é se pensar na prevenção e nos agentes desencadeadores deste tipo de comportamento, pois, de acordo com o relatório mundial sobre drogas, divulgado em 2004 pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime - UNODC⁶, 4,7% da população acima de 15 anos (3% da população global) consome algum tipo de droga ilícita, um total de 185 milhões de pessoas. Em seu relatório das Drogas em 2009, a UNODC estimou que em 2007, entre 172 e 250 milhões de pessoas em todo o mundo com mais de 15 anos experimentou uma

⁶ UNODC - Fonte: http://www.antidrogas.com.br/ind_unodc.php

substância ilícita, o que representa entre cerca de 2,6% e 3,7% da população mundial. Estes números abrangem os consumidores ocasionais, mas também, as pessoas dependentes do consumo de drogas.

Isto fica ainda mais evidente nos Textos Básicos do Ministério da Saúde (BRASIL, 2003), que apontam uma tendência mundial para o uso cada vez mais precoce de drogas, incluindo o álcool, sendo que tal uso também ocorre de forma cada vez mais pesada.

Corroborando com esta afirmativa, o II levantamento sobre o Uso de Drogas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio em 27 Capitais Brasileiras, divulgado no final de maio de 2011, apontou que a experiência com drogas lícitas ou ilícitas é cada vez mais precoce entre os estudantes. A média de idade do primeiro contato com álcool e tabaco foi de 12,5 anos e 12,8 anos, respectivamente. Entre os que experimentaram maconha, o primeiro uso ocorreu, em média, aos 13,9 anos e, no caso da cocaína, aos 14,4 anos. O número de usuários de cocaína entre estudantes, que era de 0,5% em 1987, passou a 2,0% em 1997, e também cresceu o contingente de consumidores de maconha no Brasil, de 2,8% em 1987 para 7,6% em 1997. (GALDURÓZ et al, 2004)

Estudos epidemiológicos referentes aos I e II Levantamentos Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil demonstraram que as drogas lícitas como o álcool e o tabaco são os problemas de saúde pública mais proeminente no Brasil. Em um artigo de Pablo Pereira (2012), publicado no jornal eletrônico “O Estado de São Paulo”, o autor, baseado nos dados do DATASUS⁷ informa que:

O estudo sobre mortes por drogas legais ou ilegais, registradas no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, mostra que o álcool é o campeão na mortandade. O levantamento feito na base de dados do Datasus, obtido pelo Estado, informa que a bebida tirou a vida de 34.573 pessoas – 84,9% dos casos informados por médicos em formulários que avisam o governo federal sobre a

⁷ DATASUS - Departamento de Informática do SUS. A partir de 2011 o DATASUS passa a integrar a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, conforme Decreto Nº 7.530 de 21 de julho de 2011 que trata da Estrutura Regimental do Ministério da Saúde.

causa da morte nesse grupo da população. Em segundo lugar aparece o fumo, com 4.625 mortos (11,3%).

Como afirma NOTO (2004, p: 46),

“[...] em todos os levantamentos, o álcool e o tabaco aparecem com o papel de destaque, sendo, sem sombra de dúvidas, as drogas mais consumidas no Brasil- e as que mais provocam o maior número de consequências à saúde da população.”

Reafirma-se, neste contexto, que apesar do álcool e o tabaco serem responsáveis pelos maiores custos sociais (humanos, econômicos, políticos e culturais) estas são as drogas de maior prevalência de consumo na vida dos brasileiros, como se pode observar na Tabela 1.

Tabela 1- Prevalência de uso de drogas entre os entrevistados das 108 cidades com mais de 200 mil habitantes do Brasil.

Droga	Prevalência do uso (%)	
	2001	2005
Álcool	68,7	74,6
Tabaco	41,1	44,0
Maconha	6,9	8,8
Solventes	5,8	6,1
Benzodiazepínicos	3,3	5,6
Orexígenos	4,3	4,1
Cocaína	2,3	2,9
Xaropes (codeína)	2,0	1,9
Estimulantes	1,5	3,2
Barbitúricos	0,5	0,7
Esteroides	0,3	0,9
Opiáceos	1,4	1,3
Anticolinérgicos	1,1	0,5

Alucinógenos	0,6	1,1
Crack	0,4	0,7
Merla	0,2	0,2
Heroína	0,1	0,1
Qualquer droga exceto álcool e tabaco	19,4	22,8

Fonte: Relatório Brasileiro sobre Drogas

O estado do Espírito Santo não foge a realidade nacional. Pereira (2003) verificou num estudo realizado em 1998, por alunos da Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia – EMESCAM, sobre o consumo de álcool e tabaco entre estudantes de 12 a 17 anos da rede pública e privada de ensino, que dos 801 alunos investigados, mais da metade destes jovens (58%) já havia feito uso de álcool e 65 % de cigarro.

Na busca de maiores informações sobre o cenário do estado do Espírito Santo em relação às drogas, foi possível verificar nos dados da secretaria de saúde do estado a série histórica das internações psiquiátricas por uso de álcool, por uso de múltiplas drogas e do alcoolismo enquanto situação referida no sistema de informação da atenção básica - SIAB, 2001-2005. Os maiores números de internações por álcool e por múltiplas drogas ocorreram nos municípios da Serra, Vila Velha, Vitória, Cariacica e Guarapari, municípios estes que fazem parte da região metropolitana do estado. Nos dados sobre alcoolismo registrados no SIAB, observa-se elevação dos registros nos municípios da Serra, Vila Velha, Venda Nova do Imigrante, Afonso Cláudio, Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá. Em relação ao maior número de internações por álcool, verifica-se que os maiores índices estão em Colatina, Linhares e Aracruz.

Em 2005 constatou-se o crescimento das internações por álcool em: São Mateus, Rio Bananal, Nova Venécia, Ecoporanga e Mucurici, bem como, por múltiplas drogas em Colatina. Já os municípios de Linhares e São Mateus apresentaram internações por múltiplas drogas em todo o período analisado.

De acordo com a estatística oferecida pelo SIAB é possível observar ainda dados regulares de internações por múltiplas drogas em Itapemirim, Mimoso do Sul, Alegre, e aumento das internações em Atilio Vivácqua, Castelo, Marataízes, Vargem Alta e

Cachoeiro do Itapemirim. Nessa macrorregião há grande registro de alcoolismo referido no SIAB nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Vargem Alta e Alegre.

Como nos relatórios de âmbito nacional, o alcoolismo é um dos principais contribuintes para o cenário do consumo abusivo de drogas no estado do Espírito Santo.

Contudo, apesar destes relatórios apresentarem dados substanciais sobre o consumo de drogas no Brasil, um olhar mais atento à realidade das ruas, dos bares, das festas e até mesmo no entorno das escolas, já propiciam indícios consideráveis sobre o consumo. A precocidade é observada no uso, principalmente do álcool, produto tão explorado pela publicidade, como apontam os trabalhos de Bertolo & Romera (2011) e Pinsky & Silva (1995)

Ao elaborarem uma revisão dos estudos internacionais sobre as bebidas alcoólicas nos meios de comunicação, Pinsky & Silva (1995, p: 115) afirmam que “o conjunto dos estudos revisados sugere que as imagens das bebidas alcoólicas nos meios de comunicação têm, entre outros efeitos, o de reafirmar o consumo do álcool,” enquanto que para as drogas ilícitas a mídia reforça estereótipos, quando tende a criminalizar a informação, colocando em evidência uma visão jurídico-policial e associando a ideia de drogas a assaltos, tiroteios, mortes e a marginalidade social. (MINAYO, 2003)

Segundo Pinsky & Gomide (2004, p: 61) uma pesquisa que coletou dados entre 1992 e 1994 no Brasil observou que a frequência da propaganda de álcool na televisão é bem maior que a de outros produtos. Outro fator é que “entre os temas mais exibidos nestes comerciais está o apelo a ‘símbolos nacionais’ - como o carnaval, o futebol, - ao espírito de grupo, à sensação de relaxamento e ao senso de humor”.

Entretanto, independente da classificação entre lícito e ilícito, uma droga por si só não pode ser considerada como boa ou má. Existem, inclusive, drogas que são utilizadas com a finalidade de produzir efeitos benéficos, como o tratamento de doenças e são consideradas medicamentos. Assim, as drogas assumem caráter benéfico ou nocivo em função da época, da cultura em que estão inseridas, de forma

que podem ser utilizados para uso religioso ou medicinal e/ou simplesmente para o relaxamento de um dia estressante. Deste modo, uma das maiores preocupações relacionadas ao consumo de drogas refere-se aos padrões de uso e os motivos adicionais de seu consumo.

Sobre esta questão diferentes autores apontam que as drogas foram utilizadas através dos tempos por grupos variados com fins religiosos, culturais, medicinais, de prazer (RIBEIRO, VARGAS, ALVES, GUIMARÃES, & MOREIRA, 1999), místicos, psicológicos e climatológicos, e até mesmo, como forma de buscar a transcendência, as alterações do estado de ânimo e da própria consciência (REZENDE, 1997). Palha e Bueno (2001) ressaltam também que as drogas eram utilizadas com o propósito de obter força e coragem em lutas, no trabalho, ou até mesmo, nas lutas de honra pessoal ou coletiva. Isso porque o homem sempre buscou ao longo das épocas, maneiras de aumentar o seu prazer e diminuir o seu sofrimento. De uma forma geral, o consumo de drogas existe desde as épocas mais antigas e em diferentes culturas e religiões.

O consumo de drogas não é uma criação do século XX, apesar de neste período esta prática ter alcançado um maior aumento. Tanto nas civilizações antigas quanto nas indígenas, as plantas psicotrópicas como a coca, a maconha e o ópio, eram bastante utilizadas para curar doenças, afastar espíritos maus, obter sucesso nas caçadas e nas conquistas e atenuar a fome e o rigor do clima de determinadas regiões. Essas plantas estavam ligadas a rituais religiosos, culturais, sociais, estratégico militares, entre outros (LESSA, 1998; SEIBEL & TOSCANO, 2001).

Segundo Lessa (1998) o consumo de drogas vai variar de acordo com o contexto histórico cultural, em diversos campos, tais como o religioso/místico, social, econômico, medicinal, psicológico, farmacológico, militar, e na busca do prazer. O homem lança mão de artifícios (neste caso – a droga) para modificar e/ou alterar sua percepção, sua consciência e humor desde a existência da sua própria história, como apresenta a autora⁸.

⁸ Fonte: <http://www.ifen.com.br/artigos/1998-bernadete.htm>

Assim, pesquisas arqueológicas concluíram que determinadas pinturas deixadas pelos homens da Idade da Pedra teriam sido criadas sob efeito de transe xamanísticos que provavelmente incluem o consumo de plantas psicoativas.

Nos tempos bíblicos, o vinho estava presente, e o homem já se deparava com a questão de como desfrutar dos prazeres das drogas sem, no entanto, tornar-se dependente delas. Ainda hoje o vinho é parte integrante de cerimônias religiosas como a católica, judaica e do candomblé.

O ópio era considerado símbolo mitológico dos antigos gregos e era revestido de um significado divino, seus efeitos eram vistos como uma dádiva dos deuses destinada a acalmar os enfermos ou aqueles que de algum mal padeciam. Na Odisseia, Homero relata que a bela Helena ofereceu a Telêmaco uma bebida que fazia esquecer a dor e a infelicidade.

Já na Antiguidade, na cultura europeia, o vinho e a cerveja eram utilizados como drogas, em especial nas festas e, conseqüentemente, ocorria a embriagues. A sociedade de então, já preocupada com o consumo abusivo de tais substâncias, lança mão da religião e da moral na tentativa de exercer o controle.

No cenário das grandes conquistas de terras através da navegação, a droga se apresenta como facilitadora para o domínio dos povos nativos e como fonte de enriquecimento para o conquistador (LESSA, 1998). No período dos impérios coloniais, as drogas foram usadas predominantemente como moeda de troca.

Com o advento da ciência e sua crescente modernidade, as drogas que a princípio se apresentavam na forma de produto advindo da natureza, quando levadas para o laboratório foram transformadas e passaram a produzir outras, artificialmente, as drogas sintéticas (LESSA, 1998).

As anfetaminas, ao serem lançadas em forma de comprimidos, em 1837, ficaram conhecidas como a nova maravilha capaz de revigorar as energias e elevar o estado de humor. Na segunda Grande Guerra foram largamente utilizadas pela população e pelos soldados para aplacar a fome, a fadiga e o sono.

A morfina, principal constituinte do ópio que é a resina retirada da papoula, é uma potente droga analgésica, e que serviu de base para a síntese de compostos

sintéticos muito mais potentes, como a heroína. Esses analgésicos com propriedades psicotrópicas foram amplamente utilizados por via endovenosa a partir da descoberta da seringa, no início por razões terapêuticas e logo depois por dependência ao produto (LESSA, 1998).

Nas duas Grandes Guerras, as drogas fizeram-se presentes, cujas comercialização era fator estratégico, servindo ora para enfraquecer o inimigo, ora como amenizador da dor para os feridos, ora como revigorante de energia para os soldados (LESSA, 1998).

Em 1924, avaliava-se no mundo, em torno de 100 mil os usuários de drogas, entretanto, os trabalhos científicos eram proporcionalmente escassos, a opinião pública mostrava-se alheia ao fato, por falta de informação, e as autoridades não se mostravam interessadas. O assunto era abordado por autores que faziam uso de drogas e descreviam de forma romântica, os efeitos e os rituais que cercavam seu uso. Esses autores criavam na realidade, um status em torno de tal prática (LESSA, 1998).

Nos anos de 1950, a utilização de drogas sintéticas com efeito tranquilizante, como os benzodiazepínicos, acentuou-se. Situações que eram consideradas mazelas existenciais começaram progressivamente a ser tratadas com esses calmantes, que ajudam a aliviar as tensões do dia e permitem um sono mais tranquilo. Nos dias de hoje, o uso de calmante é prática costumeira em todas as classes sociais, faz parte da cultura da medicação (LESSA, 1998).

Assim, pode-se dizer que a partir dos anos 1950 do século passado, o consumo de drogas se configurou como uma ocorrência social. Com esta expansão, os usuários de drogas deixaram de ser considerados como um tipo marginal no contexto social para serem identificados como nossos amigos, irmãos, vizinhos, colegas de trabalho, embora carregando o estigma da marginalidade. (SILVEIRA FILHO, 1995)

Nos anos 1960, o movimento *hippie* floresce com uma proposta revolucionária, onde a juventude transforma-se em um grupo de contestação radical aos valores incorporados pela sociedade. Através de suas roupas, músicas e drogas, o movimento hippie pregava uma "ideologia libertatória", que buscava sair do sistema social e cultural convencional (movimento da contracultura), buscando criar um

mundo alternativo de novas formas de pensar, sentir e perceber a realidade. Os *hippies* utilizavam drogas psicodélicas e experiências místicas que proporcionavam efeitos prazerosos e alteravam o estado de consciência (LESSA, 1998).

Sodelli (2011, p: 45) afirma que o movimento da contracultura estava relacionado a um “estilo de vida *underground* ou alternativo, que se opunha as pressões [...] e tentava reconstruir uma sociedade cujas dimensões sociais, afetivas e comunitárias prevalecessem sobre o individualismo a competição e ao consumo.”

O uso de solventes orgânicos torna-se prática nos EUA e no Brasil a partir dos anos 1970 (LESSA, 1998). A faixa etária dos usuários de droga começa a se alargar. O que até os anos 50 era prática do adulto, nos anos 70 amplia-se tanto para os adolescentes quanto para os idosos. Enquanto os jovens recorrem com maior frequência às drogas ilícitas como a cola de sapateiro (solvente), a maconha e a cocaína, os idosos fazem uso das drogas lícitas como o tabaco, o álcool, a cafeína e os medicamentos (LESSA, 1998).

Neste contexto, o uso abusivo de drogas aumentou significativamente nas últimas décadas do século XX, constituindo-se agora em uma questão de saúde pública, passando a ser encarada como um dos problemas mais sérios nesta área, na maioria dos países. O aumento progressivo do consumo e do uso cada vez mais pesado de drogas na sociedade contemporânea tem demandando abordagens mais consistentes como expõem Cartana et. al. (2004, p: 287), “o abuso de drogas, na atualidade, é um fenômeno complexo e multifatorial, que demanda ser compreendido e abordado sob diversas perspectivas, incluindo a social, a econômica, a política, a biológica, a psicológica, a legal, entre outras”.

Pode-se inferir que apesar do uso de drogas ser uma prática presente desde os primórdios da humanidade (ESCOHOTADO, 1996), nas últimas décadas o abuso dessas substâncias vem trazendo sérios prejuízos à população, principalmente entre adolescentes e adultos jovens, como mostraram os dados apontados anteriormente. Seus efeitos afetam estruturas e valores sociais, políticos, econômicos, humanos e culturais dos Estados e sociedades e, infligem, consideráveis prejuízos que contribuem para o crescimento dos gastos com tratamento médico e internação hospitalar, para o aumento dos índices de acidentes de trabalho, de acidentes de

trânsito, de violência urbana e de mortes prematuras e, ainda, para a queda de produtividade dos trabalhadores.

Estudos históricos realizados em São Paulo e no Rio de Janeiro mostram que as epidemias e doenças infecciosas – as principais causas de morte entre os jovens há cinco ou seis décadas –, foram progressivamente substituídas pelas denominadas “causas externas” de mortalidade, principalmente, acidentes de trânsito e homicídios. Os dados do SIM permitem verificar essa significativa mudança. Em 1980, as “causas externas” já eram responsáveis por aproximadamente a metade (52,9%) do total de mortes dos jovens do país. Vinte e oito anos depois, em 2008, dos 46.154 óbitos juvenis registrados no SIM/SVS/MS, 33.770 tiveram sua origem em causas externas, pelo que esse percentual elevou-se de forma drástica: em 2004, quase 3/4 de nossos jovens (72,1%) morreram por causas externas. O maior responsável continua sendo o capítulo de homicídios, apesar da queda no ano de 2004 em razão do impacto das políticas de desarmamento. (WASELFSZ, 2012, P: 17)

De acordo com os dados do Mapa da Violência - 2012, entre os jovens, as causas externas são responsáveis por 73,6% das mortes. Se na população não jovem só 1,8% dos óbitos são causados por homicídios, entre os jovens, os homicídios são responsáveis por 39,7% das mortes. Mas essas são as médias nacionais. Em alguns estados, como Alagoas, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo e Distrito Federal, mais da metade das mortes de jovens foi provocada por homicídio. Além dessas mortes, acidentes de transporte são responsáveis por mais 19,3% dos óbitos juvenis, e suicídios adicionam ainda 3,9%. Em conjunto, essas três causas são responsáveis por quase 2/3 (62,8%) das mortes dos jovens brasileiros.

Assim como a violência o consumo abusivo de drogas tem trazido uma série de consequências tanto para o usuário, como para a sociedade em seus diferentes grupos, como lembram Bastos e Cotrim (1998) em relação aos prejuízos escolares e ocupacionais. A violência decorrente da ação farmacológica dessas substâncias se associa, muitas vezes, à ocorrência de brigas, homicídios e à prática de atos ilícitos.

A gravidade das consequências associadas ao consumo abusivo de drogas fica ainda mais evidente ao considerar as co-morbidades psiquiátricas relacionadas a esta prática. Como elucida um estudo de KESSELER et al (2003), em que os autores informam que o *Methodos for the Epidemiology of Child and Adolescent Mental Disorder* (MECA) encontrou um risco 20 vezes maior de haver algum

Transtorno de Conduta⁹ (incluindo personalidade anti-social, déficit de atenção e transtorno opositivo desafiante¹⁰) entre os adolescentes com abuso ou dependência atual de álcool, maconha ou outra droga ilícita. Clark e colaboradores encontraram que adolescentes com dependência de álcool têm 7.1 vezes mais chance de ter Transtorno de Conduta, 2 vezes mais Transtorno Opositivo Desafiante, 2.8 vezes mais Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e 3.1 vezes mais Depressão do que os controles. Os autores afirmam que as consequências na vida dos adolescentes decorrentes do uso de drogas são inúmeras e muito graves. O fracasso escolar e até mesmo o suicídio na adolescência, apresentam uma forte relação com o uso de drogas.

Além disto, o mercado da droga e suas formas de afirmação têm produzido um aumento significativo da violência urbana no Brasil, pois o delito, especialmente a venda de drogas, oferece para os adolescentes uma forma de renda como um trabalho não formal, e possivelmente, uma forma de afirmar-se perante a sociedade, ou seja, apresenta valores simbólicos. Esclarecendo um pouco mais sobre a questão de “afirmar-se perante a sociedade”, num primeiro momento, lembre-se que o traficante exerce um determinado poder. Seja na relação de fornecedor, em que ele precisa antes de tudo se afirmar na “boca”¹¹, ou ser, em certa medida,

⁹ Transtorno de conduta basicamente consiste numa série de comportamentos que perturbam quem está próximo, com atividades perigosas e até mesmo ilegais. Esses jovens e crianças não apresentam sofrimento psíquico por atos moralmente reprováveis. Assim o comportamento desses pacientes apresenta maior impacto nos outros do que nos próprios. O transtorno de conduta é uma espécie de personalidade antissocial na juventude. Partindo de uma perspectiva psiquiátrica, segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais IV TR – DSM-IV-TR (APA, 2003), o conjunto de comportamentos antissociais, que tende a ocorrer repetidamente e persistentemente é diagnosticado como Transtorno de Conduta – TC.

¹⁰ Definir transtorno opositivo desafiante “é um transtorno caracterizado por um padrão global de desobediência, desafio e comportamento hostil. Os pacientes discutem excessivamente com adultos, não aceitam responsabilidade por sua má conduta, incomodam deliberadamente os demais, possuem dificuldade de aceitar regras e perdem facilmente o controle se as coisas não seguem a forma que eles desejam.” (SERRA-PINHEIRO et al., 2004, p.273)

¹¹ Muitas crianças entram no mundo do tráfico sem nem mesmo notar. Envolvem-se com pessoas ligadas ao crime, levam recados dentro das favelas e acabam virando o que os traficantes chamam de “aviõezinhos”. É o primeiro posto na hierarquia do tráfico. Uma vez dentro do ciclo do tráfico. O tráfico de drogas gera uma dependência parecida com a do uso de drogas. O poder, o reconhecimento, as informações privilegiadas, a hierarquia, as regras e o medo da morte são características difíceis de deixar. Muitas crianças crescem nesse meio até se tornarem adolescentes. Em qualquer classe social a adolescência é uma fase complicada. É uma época de construção de identidade, quando se começa a aprender quem se é. Para um adolescente de classe baixa, que vive em uma sociedade racista e elitista, tudo fica mais difícil. Ele se sente ignorado, invisível e muitas vezes rejeitado. O tráfico acaba preenchendo essa lacuna. Valoriza esses jovens, coloca-os num grupo onde são notados e respeitados. O adolescente se torna protagonista, produz reações nas pessoas, se torna alguém visível. Para muitos, a entrada no mundo do tráfico é uma tentativa desesperada de construir uma identidade. Esses jovens convivem com a realidade do tráfico e

respeitado pela comunidade em que trafica, este indivíduo lança mão de artifícios que o determinam um status de mandante, ou seja, de quem dá a ordem. O tráfico de drogas assume assim, características e formas perversas e elaboradas que permitem considerar não apenas o fator econômico, mas também como uma forma de legitimação social. Esta realidade pode ser verificada em documentários como em “Falcão e os meninos do tráfico”, bem como na realidade vivida de muitos professores imersos nesta trama.

O status - traficante - assume então uma simbologia em que o tráfico é o instrumento pelo qual ocorre uma integração social. Como afirma Bourdieu (1989) enquanto instrumento esta ação torna possível um sentido acerca do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social, mesmo que esta seja dada na relação de poder.

Bourdieu (1989, p: 11) esclarece ao afirmar que:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados.

Desta forma, quando se fala em formas de afirmação em relação ao tráfico de drogas, o que se pretende colocar é que o indivíduo na situação de quem trafica se legitima como indivíduo dotado de poder (mesmo que este seja momentâneo). O poder simbólico adquirido seja pela violência física, econômica, ou mesmo pelo carisma político do proteger a comunidade, lhe confere o poder das palavras e das palavras de ordem. “O poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na

aprendem as regras dentro deste sistema. Depois de “aviõezinhos”, crescem e assumem novas posições, viram “fogueteiros”. Ficam no alto da favela e disparam fogos quando avistam a polícia, são olheiros para o tráfico. O próximo passo é trabalhar dentro da boca de fumo (lugar onde a droga é vendida) e virar ajudante do gerente. Assim, eles vivenciam o dia-a-dia do tráfico, ganham bastante dinheiro e começam a ser respeitados dentro do grupo. Quando o chefe da boca é morto, um desses meninos assume a venda das drogas e fica completamente envolvido no tráfico. Mas muitos não chegam a ser gerente de boca, pois antes disso morrem em confrontos com a polícia ou com facções rivais. Se eles conseguem escapar dos tiroteios, algumas vezes acabam mortos em disputas dentro da própria quadrilha. A rede de hierarquia é muito respeitada dentro do tráfico. São regras feitas dentro da rotina, que não precisam ser escritas para serem obedecidas. O dono do ponto é o grande chefe e controla toda uma rede de “funcionários”, cada um com suas responsabilidades. Todos sabem que as regras precisam ser cumpridas, para não gerar consequências como expulsões ou execuções.

Fonte: <http://soulbrasileiro.com.br/main/rio-de-janeiro/problemas-sociais/trafico-de-drogas-e-faccoes/trafico-de-drogas-e-faccoes/> Acessado em: 10 de agosto de 2012.

legitimidade das palavras e daquela que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.” (BOURDIER, 1989, p: 15)

Para Bourdieu (1989, p: 14), “O poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma *illocutionary force*, mas que se define numa relação determinada - e por meio dessa - entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença.” Em relação ao tráfico de drogas, isto pode ser pensado como uma forma de exercer o poder sobre indivíduo/sociedade em que não é apenas o sujeito que se reconhece numa estrutura de poder, mas o entorno que o assume com tal.

Assim, as condições sociais de sua forma de adquirir proventos financeiros, traficar, garante uma verdadeira subordinação às relações de força fazendo “ignorar-reconhecer” a violência que elas desencadeiam e transformando-as, em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. (Bourdier, 1989).

Estas considerações não explicam os motivos que levam os indivíduos a trilharem o caminho do tráfico, e, nem este é o objetivo. Contudo, elas introduzem uma reflexão sobre os muitos fatores envolvidos na questão da droga demonstrando que seria demasiadamente imprudente assumir apenas um olhar sobre esta temática.

O tráfico e o consumo de drogas estão entre os debates que mais necessitam de reflexões sob qualquer aspecto que se encare, ou seja, tanto do ponto de vista policial, quanto do familiar, social, sanitário, comportamental filosófico, estas práticas exigem reflexões e ações constantes.

Os estudos que tratam da questão da droga são tão importantes para o seu enfrentamento que Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas - CEBRID na tentativa de diagnosticar fatores de risco e fatores de proteção relacionados ao consumo de drogas, já conseguiu mapear alguns caminhos para a prevenção. Um trabalho coordenado pela pesquisadora Solange Nappo entrevistou 62 jovens moradores de 12 favelas da capital paulista - 30 deles eram dependentes químicos e 32 nunca haviam consumido psicotrópicos. O objetivo do estudo era compreender o que levava um indivíduo a evitar as drogas mesmo quando este vive num ambiente em que o acesso é fácil.

A pesquisa, que resultou numa tese de Sanchez (2005), conseguiu estabelecer uma espécie de *ranking* dos fatores de proteção. O mais importante, segundo 78% dos não-usuários, foi a influência de uma família bem estruturada, capaz de impor regras de conduta e dar apoio nos momentos difíceis. Entre os 30 usuários de drogas, 21 afirmaram que uma família bem resolvida pode evitar o envolvimento com psicotrópicos. Em segundo lugar, com 75% das respostas, surgiu a religiosidade, propagada por diferentes igrejas. Já o desempenho das escolas foi reprovado. Apenas 6,7% consideraram úteis os conselhos recebidos dos professores.

O fato de a escola ter apresentado baixa representatividade na prevenção do uso abusivo de drogas, inquieta ainda mais estes pesquisadores, pois faz supor que a escola ainda não está preparada para lidar com a questão da prevenção, apesar desta influenciar direta e indiretamente no alcance dos objetivos da prática pedagógica e do cotidiano escolar. Supõe-se aqui, que se estas agissem mais preparadas, possivelmente contribuíram com fatores protetores mais representativos.

Uma escola mais mobilizada e sensibilizada para uma ação preventiva, que possibilita mudança de atitude e que se percebe num processo de responsabilidade compartilhada, uma escola que dialoga com o jovem na tentativa de entender melhor os seus anseios, limites e possibilidades, não estaria mais preparada para lhe oferecer novas opções de projetos de vida?

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394/96) que define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios do direito universal à educação para todos, apresenta como foco a promoção da cidadania (fomentando a consciência crítica) e a instrumentalização para o trabalho (ênfase no desenvolvimento biopsicosocial do aprendiz).

Na LDB a escola deve ser uma instância importante para o desenvolvimento social. Deve fornecer conhecimentos para que o aluno possa engajar-se profissionalmente e participar de sua comunidade, tornando o indivíduo apto para a vida produtiva.

Além disto, a concepção da educação como exercício de cidadania permeia os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's, que são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal, que orientam a educação e são separados por disciplina. Nos

ciclos dos ensinamentos fundamental e médio estes parâmetros realçam uma educação voltada à formação de cidadãos críticos e capazes de serem responsáveis por seus projetos existenciais.

Em relação à educação em saúde, os conteúdos dos PCN's foram selecionados e organizados em blocos que cumprem a função de indicar as dimensões individual e sociais da saúde. É possível verificar em alguns dos objetivos destes parâmetros a necessidade de desenvolver no estudante o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

Pode-se destacar o fato do indivíduo ser capaz de conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva.

Com base nos PCN's, essa tarefa demanda a afirmação de um conjunto de princípios democráticos para reger a vida social e política dos indivíduos, no âmbito educativo requer fundamentos que permitam orientar, analisar, julgar, criticar as ações pessoais, coletivas e políticas na direção da democracia.

Para os educadores, a situação de se deparar com a droga dentro das escolas, comercializada ou consumida pelos seus alunos, dá origem à questão de como lidar com este problema de forma a não reduzir e/ou simplificar a realidade. Ao invés de procurarem construir um discurso próprio, aberto às questões dos jovens e considerando seus pontos de vista, e com um enfoque múltiplo, os educadores, pelo contrário, tendem a optar pelo discurso pronto, oficial, repetindo as palavras de ordem da abstinência, da criminalização e repressão de toda e qualquer substância ilícita que altere a consciência (ACSELRAD, 2000, p.164).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, ao propor uma educação comprometida com a cidadania, elegeram baseados no texto constitucional, princípios segundo os quais orientam a educação escolar (BRASIL, PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997, P: 19)

-Dignidade da pessoa humana - implica respeito aos direitos humanos, repúdio à discriminação de qualquer tipo, acesso a condições de vida digna, respeito mútuo nas relações interpessoais, públicas e privadas.

-Igualdade de direitos - refere-se à necessidade de garantir a todos a mesma dignidade e possibilidade de exercício de cidadania. Para tanto há que se considerar o princípio da equidade, isto é, que existem diferenças (étnicas, culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas, etc.) e desigualdades (socioeconômicas) que necessitam ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada.

-Participação - como princípio democrático, traz a noção de cidadania ativa, isto é, da complementaridade entre a representação política tradicional e a participação popular no espaço público, compreendendo que não se trata de uma sociedade homogênea e sim marcada por diferenças de classe, étnicas, religiosas, etc.

-Co-responsabilidade pela vida social - implica partilhar com os poderes públicos e diferentes grupos sociais, organizados ou não, a responsabilidade pelos destinos da vida coletiva.

Com base nessa ideia, o MEC definiu alguns temas, que chamou de “Temas Transversais”, que abordam valores referentes à cidadania: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural, e os sistemas de ensino, por serem autônomos, podem incluir outros temas que julgarem de relevância social para sua comunidade. (BRASIL, PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998)

De acordo com Menezes & Santos (2002) os temas transversais são assim adjetivados por não pertencerem a nenhuma disciplina específica, mas atravessarem todas elas como se a todas fossem pertinentes. Eles fazem parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais, criados a partir do Plano Nacional de Educação - PNE, os quais não constituem uma imposição de conteúdos a serem ministrados nas escolas, e sim são propostas nas quais as secretarias e as unidades escolares poderão se basear para elaborar seus próprios planos de ensino.

Esses temas, que correspondem a questões presentes na vida cotidiana, foram integrados no currículo por meio do que se chama de transversalidade. Ou seja, pretende-se que esses temas integrem as áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas, relacionando-as às questões da atualidade e que sejam orientadores também do convívio escolar. Por exemplo:

A área de Ciências Naturais inclui a comparação entre os principais órgãos e funções do aparelho reprodutor masculino e feminino, relacionando seu amadurecimento às mudanças no corpo e no comportamento de meninos e meninas durante a puberdade e respeitando as diferenças individuais. Dessa forma, o estudo do corpo humano não se restringe à dimensão biológica, mas coloca esse conhecimento a serviço da compreensão da diferença de gênero (conteúdo de Orientação Sexual) e do respeito à

diferença - conteúdo de Ética. (BRASIL, PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, p: 25)

Segundo orientação dos PCNs, não se trata dos professores de diferentes áreas pararem sua programação para trabalhar os temas, mas sim, de que explicitem as relações entre ambos e as incluam como conteúdos de sua área, articulando a finalidade do estudo escolar com as questões sociais, possibilitando aos alunos o uso dos conhecimentos escolares em sua vida extraescolar. Não se trata, portanto, de trabalhá-los paralelamente, mas de trazer para os conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva dos temas. (BRASIL, PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998)

Para a execução da proposta dos temas transversais, os PCNs indicam a elaboração de projetos, que são uma das formas de organizar o trabalho didático e que podem integrar diferentes modos de organização curricular. Existem múltiplas possibilidades de projetos que visem resultados voltados para a vida comunitária, tais como os que envolvem a questão do lixo, o desperdício, a necessidade de reciclagem e reaproveitamento de materiais, a qualidade ambiental da comunidade, o que fazer em casa, na escola, no bairro, e que podem ter resultados significativos na mudança de atitudes e práticas de todos os envolvidos, sendo o principal deles o fato de que os alunos se vejam como verdadeiros cidadãos. (BRASIL, PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998)

Apesar das críticas¹² aos PCN's, acredita-se aqui que discutir sobre ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, trabalho e consumo são questões bastante pertinentes para o enriquecimento do universo escolar. Acredita-se que o professor desempenha um papel considerável para a construção e (re) construção do homem, o homem que irá construir e se constituir como sociedade.

A escola não pode se entregar à reprodução de relações de trabalho alienadas e alienantes. Ela deve ser lugar de possibilidade de construção de relações de autonomia, de criação e recriação de seu próprio trabalho, de reconhecimento de si,

¹² Nos meios acadêmicos, inúmeros teóricos teceram críticas aos PCNs, denunciando o caráter político ideológico contido em suas propostas. Talvez a mais incisiva delas tenha sido a organizada pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, em 1997, intitulada "Educação Física Escolar Frente à LDB e aos PCNs: Profissionais analisam renovações, modismos e interesses". Fonte: <http://ceved.org.br/biblioteca/critica-critica-dos-pcns-uma-comcepcao-dialetica/>

que possibilite redefinir sua relação com a instituição, com o Estado, com os alunos, suas famílias e comunidades. (BRASIL, PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, p: 32)

Para Paulo Freire, o conhecimento é construído de forma integradora e interativa. Não é algo pronto a ser apenas "apropriado" ou "socializado", como sustenta a pedagogia dos conteúdos. Por isso, essa pedagogia sustenta a necessidade da memorização. Conhecer é descobrir e construir e não copiar. Na busca do conhecimento, Paulo Freire aproxima o estético, o epistemológico e o social. Para ele é preciso reinventar um conhecimento que tenha "feições de beleza". (Gadotti, 1997)

Percebe-se, neste sentido, a necessidade do estabelecimento de ações preventivas no setor educacional, visto que o consumo abusivo de drogas compromete as relações dos sujeitos com seu próprio eu e com a sociedade. Soma-se a isto a interferência direta na qualidade de vida daquele que usa a droga, bem como de forma indireta nos familiares que acompanham a rotina do usuário de drogas, conforme apontaram estudos que relacionam o alcoolismo dos pais ao comportamento dos filhos (ZANOTI-JERONYMO & CARVALHO, 2005; SHER, 1997), só para citar alguns.

2.2.1 Motivações ao uso de drogas

Uma questão recorrente é a busca de compreender os motivos que levam uma pessoa a usar a droga. Este tipo de questionamento apesar de parecer simples representa questão altamente complexa. Haja vista que a humanidade sempre procurou por substâncias que produzissem algum tipo de alteração em seu humor, em suas percepções, em suas sensações. Além disto, não é possível determinar um único motivo de uso, pois os motivos que levam algumas pessoas a utilizar drogas variam muito. Cada pessoa tem necessidades, impulsos ou objetivos que as faz agir de uma forma ou de outra e a fazer escolhas diferentes. No entanto, algumas possíveis razões para o início do uso de drogas podem ser mencionadas: o surgimento de uma oportunidade e a escolha pela experimentação, o poder de transformação das emoções que a droga possibilita, o imaginário de que o uso de

drogas é excitante e ousado, a influência do grupo no consumo de drogas, a tentativa de minimizar sentimentos de solidão, de baixa autoestima ou falta de confiança; bem como toda uma imposição, pela sociedade, de felicidade para as pessoas, sem considerar que a abstração das frustrações é parte integrante da vida, devendo ser compreendida e transformada. (SILVEIRA, 2000)

A redução dos riscos é uma abordagem que se contrapõe à da guerra às drogas, que se desenvolveu principalmente nos Estados Unidos, e que propõe ações relacionadas apenas ao pólo das drogas, desconsiderando os aspectos ligados aos indivíduos e aos contextos sociais que os envolvem. Entre outras coisas, a opção estratégica de guerra às drogas é uma proposta que vê os usuários como marginais frente à sociedade, apenas aceitáveis desde que livres das drogas.

Ao contrário, a redução de riscos pressupõe que o uso de drogas é uma realidade que tem se confirmado ao longo da história em que há diferentes variáveis que dependem de uma complexa rede formada pela relação dos indivíduos com as drogas e, portanto, não parte de uma visão idealista de que possa existir uma sociedade livre de drogas e de que combater a droga seja a ação suficiente para eliminar o consumo.

Neste aspecto, Sodelli (2011) afirma que o uso de drogas não pode ser compreendido já num primeiro momento como uma doença, embora esta possa vir a ocorrer, dependendo de um conjunto de fatores biológicos, psicológicos, sociais, químicos, aspectos estes que não devem ser compreendidos de maneira isolada. O que também demonstra que uma pessoa pode fazer uso recreativo ou frequente ou se tornar dependente da droga por diferentes razões.

Não é possível generalizar os motivos que levam uma pessoa a usar drogas. Cada usuário (a) tem as suas próprias justificativas e motivações. Mas, mesmo que se possam suspeitar quais sejam os fatores propulsores do uso, ainda é preciso analisar outros pontos: a droga em si, seus efeitos, prazeres e riscos; a pessoa, com sua história de vida, suas experiências, condições de vida, seus relacionamentos e aprendizados; o lugar em que a pessoa vive, com suas regras, seus costumes, se ela tem ou não contato com essas substâncias. Deste modo, a vulnerabilidade para

o uso de drogas está diretamente associada aos fatores culturais, sociais, políticos, econômicos e biológicos.

O observatório brasileiro de informações sobre drogas traz diferentes fatores de proteção e de risco relacionados ao consumo abusivo de álcool e outras drogas como é possível acompanhar no quadro – 1:

Quadro - 1: Fatores de proteção e de risco para o envolvimento com o consumo abusivo de drogas

	Fatores de Proteção	Fatores de Risco
Fatores do próprio indivíduo	Habilidades sociais Cooperação Habilidades para resolver problemas Vínculos positivos com pessoas, instituições e valores Autonomia Autoestima desenvolvida	Insegurança Insatisfação com a vida Sintomas depressivos Curiosidade Busca de prazer
Fatores familiares	Pais que acompanham as atividades dos filhos Estabelecimento de regras de condutas claras Envolvimento afetivo com a vida dos filhos Respeito aos ritos familiares Estabelecimento claro da hierarquia familiar	Pais que fazem uso abusivo de drogas Pais que sofrem de doenças mentais Pais excessivamente autoritários e/ou exigentes Famílias que mantêm uma cultura "muito aditiva"
Fatores escolares	Bom desempenho escolar Boa adaptação e inserção no ambiente escolar Ligações fortes com a escola Oportunidade de participação e decisão Vínculos afetivos com professores e colegas Realização pessoal Possibilidades de desafios e expansão da mente Descoberta de possibilidades (e "talentos") pessoais Prazer em aprender Descoberta e construção de projeto de vida	Baixo desempenho escolar Falta de regras claras Baixas expectativas em relação às crianças Exclusão social Falta de vínculo com as pessoas ou com a aprendizagem
Fatores sociais	Respeito às leis sociais Credibilidade da mídia Oportunidade de trabalho e lazer Informações adequadas sobre as drogas e seus efeitos Clima comunitário afetivo Consciência comunitária e mobilização social	Violência Desvalorização das autoridades sociais Descrença nas instituições Falta de recursos para a prevenção e atendimento Falta de oportunidade de trabalho e lazer
Fatores relacionados à droga	Informações contextualizadas sobre efeitos Regras e controle para o consumo adequado	Disponibilidade para compra Propaganda que incentiva e mostra apenas o prazer que a droga causa Prazer intenso que leva o indivíduo a querer repetir o uso

Quadro adaptado a partir dos dados fornecidos pelo observatório brasileiro de informações sobre drogas. Fonte: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php>

Estes fatores devem ser considerados num trabalho de prevenção ao uso indevido de drogas, pois estes diferentes contextos em que os fatores protetores e não protetores são apresentados sinalizam interessante fonte de informação para potencializar as ações preventivas.

Ainda sobre a questão do que motiva uma pessoa a consumir drogas de maneira problemática, chega-se à incipiente suposição que compreender a sistemática humana e tentar difundir argumentações é algo bastante complexo. Entretanto, uma das justificativas que dificilmente passariam despercebidas no quesito - consumo de drogas - é o prazer que esta substância proporciona aos indivíduos que a consomem. A excitação... A sensação de poder... E neste sentido, alguns esclarecimentos podem nortear uma outra forma de começar a responder esta questão. Importante ressaltar que esta é apenas uma parte, uma das facetas que justificariam este aumento abusivo do consumo de drogas, mas que não esgotaria esta discussão.

Buscando em Elias (1994, p: 54) uma explicação sobre a relação drogas e sociedade é possível verificar que o controle das emoções, dos impulsos e das paixões é o que vai direcionar uma nova forma de conduta da sociedade. Este controle está relacionado com “o entrelaçamento e interdependência das pessoas”. O que isto quer dizer? Para o autor, o produto da articulação entre a formação do Estado enquanto monopólio legítimo da violência (da força física) e as mudanças ocorridas nos costumes, que significaram o desenvolvimento do autocontrole do homem moderno, é um dos possíveis caminhos para a compreensão desta busca de libertação.

Como afirma Elias (1994), as culturas das sociedades modernas se diferenciam em relação às culturas tradicionais por um maior controle individual das emoções no sentido de facilitar a organização das suas configurações coletivas. É como se ao longo do tempo até as sociedades modernas atuais, o controle das emoções fosse necessário para que se estabelecessem configurações consistentes, de longa duração, e em que frequentemente as emoções individuais são redimensionadas para não gerar tensões entre as pessoas e os grupos. Esse controle sobre a administração das emoções foi se estabilizando como responsabilidade pessoal, responsabilidade que garantiria o futuro das sociedades civilizadas. “A civilidade é

entendida na perspectiva de Norbert Elias como uma experiência historicamente construída, um processo de abrandamento das pulsões visando a internalização de um conjunto de regras consideradas civilizadas para a formação de uma sociedade que se representava como sadia e de bem”. (DESSBESELL, p: 6, 2008)

Como funciona essa responsabilidade? Os indivíduos no processo civilizador passam a assumir individualmente a responsabilidade de controlar seus impulsos, suas paixões, pois estes conhecem os riscos que acompanham o descontrole de tais emoções.

Elias defende sua tese baseado em aspectos das relações sociais, sendo esses a história dos costumes dos homens na vida cotidiana, bem como a formação dos Estados nacionais. Segundo Elias, estes aspectos não podem ser compreendidos como independentes, pois são todos interligados e dependentes.

Este esforço para explicar as inter-relações dos sujeitos (com si e com os outros) foi chamado de “O processo civilizador”. Este processo para Elias (1994, p: 193-4), enquanto desenvolvimento do indivíduo, “constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica”, mesmo que estas mudanças não tenham sido intencionais ou planejadas, não implicam numa “mera sequência de mudanças caóticas”. Elias não tem uma visão estática dessas configurações e busca captá-las em contínuo processo de constituição e transformação.

Elias explica que anteriormente, o autocontrole individual se dava em relação direta com o uso da violência, da força física ou algo que o valha. No entanto, constata que desde a sociedade guerreira até os dias atuais, os indivíduos foram lentamente modelados pela vida social, e a espontaneidade deu lugar a regras de conduta (hábitos), inclusive na vida privada. Esta breve explanação é importante à medida que Elias (1994, p: 197) considera que a fixação do autocontrole se dá em função de vários fatores, entre os quais “a monopolização da força física”, a “estabilidade dos órgãos centrais da sociedade” e a “crescente divisão entre vida pública e vida privada”, foram transformando também a estrutura da personalidade. Esta teoria parece fornecer subsídios para pensar que o homem, nesta dinâmica em que cada vez mais os indivíduos têm que reprimir a si mesmos e a sua espontaneidade em

prol de um comportamento mais racional, civilizado, de moderação das paixões, leve-o à necessidade de extravasar paixões reprimidas decorrentes deste processo.

“A Busca da Excitação”, talvez seja a obra que deixará mais claro o sentido de trazer esta discussão que propõe abordar a questão das drogas e a sociedade nos dias atuais. Elias e Dunning (1992) discutem a busca da excitação como meio compensatório para aliviar as tensões do estresse provocado pelo constante esforço do autocontrolar as emoções. Para os autores a busca da excitação é um importante fator da vida social moderna. Assim, surge uma linha de pensamento que compreende a excitação como uma necessidade inerente da vida humana, como um ato social importante e imperativo aos indivíduos, independente da sua relação com o trabalho, focando suas bases na busca pelas fortes emoções que sempre estiveram presentes na vida das pessoas e que se tornaram cada vez mais reprimidas nas sociedades atuais.

Elias e Dunning (1992) debatem o papel do lazer nas sociedades complexas, desvendando a função social do tempo livre para a construção da sociedade moderna e sua relevância na teoria do processo civilizador. Eles têm como referência a função das atividades físicas, do espetáculo, das artes no tempo livre para a formação moral dos indivíduos inseridos numa sociedade. De maneira geral, pode-se afirmar que este papel se resume nas formas de expressar e de interagir neste tempo livre, em que são permitidas ações espontâneas que não são toleradas em situações cotidianas como no trabalho, festas familiares, manifestações religiosas e escola.

A criação desta moral do processo civilizador passa pela permissão social de atos considerados violentos ou amorais como xingamentos em partidas de futebol e atividades físicas, o uso de certo tipo de roupas, consumo de bebida alcoólica, guerra entre torcidas, assistir a certos espetáculos violentos, liberalização sexual, etc. Esta tolerância, segundo os autores, é uma forma de expressar desejos morais reprimidos durante o processo de evolução social e incorporação das normas coletivas e civilizatórias.

A busca da excitação é uma forma de procurar alívio da repressão social. Ela acontece no tempo livre ou no lazer. Assim, mesmo que não se tenha identificado

com exatidão o que leva um indivíduo a consumir drogas mesmo quando estas podem ser altamente prejudiciais ao seu desenvolvimento pessoal e social, uma possível evidência que se chega neste capítulo é que a sensação de prazer e a excitação que as drogas proporcionam, remonta desejos reprimidos, e por vezes, ocultos, em uma sociedade que se diz civilizada. É na dinâmica entre o real e o abstrato, a razão e a emoção, que os indivíduos se permitem extravasar emoções contidas no contexto de um processo histórico.

3. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Este estudo objetiva conhecer e analisar os programas e ações preventivas do uso indevido de drogas fomentadas pela secretaria de Educação do estado do Espírito-SEDU. De uma forma mais específica, buscou-se identificar como a SEDU atua como elemento multiplicador de ações preventivas na rede. Para tanto esta pesquisa apresenta caráter qualitativo de abordagens exploratória e descritiva. De acordo com Chizzotti (1995, p.104) a pesquisa exploratória objetiva em geral “provocar o esclarecimento de uma situação para a tomada de consciência”, neste caso, este esclarecimento, trata do processo de conhecer os programas e ações preventivas ao uso indevido de drogas fomentadas pela SEDU. Já a pesquisa descritiva, que de acordo com Triviños (1996, p. 110), “*tem por objetivo a descrição de determinada realidade*”, visa justamente à descrição e análise dos achados na fase exploratória. Quanto aos procedimentos metodológicos, o trabalho desenvolve-se a partir da combinação de: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a pesquisa de campo. As técnicas para a coleta de dados são a entrevista semi-estruturada e a análise documental. A análise dos dados foi desenvolvida a partir da análise de conteúdo, bem como de estatística descritiva dos dados que serão apresentados em quadros, tabelas e gráficos.

A concepção metodológica que norteia este estudo se baseia em princípios qualitativos, cuja tarefa revela-se promissora, embora não neutra ou isenta de contradições das avaliações fornecidas pelos sujeitos.

Utilizou-se de um levantamento bibliográfico, desenvolvido com base em material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos.

A pesquisa qualitativa compôs-se de relatos orais semi-estruturados, realizados durante as entrevistas. Estes permitiram que a entrevistada tivesse a liberdade de expor suas idéias. Conforme orientação de Chizzotti (2006), esse tipo de pesquisa além de interferir nas formas de vida das pessoas, nas histórias de lutas, nas relações sociais e nas memórias, também entende que as atividades desenvolvidas pelos atores sociais constituem experimentos de emancipação e de mudança de uma dada situação por meio de grupos que dialogam.

3.1 Instrumentos e procedimentos

Finalizada a estruturação do roteiro de entrevista, o passo foi contactar a SEDU para autorização da entrevista junto com o secretário e/ou outro representante designado para tal função, além da liberação para a análise dos documentos que fossem necessários. Os contatos iniciais foram explicados por telefone e, em seguida, foram enviados e-mails explicando e sensibilizando as pessoas responsáveis pelo encaminhamento do estudo a quem de fato pudesse atuar no fornecimento de dados, de maneira que os objetivos e a importância do trabalho fossem esclarecidos. Confirmado o aceite da entrevista, o passo seguinte (e bastante desgastante) foi conseguir de fato a entrevista, que após muitos desencontros, foi realizada na própria secretaria de educação.

Durante a entrevista as informações foram gravadas diretamente em um computador. Importante ressaltar que sempre que necessário foi apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido e assegurado o anonimato dos sujeitos desta pesquisa, seguindo todas as recomendações éticas para este tipo de estudo, conforme modelo em anexo no apêndice do texto.

3.1.2 A coleta dos dados

A coleta se constitui de entrevista junto com um representante que falou em nome da secretaria de educação do estado. Além disto, foi realizada também uma análise nos projetos e programas citados pela pessoa entrevistada, cujas abordagens tratavam da relação escola/comunidade e desenvolvimento do cidadão.

3.1.3 Análise dos dados

Para orientação no processo de análise, tomou-se por base Bardin (2002, p.38) como referência principal, com a análise de conteúdo, no qual ela afirma ser “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. A proposta deste método é a “decomposição do discurso e identificação de análise ou grupos de representações para uma categorização dos fenômenos” (SILVA, 2005, p: 70). Este esmiuçar possibilita uma reconstrução de significados que apresentam uma compreensão mais aprofundada do fenômeno estudado, de forma que o pesquisador possa apreender a visão dos sujeitos do estudo em análise. Assim, a

análise e discussão dos achados foram categorizadas em eixos de análises sendo eles:

Primeiros contatos; A falta de iniciativas da SEDU sobre a prevenção do uso abusivo de drogas; A construção do novo Currículo Básico Comum; O que antes era trabalhado sobre forma de projeto passa a ser tratado na escola dentro das disciplinas; O caráter pontual das ações relativas à prevenção; O programa Escola Aberta; O programa Escola Aberta e as possibilidades de Prevenção do uso abusivo de drogas; O programa Família Presente na Educação; A família e o seu papel na prevenção do consumo abusivo de drogas; Uma educação baseada na valorização da vida; Uma pequena abordagem sobre a Lei nº 11.343; O programa Saúde e Prevenção Na Escola.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Primeiros contatos

Será aqui apresentada a análise qualitativa dos dados obtidos em entrevista realizada junto com um subgerente de projetos especiais da Secretaria de Educação do estado do Espírito e das ações desenvolvidas neste âmbito.

Infelizmente ocorreram muitos desencontros até que finalmente a entrevista fosse realizada. Inicialmente a dificuldade se deu na definição (por parte da SEDU) de qual setor mais indicado a atender minha solicitação e ainda, qual a pessoa deveria responder as indagações propostas neste estudo.

Após muitos *e-mails*, telefonemas e visitas frustradas à secretaria, finalmente definiu-se uma data e horário para a entrevista. No entanto, o tramite deste processo durou aproximadamente dois meses.

Antes da entrevista, a pessoa responsável por fornecer as informações foi orientada em relação à pesquisa e sensibilizada sobre sua participação. A informação dada foi que esta seria uma pesquisa para conhecer se a SEDU desenvolve algum programa de prevenção ao consumo indevido de drogas, ou mesmo, se há alguma ação deste cunho neste setor. Foi esclarecido que esta pessoa não seria identificada nominalmente.

Cabe ressaltar que a forma como se conduziu a entrevista proporcionou um diálogo mais aberto em que a entrevistada pode expor sua trajetória neste setor, bem como a forma como a prevenção ao consumo abusivo de drogas tem sido tratada no decorrer de sua vivência na gerência de projetos.

As informações foram registradas mediante gravação da entrevista por meio de um notebook e, posteriormente, transcrita, a fim de que fosse feita uma filtragem das informações, possibilitando um melhor esclarecimento dos achados.

4.2 A falta de iniciativas da SEDU sobre a prevenção do uso abusivo de drogas

Já no primeiro contato da entrevista, a representante oficial da SEDU declarou que apesar da Secretaria ser demandada pela sociedade e a questão da droga ser uma demanda constante das escolas, das famílias, e das comunidades, a secretaria de educação não fomenta, ao menos não diretamente, programas de prevenção ao consumo abusivo de drogas. Ela corrobora sua fala afirmando que a escola não se sente preparada para lidar com esta questão. Neste momento ela justifica esclarecendo que:

Às vezes a escola vive dentro dela um ambiente harmônico, mas o seu entorno é um ambiente muito conflituoso destas questões de drogas, de tráfico, e isso infelizmente é uma coisa que está muito presente, às vezes não está na escola, mas está na porta dela e como é que a escola vai se proteger, se preservar para tratar destas questões?

Observa-se logo no início da entrevista um despreparo por parte da SEDU para tratar da questão das drogas no ambiente escolar. A secretaria apesar de reconhecer a necessidade deste tipo de ação, ainda não se organizou para lidar com este tipo de trabalho.

Além disto, a entrevistada relata que todas as questões relacionadas à prevenção de saúde, as temáticas da diversidade do currículo, a educação ambiental, educação etnorracial, a relação escola-comunidade e as modalidades da educação básica, educação do campo, educação indígena e quilombola, eram tratadas a partir da gerência de projetos especiais. Entretanto, ocorre uma reformulação do Currículo Básico Comum da escola estadual e algumas destas questões passam a ser tratadas no próprio currículo escolar, e não mais a partir de projetos.

Quando eu cheguei aqui para SEDU, em 2008, eu vim para essa que se chama subgerência de projetos especiais. E aí abarcava todas as questões pra juventude, prevenção de saúde, as temáticas da diversidade do currículo, educação ambiental, educação etnorracial, relação escola-comunidade e mais modalidades da educação básica, educação do campo, indígena e quilombola. E assim eu vim pra acompanhar esses programas de saúde e prevenção. Pra esse ano¹³ a gente tem uma orientação nova, estamos passando por uma mudança. Essas temáticas todas da diversidade no currículo, todas essas questões vão pra assessoria de currículo e na secretaria vão ficar só as modalidades da educação básica, do campo, indígena e quilombola, e eu vou ficar com essa parte. Então essas questões todas serão encaminhadas a partir do currículo.

¹³ Como esta entrevista foi realizada no ano de 2011, o ano em referência é o de 2011.

Para nortear um pouco mais sobre este novo currículo e dar continuidade ao raciocínio que a SEDU vem desenvolvendo em torno desta questão, algumas reformulações têm sido desenvolvidas.

4.3 A construção do novo Currículo Básico Comum

No Currículo Básico Comum – CBC há informação que entre os anos de 2004 e 2006 a Secretaria de Educação promoveu seminários com o objetivo de debater democraticamente uma política pública para a educação como direito, com qualidade social, para todos os capixabas. De acordo com este documento, nos anos de 2007 e 2008 foram vividos momentos muito ricos de discussão, contando com a participação de cerca de 1.500 educadores, entre professores referência, consultores, professores convidados, pedagogos e representantes de movimentos sociais organizados. Todos esses atores envolvidos em elaborar e propor alternativas político-pedagógicas com vistas à promoção do educando e, conseqüentemente, da educação pública.

A elaboração do novo currículo tem como foco inovador a definição do CBC para cada disciplina da Educação Básica. O CBC considera uma parte do programa curricular de uma disciplina cuja implementação é obrigatória em todas as escolas da rede estadual. Essa proposta traz implícita a ideia de que há 70% de um conteúdo básico de cada disciplina que é necessário e fundamental para a formação da cidadania e que precisa ser aprendido por todos os estudantes da Educação Básica da rede estadual. Além do CBC, outros conteúdos complementares deverão ser acrescentados de acordo com a realidade sociocultural da região onde a unidade escolar está inserida, correspondendo aos 30% restantes.

Ainda sob a luz do documento, tem-se que este foi elaborado tendo como categorias norteadoras a ciência, a cultura e o trabalho. O conceito de ciência remete a conhecimentos produzidos e legitimados ao longo da história, como resultados de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais. A cultura deve ser compreendida no seu sentido mais ampliado, ou seja, como a articulação entre o conjunto de

representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização, constituindo o modo de vida de uma população determinada.

Sobre a elaboração deste novo currículo a informação é que as iniciativas da SEDU foram feitas de forma coletiva e dialogada.

Deste modo, em 2003, a partir da realização de Seminários e Grupos de estudo iniciou-se a elaboração de ementas de cada disciplina. O CBC (2012) traz que a construção dessas ementas foi realizada por grupos de educadores das redes estadual, municipal e federal, que, reunidos por disciplina e posteriormente por áreas de conhecimento, elaboraram as ementas contendo visão de área, objetivos, conteúdos e orientações didáticas.

Ao longo de 2004 as ementas encaminhadas para toda a rede estadual, e utilizadas como instrumento orientador na elaboração dos Planos de Ensino, constituíram-se objetos de diálogo, estudo e debate vivenciados no interior das unidades escolares nos momentos de formação em serviço quer seja em sala de aula, de acordo com a prática pedagógica do professor. As sugestões e análises feitas nas escolas foram trazidas para os Seminários Regionais de Avaliação das Ementas Curriculares, com representantes da Sedu/Superintendências Regionais de Educação (SRE) e de todas as escolas, e, por meio de dinâmicas de socialização dos estudos e avaliação, se chegou a um relatório final que aponta sugestões para a reestruturação das diretrizes curriculares.

Em 2005 a SEDU identificou e cadastrou professores referência de cada disciplina e por SRE, considerando situação funcional, formação acadêmica e atualização permanente, exercício constante de uma prática pedagógica inovadora, além de atuação na elaboração de itens para as avaliações nacionais (SAEB) e estadual (PAEBES).

Em 2006 por meio de seminários com participação dos professores referência, a SEDU propôs ações com objetivo de construção do documento de diretrizes curriculares do Espírito Santo, considerando a necessidade de elaboração de um referencial introdutório ao documento.

Ainda sobre o histórico da construção deste novo currículo, informa-se que na continuidade do debate em toda a rede, nos anos de 2007 e 2008, foi priorizada a elaboração dos Conteúdos Básicos Comuns – CBC. Para essa etapa de reformulação contou-se ainda com duas consultoras, além de 26 especialistas de cada disciplina, modalidades e transversalidades.

Como principais autores desta elaboração foram envolvidos 112 professores referência da rede estadual que, em dois grandes ciclos de colóquios, intercolóquios e seminário de imersão, num processo formativo e dialógico, produziram os CBC por disciplina.

Toda produção foi mediada também nas unidades escolares por Dinamizadores do Currículo (pedagogo ou coordenador), que organizaram os debates com os demais profissionais da rede estadual.

De acordo com o documento curricular foram vividos momentos muito ricos de discussão, contando com a participação de cerca de 1.500 educadores, entre professores referência, técnicos da unidade central e das SRE, consultores, professores convidados, pedagogos e representantes de movimentos sociais organizados. Todos esses atores foram mobilizados a pensar e propor alternativas político pedagógicas com vistas à promoção do educando e, conseqüentemente, da educação pública.

4.4 O que antes era trabalhado sobre forma de projeto passa a ser tratado na escola dentro das disciplinas

A entrevistada aponta que todas as questões na escola se materializam sob a forma de projetos. Projetos de educação ambiental, saúde, ética educacional, e ainda corrobora sua fala acrescentando que a escola acolhe muito bem quando isto parte dela mesma. Contudo, a entrevistada faz referência ao caráter muito pontual destas ações, sendo por vezes esporádica a atuação da escola frente à temática trabalhada no projeto, observe *em sua fala* - “Mas assim o que a gente acredita é que esse projeto, apesar de ter muitos pontos de eficiência, eles têm um caráter muito

pontual, às vezes você fala dessa questão uma vez no ano e essas questões são da rotina da escola, né.”

Ela apresenta que a partir desta nova configuração, o que se espera é que estas questões sejam encaminhadas a partir do currículo, de forma que temáticas como esta da droga estejam presentes na escola por meio de *“textos das disciplinas, nas questões matemáticas, estatísticas, enfim, nos problemas de Química. A entrevistada enfatiza que “estas questões vão vir, elas vão precisar aparecer, mas isso é difícil.”* Entretanto, ela ressalta a importância de instrumentalizar a rede nesse sentido, pois há ainda um caráter muito pontual nas ações.

No dia-a-dia escolar, nas práticas educativas, percebe-se, mesmo que de forma empírica, um abrandamento ou uma ação velada no que diz respeito ao problema do uso e abuso de álcool e outras drogas. É o que foi apresentado também nos registros feitos durante a entrevista:

Esta questão das drogas ela é uma demanda constante, uma demanda constante das escolas dos diretores, porque na verdade a escola não sabe, não sabe talvez ela não reúne ali dentro dela todos os elementos para poder tratar uma questão como esta, até pela própria exposição da escola. Às vezes a escola dentro dela ela vive um ambiente harmônico, mas o seu entorno é um ambiente muito conflituoso destas questões de drogas, de tráfico [...] e como é que a escola vai se proteger, se preservar para tratar destas questões?

Isto demonstra que não há nas escolas um diálogo aberto com os alunos sobre o referido problema. A escola não está preparada para dialogar com seus jovens, principalmente o que se refere às drogas lícitas ou ilícitas. Professores, coordenadores e diretores não parecem não conceber a juventude como um segmento que tem suas especificidades, sua maneira de ver o mundo, seres capazes de produzir cultura. A diversidade que existe na sala de aula é muito grande, as respostas educativas têm de ser, no mínimo, muito diferentes. Talvez esta homogeneização a qual a escola molda, estereotipa e rotula tenha feito deste mais um espaço de exclusão e de negação do diálogo sobre drogas do que de fato de inclusão e proposição deste último.

O fato é que muitas famílias e muitas escolas começam a falar de prevenção depois que o problema já se instalou. Claro que isto é válido se não estiver descontextualizado ou se não for apenas “trabalho para complementar notas”. Mas, como Lapate (2001) defende esta medida deve começar o quanto antes, de

preferência quando o feto ainda está em formação. Assim, se atuaria antes que os problemas chegassem, conforme sugere o próprio autor.

Mesmo que a escola não consiga incluir em suas práticas, a prevenção ao uso de drogas há ações educativas que podem ser realizadas a qualquer tempo e por todos nós.

Neste sentido, Albertini (1998, p. 55) recomenda que a escola “deve estar atenta para não contribuir com qualquer forma de rotulação, discriminação ou marginalização do usuário, eventual ou assíduo, de drogas”.

Um programa de prevenção como prática educativa deve levar em consideração outros aspectos além das informações sobre a composição ou efeitos das drogas, pois muitos adolescentes e jovens têm essas informações mais detalhadas do que seus pais e professores. Como toda ação educativa precisa ser muito bem planejada.

Assim, um projeto de prevenção ao uso de drogas, além de garantir que os alunos recebam informações corretas e não preconceituosas, deve contemplar a vertente emocional da questão. Nesse sentido, deve acolher a inquietação própria dos adolescentes, sem abrir mão de estabelecer limites claros e não arbitrários. Para tanto, é essencial a abertura de diferentes canais de participação dos alunos em múltiplas atividades artísticas e esportivas, desenvolvidas ou propiciadas pela escola. (ARATANGY, 1998, p. 15)

Ignorar ou negar que este problema existe no cotidiano escolar, definitivamente não ajudará a resolvê-lo.

Por outro lado é preciso ter consciência que este não é um problema restrito ao ambiente escolar e que tem raízes sociais mais profundas. Então a escola não é a única responsável por ações no intuito de realizar a prevenção em qualquer nível.

Não é responsabilizar ou creditar à escola a resolução desta problemática, pois ela sozinha não dá conta. O que se pretende é oportunizar as crianças e aos jovens que eles vejam a escola como um espaço propício para que sejam respeitados e valorizados, que a escola seja capaz de refletir a sua realidade e com eles discutir, planejar e criar oportunidades para que se sintam no ambiente capaz de visualizá-lo como sujeito de direitos e não como problema social.

O papel da escola é muito mais no sentido de desenvolver práticas educativas preventivas que remediativas. Para que isso ocorra, no entanto, é preciso investir na formação continuada de professores, oportunizando a eles não só a construção de

novas concepções, mas sobretudo, identificar aquelas que vêm fundamentando o seu trabalho, embasando as suas ações voltadas aos adolescentes e jovens.

Partindo destas considerações, sugere-se que a implementação de uma prática educativa preventiva quanto ao uso de drogas lícitas ou ilícitas, somente se sustentará a partir da consideração de três pontos iniciais: a formação continuada de professores a fim de instrumentalizá-los (de forma teórica e prática) na abordagem destas e outras questões “problemáticas” no cenário educacional; a concepção de adolescentes e jovens como protagonistas da própria história; e, a concepção de professores como mediadores desta construção que é ao mesmo tempo individual e coletiva, pois as tomadas de decisões, as escolhas feitas, têm muitas vezes um caráter que extrapola as consequências individuais.

A Política Nacional sobre Drogas, aprovada pelo Conselho Nacional Antidrogas, prevê capacitação continuada com trabalho interdisciplinar e multiprofissional, na saúde e educação, sobre prevenção do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas com base na filosofia da responsabilidade compartilhada; ações continuadas, com foco no indivíduo e seu contexto sociocultural, buscando desestimular o uso inicial de drogas, incentivar a diminuição do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido. Recomenda a integração com programas de promoção geral à saúde e de prevenção, e mapeamento e divulgação de práticas eficientes existentes no Brasil e em outros países. Pretende fundamentar as campanhas e programas de prevenção em pesquisas e levantamentos sobre o uso de drogas e suas consequências, de acordo com as características da população-alvo e propor a inclusão, na educação básica e superior, de conteúdos com embasamento científico relativos à prevenção do uso indevido de drogas. E, também as mensagens utilizadas em campanhas e programas educacionais e preventivos devem ser claras, atualizadas e fundamentadas cientificamente.

Porém, as intervenções preventivas ainda se mostram pouco eficientes para uma mudança significativa da realidade em questão, sendo afetadas por diversos fatores, tais como: crenças errôneas quanto à efetividade de algumas destas medidas; alarde da mídia que, ora negligencia o risco das drogas lícitas (álcool e tabaco) ora cria verdadeiro pânico sobre o uso (Marinho, 2005; Noto e Galduróz, 1999; Ribeiro, Pergher & Torossian, 1998), adotando postura de guerra com ênfase às drogas

ilícitas, e gerando ambigüidade de interpretação num país extremamente influenciado pela comunicação de massa de fácil assimilação; desenvolvimento de políticas públicas engajadas, mas abandonadas em mudanças de governo ou desvinculadas das conclusões de pesquisas científicas, além do caráter muito pontual das ações preventivas.

4.5 O caráter pontual das ações relativas à prevenção

Neste ponto foi possível verificar a dimensão da fragilidade das ações quando o tema em questão é a prevenção do uso indevido de drogas em âmbito escolar. Como já foi abordado no texto, o uso de drogas é um fenômeno sociocultural bastante complexo, o que significa dizer que sua presença na sociedade não se dá de maneira simples, pois é reconhecidamente uma ocorrência complexa e multifatorial.

Desta forma, a prevenção do uso indevido de drogas é um processo desafiador e como requer uma abordagem desprovida de preconceitos e discriminações, exigindo fundamentação teórica. Caso contrário, as propostas de prevenção podem legitimar um discurso moralista e repressivo, limitando assim a compreensão das múltiplas manifestações das drogas na sociedade, como geralmente as ações pontuais acabam fazendo.

Problematizar e desconstruir determinados preconceitos é de suma importância para avançar em outras perspectivas que possibilitem uma análise mais contextualizada sobre a questão das drogas e sua prevenção.

Assim, questionou-se um pouco mais a entrevistada sobre como seria este processo do currículo se materializar na prática pedagógica dos professores abordando a questão da prevenção, tendo em vista que a própria entrevistada já esclareceu a dificuldade de se instrumentalizar a rede neste sentido. Em resposta ela aponta que:

É a gente tem um projeto grande esse ano que inclusive foi até pro painel do governo do estado que é: "Olhares na diversidade", dentro deste projeto ta previsto tratar todas as questões da diversidade e as questões da juventude, envolver os estudantes nessas discussões. Essa é uma questão que vai estar presente na questão de saúde e prevenção, até porque a gente tem demandas do governo federal que a gente precisa encaminhar. A

gente já teve um caminho percorrido com o programa “saúde e prevenção na escola”, e dentro desse projeto está previsto isso: ações de formação de professores, aquisição de material didático, envolvimento dos estudantes, seminários com os estudantes, envolvimento deles nesta discussão. A assessoria de currículo é algo novo que está se construindo aqui na secretaria, ela também vai dar um pouco deste caminho.

Sobre o projeto “Olhares na diversidade” a entrevistada esclarece que este é um projeto que tem marcos estabelecido até 2014. Em 2011 foi realizada a formação de técnicos da superintendência, e no ano de 2012 continua a formação dos técnicos, formação dos professores, pedagogos e a aquisição de material. Ela conclui sua fala afirmando que após este processo os temas vão surgir e complementa: “aí esse como fazer ele vai tomar este corpo que se espera”.

Evidencia-se a partir deste comentário a falta de clareza sobre as ações a serem implementadas. Parece que pouco se sabe ou pouco se definiu sobre este “como fazer”. Contudo, a entrevistada continuou discorrendo sobre “esse como fazer” abordando sobre programas já desenvolvidos na rede, como o programa Escola Aberta e o programa Família Presente Na Educação.

4.6 O programa Escola Aberta

Em relação ao programa Escola Aberta, verificou-se que este é um programa que funciona aos finais de semana em escolas da região metropolitana e que tem, também, entre outros objetivos o enfoque na redução de danos e na redução de violências, conforme apontado no quadro – 2:

Quadro – 2: Resumo da Estrutura do Programa Escola Aberta

Programa Escola Aberta	
Proposta Pedagógica	Ampliar o escopo das atividades da escola para promover a melhoria da qualidade da educação no país, de se promover maior diálogo, cooperação e participação entre os alunos, pais e equipes de profissionais que atuam nas escolas e a necessidade de redução da violência e da vulnerabilidade socioeconômica nas comunidades escolares.
Objetivo geral	Contribuir para a melhoria da qualidade da educação, a inclusão social e a construção de uma cultura de paz.
Objetivos específicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover e ampliar a integração entre escola e comunidade; 2. Ampliar as oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania; 3. Contribuir para a redução das violências na comunidade escolar.
Oficinas ministradas	
<p>1- Oficinas planejadas a partir da pesquisa que o coordenador escolar realizará na comunidade, identificando os interesses e necessidades dos moradores. As oficinas podem ser de diversas áreas como cultura/artes, esporte e lazer, comunicação, saúde, informática, trabalho e outras (reforço escolar, idiomas, conteúdos variados).</p>	<p>2- Oficinas fomentadas pelo MEC, com o objetivo de contribuir para o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural nacional, o enfrentamento da discriminação e do preconceito, o desenvolvimento da cidadania e do protagonismo juvenil. Serão realizadas, entre outras e sempre que possível, oficinas de direitos humanos e cidadania, diversidade e leitura.</p>
Eixos estruturantes	<ul style="list-style-type: none"> • Educação • Cidadania • Inclusão social
Meta do programa	
Contribuir para a construção da cidadania consciente, responsável e participante, favorecendo a inclusão sociocultural (particularmente do jovem estudante da educação básica das escolas públicas), a diminuição da violência e da vulnerabilidade socioeconômica e, por extensão, a promoção da paz e da melhoria da qualidade de vida da população. Pretende, ainda, transformar a escola em um ambiente mais atuante e presente na vida dos jovens e suas comunidades, promovendo maior diálogo, cooperação e participação entre os alunos, pais e equipes de profissionais que atuam nas escolas, além de contribuir para a complementação de renda das famílias.	

Quadro elaborado a partir da apresentação do projeto localizado no site da SEDU

Fonte: http://www.educacao.es.gov.br/web/escola_aberta.htm Acessado em: 30 de julho de 2012.

No programa Escola Aberta a ação governamental se estrutura a partir da abertura do espaço público escolar aos finais de semana para a apropriação pelas comunidades locais. Segundo o documento do programa há uma preocupação com a transformação da sociedade rumo a formas de organização e de vida mais democráticas. Por isso, o programa defende que para o alcance da efetividade da ação educativa, necessita-se delimitar os objetivos e princípios pedagógicos que orientam a prática, assim o Escola Aberta desenvolve sua proposta pedagógica com eixos na Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude.

De acordo com os documentos do programa a intenção é promover e ampliar a integração entre escola e comunidade, defendendo a ampliação das oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania de modo a contribuir para a redução das violências na comunidade escolar. Este programa se fundamenta numa concepção de escola como lócus do encontro entre o conhecimento formal historicamente acumulado e os saberes populares, onde o ambiente escolar é visto como espaço privilegiado de convivência entre diferentes e de aprendizagem da ética da cooperação que se contrapõe à da coerção.

O programa busca ampliar as experiências de aprendizagem trazendo para “a instituição os saberes e talentos que fluem na vida das comunidades, permeando-os com uma intencionalidade que os situa no processo reflexivo sobre os fins educativos.” (TINOCO & SILVA, 2007, P: 9)

Entre seus objetivos o programa apresenta como proposta pedagógica a intenção de evidenciar a opção política por conceitos como apropriação democrática do espaço público, valorização das culturas locais, celebração das diferenças no âmbito da igualdade perante a lei e socialização do saber como promoção de autonomia e de participação social.

Tinoco & Silva (2007) justificam a presença do programa em áreas urbanas com um alto índice de risco e vulnerabilidade social, e ainda destacam que não se trata apenas da ação ocupar o tempo livre dos indivíduos, trazendo que:

Ultrapassa a intenção de buscar a simples solução de retirar os jovens das ruas, ocupando-lhes o tempo. Trata-se de movimentar atores políticos, técnicos, públicos e privados, de âmbitos federal, estadual e municipal a fim de solidificar as experiências vividas, de forma a que sejam incorporadas à vida das escolas e promovam transformações culturais profundas no

cotidiano das populações envolvidas. Abrir as escolas aos finais de semana para que as comunidades as utilizem como locais de vivência do encontro entre criatividade, lazer e aprendizagem é uma ação aparentemente simples. Entretanto, se orientada pela intencionalidade educativa, pode repercutir de maneira duradoura e positiva no *ethos* e na visão de mundo das pessoas envolvidas. (TINOCO & SILVA, 2007,P:9)

De acordo com Tinoco & Silva (2007), autores do programa, a intenção é promover e ampliar a integração entre escola e comunidade, pois se acredita fomentar com esta prática oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania e contribuir para a redução das violências na comunidade escolar. Portanto, o programa se fundamenta numa concepção de escola como lócus do encontro entre o conhecimento formal historicamente acumulado e os saberes populares e logo, o ambiente escolar é visto como espaço privilegiado de convivência entre diferentes e de aprendizagem da ética da cooperação.

A proposta do programa Escola Aberta é a de valorizar os talentos locais das comunidades, trazendo-os para o espaço escolar e disponibilizando-os para os moradores do lugar, uma forma expressa de respeito pela heterogeneidade e pela diversidade presente em qualquer grupo humano, suas diversas histórias pessoais, diferentes níveis de conhecimento, experiências profissionais e valores. Outro aspecto do programa é a relação com a questão dos direitos humanos. Longe de ter a pretensão de solucionar problemas estruturais do país, busca-se contribuir para que as pessoas envolvidas nas ações do programa percebam-se como sujeito de direitos, requisito do exercício da cidadania.

Pressupõe-se que a apropriação do espaço escolar pela comunidade e a abordagem de temas variados, relacionados à realidade concreta do cotidiano, promovam uma postura de valorização da própria identidade, de defesa dos direitos conferidos pela ordem jurídica vigente e do desejo de participação na busca de criação de novos mecanismos que contemplem direitos ainda não considerados. A escola, espaço sociopolítico, é o ambiente adequado para a transformação da convivência em prática de direitos, onde cada um se valorize e respeite o outro.

Entre os eixos estruturantes do programa estão elencadas as ações para a Educação, a Cidadania e a Inclusão Social. A Educação nele tratada tem como aspectos preponderantes as questões sociais.

Assim, a intencionalidade educativa está presente na proposta, pois não concebe como ação suficiente apenas retirar os jovens das ruas e oferecer-lhes atividades variadas sem relacioná-las ao contexto sociopolítico e econômico em que eles se encontram e às situações concretas das experiências que eles vivenciam e sem promover uma reflexão sobre os valores que adotam.

Essa observação dos autores merece reconhecimento, pois ocorrem algumas ideias bastante difundidas na sociedade, que tendem a conceber o tempo livre como propiciador de comportamentos de risco. Tal concepção poderia implicar, por exemplo, na identificação do estudante pobre, que gasta seu tempo livre nas ruas, como um sujeito potencialmente drogado. Implica ainda numa sobrecarga do cotidiano de crianças e adolescentes de classe média e alta que passam, muitas vezes de modo não-voluntário, a frequentar cursos de dança, judô, música, línguas, computação e outros, numa verdadeira maratona produtivista.

Não é invalidar a utilização de estratégias de ocupação do tempo livre como instrumento auxiliar em programas preventivos do consumo de drogas, nem tampouco a importância de se reivindicar espaços de lazer e convivência para os jovens de grandes conglomerados urbanos. Apenas, instiga-se a discussão do "fazer x não fazer" para a do "como fazer", tendo como pressuposto que um jovem realizado em suas potencialidades (e não apenas ocupado, ou assimilando padrões e códigos) deve ser a meta adequada de programas que visem à saúde mental. A ânsia de ocupar o jovem a qualquer custo passa, nesta perspectiva, a ser substituída pela preocupação com a qualidade - em termos de vivência, criatividade, espaço para questionamento que atividades não curriculares possam vir a oferecer.

É como apresenta Tinoco & Silva (2007) ao afirmarem que entender as atividades como mero preenchimento de tempo dos jovens é "perder uma grande oportunidade: a de intervir de maneira concreta na qualidade das reflexões e interações sociais das comunidades envolvidas, por meio da transformação dos hábitos de convivência". (TINOCO & SILVA, 2007, p: 25)

O documento do programa Escola Aberta apresenta que este espaço/tempo pode ser vivenciado por meio de oficinas pertencentes a áreas diversas como cultura,

artes, esporte, lazer, saúde, comunicação, informática, entre outras. Além disso, podem ter objetivos de formar para o trabalho, recrear, informar e ensinar.

Não se trata de impor às escolas e comunidades a definição das oficinas; elas devem ser fruto das necessidades e interesses das comunidades, com exceção daquelas oferecidas pelas equipes das secretarias de educação. Também não se espera que osicineiros tenham, necessariamente, uma postura de profissionais da educação; entretanto, como agentes formadores, orientados pelos coordenadores escolares e temáticos, eles podem incluir os temas transversais em suas abordagens sempre que as características específicas das oficinas permitirem.

Deste modo, de acordo com Tinoco & Silva (2007, p: 29):

O exercício de cidadania proposto pelo Programa Escola Aberta passa, então, pela democratização do espaço público que é a escola, pela relação de pertencimento que se estabelece entre a comunidade e a instituição, estimulando a participação na escolha de novas oficinas, bem como pela resignificação do espaço escolar que possibilita o encontro entre o saber formal e o informal e passa a abrigar diversas formas de expressão e de convivência.

O último eixo estruturante refere-se à Inclusão Social abordado por meio de questões como igualdade de acesso a bens, tecnologias, informações e serviços existentes na sociedade, bem como valorização das expressões culturais das comunidades, liberdade de credo religioso, respeito à diversidade de etnia, gênero e orientação sexual. Todas essas questões estão baseadas no princípio do respeito à diversidade, um dos pilares do conceito de inclusão social.

Assim, pode-se verificar no texto a seguinte afirmativa:

O Programa Escola Aberta, consciente de que o sistema educacional brasileiro reflete as desigualdades sociais, propõe que a escola seja o lócus de conjunção das diferenças presentes nas comunidades, buscando atender os grupos sociais conforme seus interesses e necessidades e, ainda, possibilitar o desenvolvimento de habilidades profissionais, com vistas a contribuir para uma futura geração de renda e à superação das limitações sociais impostas a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Para isso, valoriza os talentos de pessoas da comunidade que colaboram comoicineiros, estimula a participação da comunidade nas atividades realizadas nos finais de semana e mantém aberta a possibilidade de que professores regulares da escola participem das oficinas, vivenciando a informalidade educativa que se pretende seja propícia à criatividade, à alegria, à expressão cultural dos jovens participantes e à socialização em momentos de lazer e esporte. (TINOCO & SILVA, 2007, p: 30)

É possível entender de acordo com o que é apresentado pelo programa que as oficinas se constituiriam como espaços de inclusão dos interesses, necessidades e linguagens da comunidade em que se aloca a escola, bem como de acolhimento às diversas formas de expressão cultural, que se dá por meio da aprendizagem de como administrar as diferenças nas relações interpessoais e oportunidades para o exercício da solidariedade e do respeito aos limites entre os próprios direitos e os alheios.

No entanto, uma questão que se levanta é quanto à preparação do recurso pessoal envolvido no planejamento/execução/avaliação das oficinas oferecidas. É super interessante que estas oficinas surjam de acordo com os interesses e necessidades da comunidade e que tenham representantes da própria localidade atuando nelas, mas, será que estas pessoas estão sensibilizadas para e preparadas o suficiente para contribuir para a construção da cidadania consciente, responsável e participante, favorecendo a inclusão sociocultural, a diminuição da violência e da vulnerabilidade socioeconômica e, por extensão, a promoção da paz e da melhoria da qualidade de vida da população. Bem como, transformar a escola em um ambiente mais atuante e presente na vida dos jovens e suas comunidades, promovendo maior diálogo, cooperação e participação entre os alunos, pais e equipes de profissionais que atuam nas escolas, além de contribuir para a complementação de renda das famílias como é a meta do programa?

Se a própria secretaria de educação e por extensão, a própria escola, apresentam suas deficiências em atingir estes objetivos, como esperar que osicineiros (pessoas que não necessariamente receberam formação pedagógica) possam alcançar estas metas?

4.7 O programa Escola Aberta e as possibilidades de Prevenção do uso abusivo de drogas

Direcionando para a ótica da prevenção, fundamentado na redução dos riscos, os pressupostos apresentados pelo programa Escola Aberta, podem ser considerados como bastante positivos se bem empregados.

A abordagem preventiva nesta visão está mais preocupada em investir na autorealização, na autoestima e no desenvolvimento do senso de responsabilidade em relação à própria vida, ou seja, neste modelo a preocupação está centrada na formação dos indivíduos ao invés de basear-se exclusivamente na informação.

A ideia de trabalhar a prevenção com este tipo de vertente nas escolas acrescenta SODELLI (2010, p: 55), “é contribuir para a formação de adolescentes para que tenham maiores condições de fazer escolhas mais responsáveis, possibilitando a capacidade de opção”. A partir deste contexto, Bucher (2007) afirma a necessidade de se considerar o contexto sociocultural para que as metas dos programas de prevenção sejam mais adequadas à realidade do padrão de consumo da população visada.

Em relação a este dado o programa Escola Aberta pode ser um espaço privilegiado e, que por meio das ações desenvolvidas nos moldes de oficinas nas diversas áreas do conhecimento, possibilitar o debate e o diálogo que são os caminhos que levam à consciência crítica, ética, política, de identidade coletiva e individual, centrando o trabalho no processo de conquista e organização da cidadania.

Neste sentido, as oficinas se configurariam como espaços de discussão quanto à postura ética, ao senso de coletividade, ao respeito e demais temas afins. As oficinas de formação inicial para o trabalho também seriam mais do que circunstâncias adequadas à aprendizagem e ao aprimoramento de um ofício. Seriam oportunidades de reflexão e respeito das relações sociais e de âmbito profissional, dos direitos e deveres legalmente instituídos, das perspectivas profissionais e inúmeras outras questões.

Além disto, as oficinas culturais das mais diversas linguagens (teatro, dança, pintura) podem ser mais do que acesso à determinada expressão, seriam possibilidades reais para o estabelecimento de relações dialógicas entre o erudito e o popular, mais ainda, de desmistificação do erudito e universal e de resgate e valorização do popular e local. (TINOCO & SILVA, 2007)

Pensando na vertente da educação preventiva ao uso indevido de drogas, nestes momentos de oficina o professor baseado nesta premissa pode buscar uma forma de agir no sentido que seja diferente da adotada no modelo repressor. Ele

consideraria as opiniões de seus alunos, atentando para a forma de interagir e refletir com eles sobre os usos e desusos da droga, de modo que os “mitos” e “verdades” sejam discutidos.

O professor agiria como um canal para que o uso de drogas e a prevenção não fossem reduzidos a medidas simples, pois “a droga apresenta caráter plural implicando interesses econômicos no sentido simbólico e cultural que a droga adquire numa determinada sociedade e nas motivações dos usuários”. (SALLES, 1998, p: 131)

As orientações para uma alimentação adequada, atividades não estressantes e uma vida sexual segura, compõem oficinas das mais diversas linguagens em que a ênfase recai no sentido de orientar o desenvolvimento do potencial sócio-afetivo em direção a um estilo saudável de vida, em que o uso de drogas não desperte interesse ou curiosidade ou ainda, que tenha um menor potencial de prejudicar a pessoa ou a sociedade. (SOARES & JACOBI, 2000)

Supõe-se que esta iniciativa seja bastante plausível como ação de cunho preventivo. Mas é importante ter claro que ela por si não dá conta de toda complexidades que a temática apresenta. Não há uma receita, um caminho que aponte todas as resoluções para enfrentar o consumo abusivo de drogas. Entretanto, se as ações fossem pautadas por meio de parcerias entre profissionais de diferentes setores e instituições, haveriam, possivelmente, um conjunto maior de iniciativas e, por consequência, possibilitariam um distanciamento do amadorismo e do discurso alarmista da droga.

Esse conjunto de profissionais poderia atuar na capacitação de docentes, pais e lideranças comunitárias, tentando gerar um efeito multiplicador com vistas a atingir outros profissionais e, principalmente, os alunos (incentivando-os a elevar a autoestima, a ter responsabilidade consigo e com a sociedade), bem como poderiam atuar na prestação de serviços na área da saúde social, comportamental e física, atuando, inclusive, no que já foi mencionado sobre a formação dosicineiros.

É preciso chamar a atenção “para” e “das” entidades da sociedade civil, especialmente da comunidade escolar. As associações de pais de alunos, de pais e

mestres, lideranças e associações comunitárias podem atuar periodicamente junto com este e outros programas sociais em torno da escola e da comunidade.

A ampliação do campo de intervenções, incluindo ambiente escolar, comunidade escolar, desenvolvimento social e relações intersectoriais (educação e atenção à saúde), implica no abandono do pensamento restrito da prevenção (de uma determinada doença ou vício) para entrar no conceito de promoção de saúde.

Silva, Silva & Medina (2005) esclarecem que quando se pensa em prevenção ao uso indevido de drogas, convém levar em conta fatores biopsicossociais, tais como: conduta individual, natureza da substância e o contexto social em que os indivíduos estão inseridos. É bastante relevante estar atento às especificidades de cada população e aos fatores de vulnerabilidade em que esta está submetida para que as ações adotadas sejam mais eficientes em programas destinados a prevenir o uso de drogas.

De acordo com Salles (1998), as escolas de modo geral, realizam atividades esporádicas de prevenção dirigidas aos alunos e promovidas por instituições não educacionais, como palestras de agentes de saúde, policiais e até ex-dependentes de drogas, o que foi, inclusive, confirmado na fala da entrevistada. Entretanto, a autora esclarece que este tipo de intervenção sem um vínculo com a instituição, sem planejamento de ações e objetivos não é eficaz.

Sobre este aspecto, Paulo Freire (1999, p: 51) explica que:

a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, o homem vai dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor.

Freire (1992) aponta que a Educação trás consigo um coeficiente valioso de esperança que pode mudar a realidade, dependendo de como esta é aplicada e concebida. Neste caso, o professor ou qual for o agente da ação educativa deve estar consciente de seu papel e de que tipo de sujeito pretende forjar em sua prática pedagógica.

Neste ponto de vista, o programa Escola Aberta poderia ser mais eficaz à medida que auxiliasse na modificação das práticas institucionais, na melhoria do ambiente

escolar, no incentivo ao desenvolvimento social, no oferecimento de serviços de saúde e no envolvimento dos pais em atividades escolares e extracurriculares. Com isto as ações preventivas na escola poderiam ser orientadas por diferentes modelos, não excludentes entre si, e que constituem guias de ação. Sua combinação e adaptação são altamente desejáveis para melhor servir à realidade local.

Veja cada um deles no Quadro – 3.

Quadro – 3 Diferentes modelos de prevenção, ações e sugestões:

MODELO	OBJETIVO	AÇÃO	SUGESTÃO
CONHECIMENTO CIENTÍFICO	Propõe o fornecimento de informações de modo imparcial e científico. A partir das informações, os jovens poderiam tomar decisões conscientes e bem fundamentadas sobre as drogas.	1. oficinas e debates com profissionais de saúde; 2. leitura de livros; 3. discussão de filmes.	Filmes: O informante – 1999 – dir. Michael Mann, Trainspotting, Doping Livros: 1. Liberdade é poder decidir – sobre drogas –, de Maria de Lurdes Zemel e Maria Eliza Lamboy, editora FTD S.A. – São Paulo, 2000. 2. Doces Venenos: conversas e desconversas sobre drogas, de Lygia R. Aratagy, editora Olho D'água – São Paulo, 1991. 3. Drogas – Mitos e Verdades, de Beatriz Carlini-Cotrim, editora Ática, 1997.
EDUCAÇÃO AFETIVA	Parte da observação de que os jovens mais bem estruturados e menos vulneráveis, do ponto de vista psicológico, estão menos sujeitos a abusar de drogas.	Procedimentos que devem ser iniciados na infância, visando a melhorar ou a desenvolver no jovem: - a autoestima; - a capacidade de não se envolver no uso problemático; - a habilidade de decidir e interagir em grupo; - a capacidade de lidar com a ansiedade e a frustração; - a capacidade de resistir à pressão de grupos.	Serviços de orientação educacional para desenvolver a afetividade e a auto-estima; atividades grupais organizadas para cuidar da integração, participação e liderança grupal. O próprio projeto pedagógico da escola deve preocupar-se com esses procedimentos e incorporá-los ao cotidiano.
OFERTA DE ALTERNATIVAS	Trata da oferta de desafios, prazeres e realizações proporcionadas por outros meios que não incluam o consumo de drogas.	Trata da oferta de desafios, prazeres e realizações proporcionadas por outros meios que não incluam o consumo de drogas. - Criação e gestão de atividades empresariais; - orientação escolar para alunos mais jovens; - práticas esportivas desafiadoras; - atividades artísticas variadas.	Torneios esportivos, criação e gestão de hortas comunitárias ou cooperativas de produtos ou serviços. Atividade de monitoria ou ajuda mútua, com alunos mais adiantados auxiliando os mais atrasados ou alunos de séries mais adiantadas, devidamente preparados.
EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE	Pôr a educação a serviço de uma vida saudável.	Pretende formar um cidadão consciente em relação aos riscos que o cercam e com capacidade de escolher uma vida mais saudável.	A discussão de temas gerais, como importância da água no planeta, poluição, trânsito; atividades de plantio ou aproveitamento de alimentos; cuidados com o corpo (desde escovar os dentes, lavas as mãos antes das refeições até fazer sexo seguro). Obs: Essas atividades podem ser desenvolvidas desde a educação infantil.
MODIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ENSINO	A preocupação recai na formação integral do jovem, não apenas na prevenção ao uso indevido de drogas.	- As iniciativas devem ser intensas e duradouras; - as ações devem começar na pré-escola e envolver pais e a comunidade.	Melhorar a condição de ensino inclui autorizar o professor, credibilizar o conhecimento e respeitar o aluno. Esse modelo tem seis orientações básicas, que podem ser aplicadas em conjunto: a - modificação das práticas de ensino; b - melhoria da relação professor-aluno; c - melhoria do ambiente escolar; d - incentivo ao desenvolvimento social; e - oferta de serviços de saúde; f - envolvimento dos pais em atividades curriculares.

Como pode ser observado no quadro – 3, o modelo de oferecimento de alternativas procura proporcionar sensações de expansão da mente, crescimento pessoal, excitação, desafio e alívio do tédio por outros meios que não o consumo de drogas. É importante que tais atividades variem conforme os interesses e gostos da população a que se destinam. Podem se constituir em atividades esportivas ou artísticas, programas de recuperação da identidade e orgulho étnico de minorias. (CARLINI-MARLATT, 2001 & MOREIRA, 2003).

A ênfase recai no sentido de orientar o desenvolvimento do potencial sócio-afetivo em direção a um estilo saudável de vida, em que o uso de drogas não desperte interesse ou curiosidade ou ainda, que tenha um menor potencial de prejudicar a pessoa ou a sociedade. (SOARES & JACOBI, 2000)

Já no modelo de educação para a saúde a educação para uma vida saudável é a proposta central. Deste modo, as orientações para uma alimentação adequada, atividades não estressantes e uma vida sexual segura, compõem um currículo no qual os riscos do uso de tabaco, álcool e outras drogas também se fazem presentes. (CARLINI-MARLATT, 2001 & MOREIRA, 2003).

É preciso que a escola introduza a questão das drogas dentro de um contexto amplo visando à responsabilização do indivíduo em relação à sua vida e à sua saúde. Por isso deverá abordar questões como: a poluição, a solidão e o isolamento urbano, o modelo de vida competitivo e imediatista e outros temas que provocarão uma reflexão sobre os padrões de comportamento adotados pela sociedade em que vivemos. (COSTA & GONÇALVES, 1988)

O modelo de modificação das condições de ensino defende que a vivência escolar, particularmente a da pré-escola e do ensino fundamental, vai ser importante para um desenvolvimento sadio do adolescente e do adulto. (CARLINI-COTRIM, 1992)

Ao aceitar a necessidade de intervenção no ambiente e não apenas em relação ao estudante, admite-se que um ambiente inadequado e injusto pode se constituir em fator facilitador do abuso de drogas. Tal premissa desloca a discussão da prevenção para o campo da política educacional e do questionamento pedagógico.

A questão do uso de drogas deixa de ser visto de forma dissociada da vida dos alunos, ao mesmo tempo em que convida a escola a assumir seu papel social, de forma integrada à comunidade. Com isto, desvia-se a atenção do uso de drogas sem, entretanto, perdê-lo de vista, para focar na melhoria das condições de desenvolvimento das crianças e adolescentes, visando à formação de cidadãos aptos para tomarem suas próprias decisões.

4.8 O programa Família Presente na Educação

Em relação ao programa Família Presente, um dos programas citados pela entrevistada como ações desenvolvidas pela SEDU, tem-se que este teve como desfecho uma agenda de projetos e ações prioritárias para o período 2008-2011. Neste foram propostos diretrizes para a atenção especializada que consideram a escola como o ambiente importante para a promoção da inclusão social e diversidade, e espaço de oportunidades para a criança e juventude e de acesso da família e comunidade ao esporte, à cultura e ao lazer.

Entre as ações prioritárias da SEDU, o Projeto Família Presente na Educação buscou fortalecer e aprofundar a relação Escola e Família, como também aproximar as famílias das ações pedagógicas da escola para que assumissem a responsabilidade no processo de aprendizagem de seus filhos, acompanhando e contribuindo no trabalho docente, na preservação do patrimônio escolar e na valorização da cultura escolar e local.

O programa Família Presente iniciou suas atividades em 2008 fazendo um levantamento das ações e projetos relacionados à integração escola-família desenvolvidos pelas 65 escolas estaduais dos municípios da Grande Vitória onde o programa foi implantado. O resultado das análises dessas ações revelou um significativo número de iniciativas que, de certa forma, visam à articulação da escola com a família.

Constatou-se também que várias experiências, embora não tratem especificamente da temática, buscam valorizar a escola como espaço de conhecimento, aproximação, afeto, convívio e participação social. Evidenciou-se que predominam

as atividades de cunho social, apontando uma tendência à realização de eventos esporádicos, o que sugere pouca sustentabilidade ou relação direta com o projeto pedagógico. Há, contudo, ações já consolidadas no projeto político pedagógico da escola e de grande poder aglutinador.

O que se percebe a partir dos pressupostos do programa é a preocupação em otimizar esforços na realização de ações que promovam a aproximação entre a escola e a família, mesmo prevalecendo a ideia de atrair principalmente as famílias dos alunos com baixo rendimento escolar, maiores dificuldades de comportamento ou em situação de suposto risco social.

Em parte, a explicação para o foco dos projetos e ações propostas se deve à complexidade das questões que rondam os espaços escolares e interferem de modo negativo na formação dos estudantes como, por exemplo, a falta de limites, o desrespeito na sala de aula, a desmotivação e a evasão dos estudantes que não saem das pautas dos professores, que por sua vez reclamam de cansaço e muitas vezes, adoecem física e emocionalmente.

Assim, diante da atenção que o tema requer e das outras tantas dificuldades que as escolas enfrentam, o argumento é que se faz urgente integrar a família no processo educativo dos filhos/estudantes.

A tese de Sanchez (2005) deixa isto bem claro quando constata que um dos fatores de proteção mais eficientes ao não uso de drogas é a influência de uma família bem estruturada, capaz de impor regras de conduta e dar apoio nos momentos difíceis. Entre os usuários de drogas pesquisados, mais de 70% afirmaram que uma família bem resolvida pode evitar o envolvimento com psicotrópicos.

Pensando nisso, de acordo com o programa as escolas poderiam desenvolver atividades que:

Estimulem a atuação dos familiares nos conselhos escolares; Possibilitam o uso do espaço escolar para atividades de interesse da comunidade; Fortaleçam a participação dos pais e responsáveis na gestão escolar; Favoreçam a construção de uma relação de colaboração e de corresponsabilidade entre as famílias e o ambiente escolar; Estimulem a participação dos responsáveis na vida escolar dos estudantes e nas ações pedagógicas da escola; Facilitem o entrosamento entre pais e professores com conseqüente fortalecimento da comunidade escolar. (SEDU, 2012)

Assim, o projeto tem como premissa a corresponsabilidade, a participação e o pertencimento, reconhecendo:

As diversas formas de organização familiar e as relações que se estabelecem entre os sujeitos; A responsabilidade primeira da família na educação dos filhos, na formação de valores e no estabelecimento de limites; A participação da família nas ações da escola, reconhecendo a importância de seu envolvimento para o sucesso escolar do filho/aluno; A família e a escola como instituições “aprendentes”; Os espaços legítimos de participação no fortalecimento da Gestão Escolar. (SEDU, 2012)

De acordo com os pressupostos do programa Família Presente, a Escola deve fazer o acompanhamento do processo ensino aprendizagem, possibilitando às famílias o envolvimento no processo ensino aprendizagem, no acompanhamento do desempenho escolar dos filhos e na participação das produções acadêmicas e culturais. A escola também deve fortalecer o relacionamento entre pais e filhos permitindo trocas de experiências. Sobretudo, o programa Família presente deve ser uma ponte de integração entre escola, Família e Comunidade, em que se abram portas para atividades de integração entre as diversas famílias, a escola e a comunidade local, envolvendo instituições parceiras como o Conselho Tutelar, o Ministério Público e outras que possam contribuir na gestão escolar.

No caso, o programa Família Presente na Educação, em que a finalidade é a de “chamar” os pais e responsáveis para acompanharem a vida escolar dos filhos, cabe à escola criar um ambiente favorável à aproximação das famílias e aos gestores/as e pedagogos.

4.9 A família e o seu papel na prevenção do consumo abusivo de drogas

A família é um importante fator de prevenção ao uso de drogas, seja pela sua capacidade nata formativa (é a primeira instituição de base da sociedade em que o indivíduo está sujeito) e é neste espaço em que se definem e transmitem os primeiros valores pessoais e sociais e se estabelecem vínculos que podem estruturar o desenvolvimento integral do ser humano. (BRASIL/OBID, 2004)

A família está implicada no desenvolvimento saudável, ou não, de seus membros, já que ela é entendida como o elo que os une às diversas esferas da sociedade. A linguagem familiar imprime formas de se relacionar, interagir e se comportar no seio

da cultura. Há então uma complexa influência da família, da escola e do grupo de amigos no caso da manifestação do uso abusivo de drogas, principalmente na adolescência.

A família tem um papel fundamental no desenvolvimento dos indivíduos, não só no que se refere aos cuidados para sua sobrevivência, como também, pelas aprendizagens básicas que se desenvolvem dentro de seu seio, muito necessárias para o desenvolvimento autônomo dentro da sociedade. É dentro da família, então, que a pessoa aprende os sistemas de valores, a linguagem, o controle da impulsividade, etc. Esta aprendizagem se dá através de diferentes mecanismos, como por exemplo, o uso de castigos e recompensas, os exemplos dados, os limites impostos, o código moral transmitido, dentre outros.

Entretanto, muitas famílias são rotuladas como desorganizadas, desestruturadas ou incompletas por não se encaixarem nos arranjos que correspondem às características da família ideal, na maioria das vezes, muito distante da real. Sendo assim, a família que não possui em sua composição, pai/marido, mulher/esposa e filhos, está fora dos pré-requisitos para se constituir uma família harmônica.

Inúmeros acontecimentos marcaram substancialmente as mudanças no interior da família, como o Movimento Feminista da segunda metade do século XIX. O processo de modernização dos modelos de família com a entrada da mulher no mercado de trabalho e na complementação da renda doméstica vai implicar em uma mudança da tradição - a possibilidade de controle da reprodução, que permitiu à mulher a reformulação do seu lugar na esfera privada e sua participação na esfera pública.

No que diz respeito à entrada da mulher no mercado de trabalho como fonte de renda complementar para a família, há que se considerar que tal motivação está associada às dificuldades socioeconômicas, que passam a exigir que vários membros da família possam compor o orçamento doméstico, inclusive os jovens. No caso da mulher, tal inserção na esfera pública está atribuída aos avanços dos Movimentos Feministas. Assim, O casamento e a família também sofreram grandes influências nos debates da relação de gênero, que de acordo com Veloso (2001,

p.79) era tido como uma questão biológica, que separava o sexo feminino do masculino.

Bezerra & Linhares (2012) esclarecem que a experiência clínica os conduziu a considerar a família não como um entrave, um problema ou um fator complicador que deveria ficar fora do processo, mas como uma forte aliada, como o principal instrumento no processo de resgate do adolescente vivendo a situação especial de uso de drogas.

De acordo com Bezerra & Linhares (2012)

Os vínculos dos pais com os filhos são mais poderosos em operar mudanças que qualquer vínculo terapêutico ou de autoridade constituída. São vínculos com história de vida, com um tempo de no mínimo a idade do filho. É essa crença do profissional que vai confirmar a família como capaz e competente e vai torná-la poderosa em promover mudanças verdadeiras em todo o sistema familiar [...]

Além disto, como apresenta o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – OBID, a família é a célula formadora da comunidade, portanto, não é possível desenvolver ações preventivas na comunidade sem que a ela participe. (2012)

Reconhecendo a importância da família no processo de formação dos sujeitos, a ideia do programa é bastante interessante e mostra que quando a escola toma como ponto de partida o desejo do modelo ideal (possível) de educação, entendendo como educação integral do ser humano aquela que se preocupa com a formação intelectual, mas também a formação para a vida, esta pode contribuir para o desenvolvimento crítico do mundo social e particular dos sujeitos.

Entretanto, no decorrer da entrevista foi possível verificar que estas ações não são percebidas pela SEDU, ou seja, os atores envolvidos no desenvolvimento e ação do Família Presente na Educação, não estão sensíveis ao que tange a temática drogas. Mesmo com toda potencialidade existente no programa, ele acaba por se tornar um terreno infértil para ações mais bem elaboradas, reduzido a ações pontuais, sem embasamento científico e descontextualizadas da realidade local.

4.10 Uma educação baseada na valorização da vida

Pensando numa educação voltada para a valorização da vida e, conseqüentemente, do ser humano, pode-se entender que a escola como uma organização em permanente processo de aprendizagem pode favorecer ações preventivas mais consistentes. Como é exposto por Braga e Werthein

[...] é preciso criar escolas protegidas, isto é, escolas voltadas à proteção integral, o que significa lidar com o tema de drogas não somente por meio de programas específicos, mas pela instauração de uma outra concepção de escola. Para tanto, é necessário mobilizar diversos vetores socioeducacionais, quais sejam, escolas que sejam capazes de estimular nos jovens a busca de outras alternativas, que possibilitem aventuras no campo do conhecimento e das diversões, que ofereçam perspectivas para outros sentidos do prazer que não as drogas, para a solidariedade e a importância de conhecer e viver com horizontes que dignificam a vida no plano individual e da responsabilidade social. Além disso, as escolas devem estimular nos jovens o sentimento de fazer parte da comunidade escolar, como sujeitos de um processo de grande alcance social e coletivo. (BRAGA & WERTHEIN, 2005, p: 10)

Utilizando a pedagogia libertadora de Paulo Freire para compreender a afirmativa acima é possível verificar que a escola tem como papel a busca por uma formação que prepare os sujeitos para se posicionarem frente as suas escolhas existenciais e, que no enfrentamento dessas escolhas, estes indivíduos tenham a capacidade de criar possibilidades diante das contingências que o mundo lhes exige. Este tipo de atitude só seria possível a partir de uma educação que priorizasse a liberdade de construção e reconstrução e, em consequência, a possível formação de um cidadão consciente de suas escolhas.

Ribeiro (2001) informa que a intervenção ao uso de drogas deve caminhar não com o intuito de estabelecer verdades, mas de problematizar os fatos, esclarecer dúvidas através da realidade vivida dos alunos. O que a autora propõe é que a atuação pedagógica dos professores pode contribuir de forma significativa para as escolhas conscientes de seus alunos. É como esclarece (FREIRE, 1996, p: 33), “Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar”.

Para dar sentido à atividade docente é preciso estar próximo da escola com um desejo forte de que ela possa ajudar a solucionar problemas que estão latentes na sociedade. Os problemas vão desde a violência, o consumo abusivo de drogas, a fome e até a corrupção de políticos e a prioridade de gastos de recursos públicos.

A escola (corpo docente, gestores e colaboradores de modo geral) precisa ter claro qual é o seu papel na sociedade, isto é, a função que a escola exercer na produção da vida em sociedade. Desta forma é preciso que a escola desenvolva mecanismos de mediação, trabalhando com o corpo técnico-pedagógico, alunos e demais membros da escola, para reconhecer os sinais de risco.

Contudo, segundo Garcia & Ferriani (2008), para que esta realidade seja alcançada é necessário promover no âmbito escolar ações que estimulem nos indivíduos a tomada de consciência para a vida, em que a escola se coloque como fator protetor que favoreça nos jovens o bem-estar físico, social e psicológico ideais, com o propósito de que as futuras gerações possam contar com conhecimentos, habilidades e destrezas para promover e cuidar de sua saúde, para criar e manter ambientes de estudo, trabalho e convivência saudáveis.

Com este propósito a escola pode desenvolver trabalhos de envolvimento integral dos alunos, organizando atividades de extensão, extracurriculares, atrativas e sem o sentido de obrigatoriedade, mas que estimulem os alunos à participação nelas. A escola pode recorrer a linguagens atrativas, atividades esportivas, cultura e lazer, considerando a potencialidade preventiva que ações como estas, se bem estruturadas, podem causar.

Percebe-se, a necessidade do estabelecimento de ações preventivas no setor educacional, visto que o consumo abusivo de drogas compromete as relações dos sujeitos com seu próprio eu e com a sociedade. Soma-se a isto a interferência direta na qualidade de vida daquele que usa a droga, bem como de forma indireta nos familiares que acompanham a rotina do usuário de drogas, conforme apontaram estudos que relacionam o alcoolismo dos pais ao comportamento dos filhos (ZANOTI-JERONYMO & CARVALHO, 2005; SHER, 1997), só para citar alguns.

A escola pode contribuir substancialmente para o desenvolvimento da saúde e bem-estar dos seus alunos e da comunidade da qual está inserida, na medida em que todos os agentes de uma vida saudável são potencialmente considerados e trabalhados no planejamento das ações pedagógicas.

Cabe então à escola difundir não só os conteúdos didáticos que ensinam lições do mundo científico, mas também dinamizar ações da vida, mostrando e discutindo

diferentes possibilidades de interagir e de agir na sociedade, de modo que os indivíduos desenvolvam sua identidade, sua educação cognitiva e emocional, estabelecendo reflexões a cerca de seus projetos de vida, de ações cidadãs e da responsabilidade social, assim como fomentar atitudes do “autocuidar” como uma rotina diária.

Para Santos (1997), a escola é um ambiente bastante propício para ocorrer a prevenção, pois este é um espaço para se desenvolver atividades educativas, voltadas à educação para a saúde, de modo que, “prevenção na escola significa estar atento ao jovem, abrir um canal de comunicação, valorizá-lo como ser humano, procurando um espaço para que ele aprenda a se valorizar [...]” (SANTOS, 1997, p.84-85). A escola também pode fomentar informações corretas e distanciadas dos ranços preconceituosos sobre o assunto.

De acordo com (TOZZI & BOUER, 1998, p: 105) “questões relativas ao uso das drogas e a uma nova maneira de se lidar com a sexualidade invadiram o cotidiano da comunidade escolar e criaram uma demanda por reflexões e respostas que possam dar conta das ansiedades dos alunos, pais e educadores”.

Uma maneira de lidar com estes anseios apresentados por TOZZI & BOUER (1998) pode estar na construção de um novo modelo de prevenção, que seja trabalhado a partir das experiências e dificuldades que surgem na própria escola, em que a busca de alternativas mais conscientes, participativas e saudáveis seja o objetivo principal do trabalho.

Nesta dinâmica, o educador apresenta-se como um excelente interventor das atividades preventivas em função de seu papel essencial na formação dos estudantes. Como ressalta Freire (1996, p: 15-17) sobre “a responsabilidade ética no exercício da tarefa docente, o educador deve fazer com os estudantes percebam as diferenças de compreensão dos fatos, as posições às vezes antagônicas na apreciação dos problemas e no equacionamento de soluções”.

TOZZI & BOUER (1998) acrescentam que uma cultura que trate de forma recorrente de temas como drogas e sexualidade pode oferecer uma grande oportunidade para que a prevenção possa ser trabalhada e ensinada nas escolas, ou seja, o professor

exerce em âmbito escolar um papel fundamental num trabalho sistemático de caráter preventivo, entretanto, ela precisa ser sensibilizada para tal.

Neste aspecto, os autores ainda esclarecem que a escola, em que o público alvo é basicamente crianças e adolescentes, se constitui como um local privilegiado para a construção e transmissão de conhecimentos que possibilitem a rejeição às drogas e adoção de práticas de responsabilidade individual e social.

Para TOZZI & BOUER (1998), os pais e a comunidade por se sentirem despreparados para lidar com estas questões, apresentam uma tendência de transferir esta responsabilidade para a escola. Eles fundamentam seu posicionamento quanto à escola ser um ambiente bastante favorável ao desenvolvimento do trabalho de prevenção ao consumo abusivo de drogas afirmando que:

A escola é, por definição um espaço de socialização do saber; A escola é um local onde o aluno passa boa parte da sua vida. E essa é a fase mais rica para a aprendizagem, para mudanças de posturas, atitudes e comportamentos; A escola, mais do que qualquer instituição, é privilegiada como espaço educativo de educação formal; A escola, em relação às drogas, pode ser um espaço para a discussão e possibilidades de educação formal; A escola, em relação às drogas, pode ser um espaço de discussão e possibilidades de informações confiáveis fortalecendo as relações pessoais e o convívio em grupo; A escola tem competência para mobilizar diferentes segmentos da comunidade; A prática de esportes, principalmente os coletivos, leva o adolescente a descobrir a validade das regras, disciplina, espírito de grupo; A escola pode criar espaços alternativos nos quais o aluno buscará a prática de esporte, o convívio com a arte por meio de filmes e outras atividade lúdicas. (TOZZI & BOUER, 1998, p:110)

No cotidiano das escolas, sejam elas públicas ou particulares, existem casos de alunos que fazem uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas. Assim, é importante que a escola tenha critérios e diretrizes gerais para atuar nesta questão e, principalmente, que toda equipe escolar esteja preparada para enfrentar essa situação, pois como já visto nas alíneas anteriores, a escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos adequados a uma vida individual e coletiva saudável.

4.11 A Lei nº 11.343 e a relação escola prevenção

A nova legislação brasileira sobre o combate aos tóxicos, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, prescreve medidas para prevenção do uso indevido de drogas e de atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, traz a tona à questão de que os usuários e dependentes não necessitam de penas severas, mas de um tratamento adequado de prevenção e reinserção social, tanto que as penas de privação de liberdade e pecuniárias foram abolidas.

Assim, a Lei avança quando reconhece a necessidade de tratar das drogas não somente como problema legal, mas também como social, esclarecendo a urgência do:

I - o reconhecimento do uso indevido de drogas como fator de interferência na qualidade de vida do indivíduo e na sua relação com a comunidade à qual pertence; II - a adoção de conceitos objetivos e de fundamentação científica como forma de orientar as ações dos serviços públicos comunitários e privados e de evitar preconceitos e estigmatização das pessoas e dos serviços que as atendam; III - o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual em relação ao uso indevido de drogas; IV - o compartilhamento de responsabilidades e a colaboração mútua com as instituições do setor privado e com os diversos segmentos sociais, incluindo usuários e dependentes de drogas e respectivos familiares, por meio do estabelecimento de parcerias; V - a adoção de estratégias preventivas diferenciadas e adequadas às especificidades socioculturais das diversas populações, bem como das diferentes drogas utilizadas; VI - o reconhecimento do “não-uso”, do “retardamento do uso” e da redução de riscos como resultados desejáveis das atividades de natureza preventiva, quando da definição dos objetivos a serem alcançados; VII - o tratamento especial dirigido às parcelas mais vulneráveis da população, levando em consideração as suas necessidades específicas; VIII - a articulação entre os serviços e organizações que atuam em atividades de prevenção do uso indevido de drogas e a rede de atenção a usuários e dependentes de drogas e respectivos familiares; IX - o investimento em alternativas esportivas, culturais, artísticas, profissionais, entre outras, como forma de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida; X - o estabelecimento de políticas de formação continuada na área da prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos 3 (três) níveis de ensino; XI - a implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privado, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas; XII - a observância das orientações e normas emanadas do Conad; XIII - o alinhamento às diretrizes dos órgãos de controle social de políticas setoriais específicas. (BRASIL, 2012)

A lei menciona sobre o dever de fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual em relação ao uso indevido de drogas, fato difundido ao longo do texto com ênfase em relação ao âmbito educacional, mas importante lembrar que esta não é tarefa única deste campo. A família e o Estado em seus diferentes segmentos

sociais (saúde, educação, cultura, segurança, etc.) são responsáveis por estimular e formar sujeitos capazes de assumir a sua responsabilidade quanto ao consumo de drogas. Isto quer dizer que tanto a família quanto o Estado operam (ou ao menos deveriam) no sentido de proporcionar aos indivíduos a capacidade de desenvolverem sua responsabilidade social.

Quando a Lei aborda o compartilhamento de responsabilidades e a colaboração mútua com as instituições do setor privado e com os diversos segmentos sociais, incluindo usuários e dependentes de drogas e respectivos familiares, por meio do estabelecimento de parcerias esta noção fica ainda mais evidente.

A opção pela difusão de diferentes estratégias no enfrentamento da questão da drogadição seja ela em função da prevenção, ou da redução dos danos aos que já fazem uso frequente e nocivo da droga, permite que diferentes públicos possam ser alcançados com este tipo de trabalho. Por conseguinte, esta ação não pode estar limitada a medidas pontuais que desenvolvem apenas uma abordagem superficial e estanque sobre a temática. As propostas em relação à prevenção devem considerar os objetivos alcançáveis a curto, médio e longo prazo.

Outro fator é a relação existente entre a droga e o usuário, em que se deve considerar os diferentes padrões de uso:

*Uso experimental - por múltiplos motivos, por exemplo, por mera curiosidade, por pressão do grupo, busca-se experimentar uma substância psicoativa (droga) que geralmente ocasiona muito prazer.

*Uso ocasional - a droga é utilizada de forma esporádica, ou seja, só em algumas ocasiões específicas, como numa festa, num show de música. Neste padrão, o usuário não é mais um experimentador, pois, os efeitos das substâncias já são conhecidos. Podemos dizer ainda, que geralmente, este tipo de uso não afeta negativamente a vida profissional ou afetiva do usuário. Vulgarmente falando, este padrão se aproxima do "usuário social" do álcool, por exemplo.

*Uso habitual - este já seria um uso frequente, semanal, ou até mesmo diário. A lógica do uso se inverte; quase tudo é motivo para usar a droga. O prazer já não está evidente; o usuário pode sentir um grande desconforto quando não usa a droga. Ainda neste padrão de uso, a maioria das pessoas consegue cumprir com suas relações e obrigações sociais (relações afetivas, trabalho, escola, etc.)

*Dependência - as pessoas se sentem compelidas a usar a droga. O uso das drogas não está mais só relacionado ao prazer que proporciona, mas, fundamentalmente, ao desprazer e à angústia que a falta da substância causa. A droga passa a ser o centro da vida da pessoa, pois quase todas as suas ações e pensamentos estão direcionados em como conseguir aquela determinada substância, da forma mais rápida possível. Grande parte dos dependentes (excluindo os dependentes de algumas drogas específicas, como por exemplo, do tabaco), apresenta dificuldade em conseguir cumprir

com suas obrigações sociais, pois, parte do seu é destinado em conseguir a droga e usá-la, podendo prejudicar severamente a sua vida cotidiana. Schwebel (2002) apud (SODELLI, 2011, P: 26):

Ao pensar em padrões de uso, implicitamente estão associados a este termo os diferentes níveis de prevenção. Se há uma abordagem que considera que o indivíduo possa assumir diferentes posturas em relação ao consumo de drogas, como esta também não poderia considerar o reconhecimento do “não-uso”, do “retardamento do uso” e da redução de riscos como resultados desejáveis das atividades de natureza preventiva, quando da definição dos objetivos a serem alcançados?

Pensando a respeito dos diferentes padrões de uso se aceita que o trabalho preventivo possa ser desenvolvido em diferentes níveis, tais como: o primário, secundário e terciário.

Na prevenção primária – o objetivo é evitar que o uso de drogas se instale ou mesmo retardar o seu início. Já a prevenção secundária – destina-se às pessoas que já experimentaram drogas ou usam-nas moderadamente e tem como foco evitar a evolução para usos mais frequentes e prejudiciais. Isso implica um diagnóstico e o reconhecimento precoce daqueles que estão em risco de evoluir para usos mais prejudiciais. A prevenção terciária – diz respeito às abordagens necessárias no processo de recuperação e reinserção dos indivíduos que já têm problemas com o uso ou que apresentam dependência. (SODELLI, 2010)

Os níveis de prevenção são um contínuo sem limites claros entre prevenção primária, secundária e terciária.

Os dados relativos a este tipo de prevenção apresentados pelo OBID esclarecem que na infância, as intervenções preventivas devem abordar a promoção de saúde em uma perspectiva ampla e que pode ser feita com orientação adequada dos pais e professores, usando a criatividade e diversas atividades para propiciar a aquisição de habilidades e experiências que tenham efeito protetor. Em relação à prevenção voltada para os adolescentes, esta deve ocorrer principalmente nas escolas, por ser esse o local que, idealmente, todos os jovens deveriam frequentar.

Entretanto, pode ser que na escola a prevenção não consiga atingir os jovens de maior vulnerabilidade, como por exemplo, jovens com problema de conduta, que por

inúmeras vezes abandonam a escola e não se envolvem com regularidade em atividades nas quais também poderiam ser alvo de ações preventivas. A este tipo de caso a Lei também atenta quando se refere à necessidade de um tratamento especial dirigido às parcelas mais vulneráveis da população, afirmando, inclusive, que se deve considerar necessidades específicas de determinados grupos, como por exemplo, os chamados grupos mais vulneráveis (pessoas que têm um acesso muito facilitado em relação ao consumo e mercado da droga e que estão em condições socioeconômicas desfavoráveis). Indivíduos que convivem de perto com a realidade do tráfico de drogas e que às vezes encontra nesta prática um meio de adquirir bens materiais e autoafirmação. Para esta parcela da população, possivelmente as ações desenvolvidas na comunidade seriam mais indicadas. E para isto é preciso que o trabalho seja desenvolvido em vários âmbitos, com ações integradas entre as diferentes áreas sociais.

Articulando sobre esta questão a Lei aborda a necessidade de parcerias entre os serviços e organizações que atuam em atividades de prevenção do uso indevido de drogas e a rede de atenção a usuários e dependentes de drogas e respectivos familiares. Realmente esta questão merece ser amplamente difundida e praticada entre diferentes setores governamentais.

A Lei menciona o incentivo ao investimento em alternativas esportivas, culturais, artísticas, profissionais, como forma de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida. Sobre estas colocações é preciso estar bastante atento, pois o esporte, por vezes, é revestido de uma ideologia que o faz assumir um caráter redentor, recorrente nos discursos midiáticos e em propagandas eleitorais a sua função de afastar os indivíduos de situações de risco e do tempo ocioso. Quem nunca ouviu frases do tipo – “o esporte tira as crianças das ruas”; “o esporte tira das drogas”... Esta situação pode ser evidenciada pela proliferação de projetos e programas sociais que focam no esporte a inclusão social e a formação da cidadania.

Pode-se entender que também na Lei, a Educação tem sido enfatizada como um meio de conscientizar as pessoas sobre as consequências decorrentes do uso de drogas e os riscos associados a essa prática. A Lei aborda sobre o estabelecimento de políticas de formação continuada na área da prevenção do uso indevido de drogas para profissionais de educação nos três níveis de ensino, bem como da

implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas instituições de ensino público e privado, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos conhecimentos relacionados a drogas.

A entrevistada confirma a necessidade das medidas preventivas serem mais amplas e melhor estruturadas, e acrescenta que estas ações não estão só nessa ordem de ausência de formação de professores ou no próprio envolvimento dos alunos. Neste momento há um desabafo, verifique:

Eu acho que a prevenção precisa se materializar numa dinâmica intersetorial da Secretaria de Educação, da Secretaria De Segurança Pública, da Secretaria de Justiça, da Secretaria de Saúde, destes órgãos que discute juventude, acredito que precisa ser uma política de Estado, porque tem muita expectativa em torno da Secretaria de Educação, e a gente vê e ouve dos quatro cantos aí que a saída está na educação... Contudo você acaba conferindo a educação um ônus gigantesco, porque a Secretaria de Educação tem que dar conta do rendimento dos alunos e de mais todas as outras questões... É a família que não cuida que vai ter que passar a cuidar, são estas questões de saúde e prevenção que não existem que elas vão precisar ter, enfim... Então precisaria de uma política intersetorial e isto é algo que nos desafia muito, porque você lida com secretarias diferentes, com ritmos diferentes e a Secretaria de Educação ela tem uma especificidade que é aonde está esse público. As demais secretarias elas veem a Secretaria de Educação como aquele lócus onde – precisamos chegar ali! Mas também não enxerga todas as outras demandas, só vê aquele público cativo que tá ali para eu colocar ali toda a minha política e não pode ser assim. É preciso que haja uma política de Estado onde todos esses serviços estejam ali como uma ação de um planejamento, entendendo que a escola tem esse caráter receptor também, mas tem este caráter da criação também da execução destas políticas entendendo que ali também é um lugar onde as coisas são criadas, então eu vejo desta forma, nesta dinâmica intersetorial.

Questionou-se, então, se a SEDU desenvolve alguma parceria com outra secretaria para tratar de ações preventivas, tendo em vista a importância e a abrangência que esta medida alcançaria. Em resposta, a entrevistada informa que por meio de alguns projetos como o Saúde e Prevenção Na Escola, por exemplo, que a SEDU o executa em parceria com a Secretaria de Saúde. Entretanto, a entrevistada destaca que este projeto está mais focado na questão da DST aids.

De acordo com dados do Ministério da Saúde (Brasil, 2006) o programa Saúde e Prevenção Na Escola trabalha no sentido de reavaliar as potencialidades e os limites da educação preventiva questionando profundamente seus objetivos e buscando referenciais mais eficazes e éticos para realizar prevenção e educação em saúde.

4.12 O programa Saúde e Prevenção Na Escola

Tem-se que este é um programa do Ministério da Saúde que visa à formação continuada do professor na tentativa de oferecer elementos que possam fazer sentido no universo cultural e nos projetos de vida das pessoas envolvidas. Esse diálogo envolve o reconhecimento de que os conhecimentos sobre comportamentos considerados saudáveis são muitas vezes contraditórios e transitórios, não podendo ser encarados como verdades universais permanentes.

Com este pensamento, a proposta metodológica do programa é baseada em um roteiro que apresenta uma sequência de oficinas planejadas em torno de situações e temas relacionados à saúde e a prevenção, na forma de um curso de formação continuada para profissionais da educação e da saúde.

Propõe-se a constituição de grupos de vinte a vinte e cinco participantes, contando com uma dupla de facilitadores (um profissional de saúde e um da educação) para organizar os conteúdos e estratégias de trabalho. O curso pressupõe que os facilitadores tenham conhecimento da proposta em sua íntegra e que possam atuar, não na qualidade de especialistas na temática, mas como orientadores do trabalho coletivo e guias na construção de novos conhecimentos compartilhados.

De acordo com dados fornecidos pelo programa (MINISTÉRIO DA SAÚDE - BRASIL, 2006) as unidades do curso estão organizadas da seguinte maneira:

- Primeiras palavras;
- A busca de novos caminhos para prevenir DST e a AIDS;
- Relações de gênero;
- A sexualidade na vida humana;
- Saúde sexual e saúde reprodutiva;
- Prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e a da AIDS;
- Planejamento de uma ação local integrada.

Como forma de trabalho, sugere-se a organização de grupos de trabalho compostos por: (a) professores e demais trabalhadores da educação (gestores, diretores, coordenadores pedagógicos, entre outros); (b) profissionais de saúde que desenvolvem atividades no nível local; (c) profissionais com diferentes inserções em instituições e organizações da sociedade civil que atuam no mesmo território. Os critérios para a composição dos grupos são estabelecidos no nível local, tomando-se em conta as instituições que atuam junto à população adolescente e jovem e cujas ações repercutem sobre sua vulnerabilidade às DST e à AIDS.

A formação continuada proposta pelo programa é entendida como um curso de aperfeiçoamento, cuja conclusão deve ser certificada pelos órgãos responsáveis por sua realização. Sua realização deve ser prevista como parte da carga horária de trabalho dos profissionais envolvidos, na medida em que se destina a produzir repercussões em suas práticas de trabalho, assim como em sua progressão de carreira. (BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE, P: 18, 2006)

Com estas informações é possível observar que apesar do estado, e neste caso especificamente, a SEDU, não direcionar ações de caráter principal na prevenção ao consumo abusivo de drogas, há em contrapartida, programas em que ela acaba ocorrendo de forma indireta, ou seja, quando se prioriza a formação do indivíduo, o fortalecimento da relação família/escola, a visão de mundo dos sujeitos e a esperança num futuro melhor, a visão de mundo dos indivíduos é alterada e, conseqüentemente, aumenta as suas possibilidades de um amadurecimento relativo às suas escolhas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa cujo objetivo central foi conhecer e analisar os programas e ações de prevenção ao consumo abusivo de drogas fomentadas pela secretaria de educação do estado do Espírito Santo- SEDU, em que a questão norteadora foi - como se apresenta a atuação da SEDU frente à questão da prevenção ao consumo abusivo de drogas? Apresenta as considerações a seguir.

De acordo com os dados obtidos, o que se pode constatar até o momento é que a SEDU não apresenta de forma estruturada um programa cujo objetivo principal seja a prevenção ao consumo abusivo de drogas. O que ocorre são ações desenvolvidas em algumas escolas, por meio de programas como o Escola Aberta, Família Presente, Saúde e Prevenção na Escola, mas que não apresentam diretrizes e pressupostos claros em relação ao trabalho de prevenção ao uso de drogas.

Isto demonstra que a SEDU, que por ações junto às escolas poderia estar atuando como um mecanismo de sensibilização de educadores, de agentes de saúde, de formadores de opinião, de estudantes, de servidores e famílias sobre a questão do consumo abusivo de drogas, não o vem fazendo.

Como a própria PNAD apresenta, o ideal seria que as ações preventivas fossem iniciadas já na educação infantil, quando os hábitos de higiene e os princípios de uma vida saudável devem fazer parte do currículo comum. Por esse motivo, é urgente que estas ações recebam mais atenção do governo, bem como que este conteúdo seja incluído no currículo dos cursos de formação dos professores, tanto a nível médio como a nível superior, assim como que esses conhecimentos façam parte da formação continuada dos professores já em serviço, como é proposto na atual lei sobre drogas.

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD apresenta que a efetiva prevenção é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos governamentais, federal, estadual e municipal, fundamentada na filosofia da “responsabilidade

compartilhada”, com a construção de redes sociais que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde.

Para tanto, a execução da PNAD no campo da prevenção deve ser descentralizada nos municípios, com o apoio dos Conselhos Estaduais de políticas públicas sobre drogas e da sociedade civil organizada, adequada às peculiaridades locais e priorizando as comunidades mais vulneráveis, identificadas por um diagnóstico. Com isto os municípios devem ser incentivados a instituir, fortalecer e divulgar o seu Conselho Municipal sobre Drogas.

É bastante sugestivo que as ações preventivas sejam planejadas e direcionadas no âmbito escolar na tentativa de forjar o desenvolvimento humano, o incentivo à educação para a vida saudável, o acesso aos bens culturais, incluindo a prática de esportes, cultura, lazer, para a socialização do conhecimento sobre drogas com embasamento científico, e, principalmente, com o fomento do protagonismo juvenil, da participação da família e da sociedade na multiplicação dessas ações.

No entanto, como já foi mencionado, estas ações não são suficientes para dar conta de uma temática tão complexa quanto o consumo abusivo de drogas.

Mesmo que a conclusão desta dissertação tenha apresentado uma negativa em relação às ações de prevenção ao uso de drogas fomentadas pela SEDU, o estudo permitiu apreender informações importantes para os objetivos propostos nesta dissertação.

No desfecho do pensamento relativo à questão das drogas foi possível verificar conceitos fundamentais, como representação, relações culturais e relações de poder, para problematizar e ampliar o debate sobre as drogas nas sociedades. Não era o objetivo aprofundar nessas questões, contudo, observa-se neste caminho uma via fecunda para avançar no processo de prevenção às drogas na sociedade em geral e, principalmente, no âmbito escolar.

O conhecimento histórico sobre a questão das drogas propicia, pelo menos, dois movimentos reflexivos que devem ser considerados. O primeiro diz respeito ao processo de problematização que deve ser feito sobre as drogas. Um exemplo disso é o debate sobre drogas lícitas e ilícitas, pois, como observado anteriormente, a

ideia do que é proibido e do que é liberado, sobre drogas, muda no decorrer do tempo e conforme as culturas que delas fazem usos.

Um elemento importante que se pode evidenciar com a abordagem histórica sobre as drogas é que, de certa forma, todos são suscetíveis ao uso de drogas. As drogas são substâncias utilizadas, para o bem e para o mal, pelas culturas em várias circunstâncias, por exemplo, como remédio, em rituais religiosos, recreacionais.

Outro aspecto chave é a necessidade de reconsiderar quem são os usuários de drogas. Em geral, o preconceito prevalece sobre os usuários. Parece que é o momento de uma reavaliação dessa postura, pois diante da multiplicidade de usos de drogas o olhar para esses usuários deve ocorrer de acordo com as circunstâncias em que estes se encontram. Portanto, a partir das questões trabalhadas, dos argumentos e conceitos sugeridos, pode-se observar que é fundamental considerar no debate sobre a questão das drogas na atualidade: Quem fala sobre as drogas; de onde fala sobre as drogas; como se fala em relação às drogas.

Pode-se entender ainda que, o uso de drogas está presente em todos os grupos sociais contemporâneos. O uso de drogas esta presente também em diferentes etnias, em diferentes faixas etárias, em diferentes escolaridades e diferentes religiões. Assim, é importante lembrar que de acordo com Laranjo (2002), as políticas sobre drogas mais eficientes são aquelas voltadas para uma prevenção universal, em que se considera a redução dos riscos.

As estratégias preventivas neste âmbito devem focar a qualidade de vida num ambiente social comunitário, saudável e alternativo para se evitar o uso indevido de drogas. Como visto anteriormente, as bases filosóficas e políticas de programas baseados na redução dos riscos constituem estratégias eficientes para o não uso, uso moderado ou retardamento do uso de drogas. Eles propiciam o desenvolvimento de ações que promovam melhor qualidade de vida aos beneficiários e ao meio ambiente social em que os indivíduos vivem. A relevância desses programas deve-se ao fato do mesmo não centralizar no tema droga e/ou no uso da mesma. E sim no ser humano, no exercício da plena cidadania de forma mais saudável e sustentável.

Nesse sentido estes tipos de programas ou de modelos de prevenção constituem-se como agentes integrantes no campo das políticas sobre drogas, que modificam o ambiente social comunitário onde são inseridos. Porém, importante não esquecer que para evitar ou retardar o uso de drogas, ou mesmo para o seu uso com menor risco individual e coletivo, envolvem-se outras dimensões como a vontade, decisão, e a elaboração e desenvolvimento de políticas públicas.

Em relação às políticas sobre drogas foi possível verificar que elas são aplicadas a médio e a longo prazo no Brasil. Está articulada aos órgãos governamentais específicos como os Conselhos Estaduais e Municipais de Políticas Públicas sobre Drogas e implementada por instituições educacionais e não educacionais com objetivos centrados em outras atividades, mas que também desenvolvem ações de prevenção ao uso indevido de drogas.

Pôde ser observado que a SENAD tem alcançado o país, principalmente por meio da realização de seminários, fóruns nacionais e regionais, cursos de capacitação de multiplicadores à distância (EAD), por serviços eletrônicos, como Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas (OBID), por telefone, como o Viva Voz, por subvenções sociais, publicações e patrocínios de pesquisas sobre drogas.

Em relação à Lei, conclui-se que a lei 11343/06 representa uma nova política na questão das drogas e acompanhando o movimento iniciado na Europa, mais precisamente na Holanda, que visa o tratamento e a reinserção social do usuário de drogas ao invés da repressão e da marginalização, tratando o usuário como caso de saúde pública e buscando meios para sua recuperação.

Entretanto, a questão da prevenção no estado do Espírito Santo ainda tem muito que avançar, principalmente no lócus analisado que foi a secretaria de educação.

Observou-se que não há ações de cunho preventivo em relação às drogas junto às escolas da rede estadual de ensino e que, apesar de toda a demanda social que a temática apresenta, inclusive, com grande urgência na capital (Vitória) e no Espírito Santo como um todo (conforme apresentado pelo mapa da violência 2010, 2011 e 2012), a SEDU ainda não apresenta sinalizações de desenvolvimento de uma política específica de prevenção.

Concluiu-se então que muito ainda tem a ser feito no campo da prevenção ao consumo abusivo de drogas no estado do Espírito Santo, ao menos no campo da educação. Esta informação preocupa, pois não basta garantir na legislação o acesso ao conhecimento sobre drogas, tampouco criar mecanismos para responsabilizar uma única instituição pelo trabalho preventivo. A formação humana integral, que possibilite realizar escolhas mais conscientes e vivenciá-las, pressupõe uma nova postura dos governantes, da família, da escola e, por conseguinte, dos professores frente às políticas públicas de prevenção às drogas.

O Estado, a escola, a família e a comunidade precisam trabalhar em conjunto para efetuar um trabalho de real impacto junto à sociedade. Todo trabalho preventivo necessita estar enraizado nas bases da sociedade e jamais pode ser proposto sem que haja a participações e adesão dos atores sociais envolvidos na ação.

Pensar em uma sociedade em que as pessoas possam ter uma melhor qualidade de vida é também fomentar a consciência crítica dos jovens, favorecendo a transformação social.

Considera-se aqui que a escola representa um importante espaço para que ocorra essa transformação. A SEDU poderia por meio do professor, ampliar e multiplicar uma visão emancipadora, possibilitando a construção de novos olhares sobre diferentes questões, inclusive a do poder de decisão dos indivíduos. Olhar este em que os alunos pudessem aprender a ter clareza sobre suas escolhas e a se apropriarem do que é ser um cidadão consciente de suas ações.

Não é atribuir ao professor mais uma função, como percebido na fala da entrevistada. A escola é um espaço de possibilidades em que os professores podem refletir junto com os alunos e repensar sua postura, compartilhar com seus colegas, assumir diferentes papéis, construir o conhecimento e propor alternativas, planos e projetos de trabalho.

Não se trata de criar novas demandas para o professor, atribuindo em seu fazer novas tarefas, mas de ajudá-lo a encontrar maneiras de aumentar sua competência e a refletir permanentemente sobre os ingredientes presentes em sua prática. Trata-se de ajudá-lo a enxergar tudo que está em jogo nas situações de aprendizagem que compartilha com os alunos e de ajudá-lo a atuar com maior precisão.

O professor nesta concepção agiria como um canal para que o uso de drogas e a prevenção não fossem reduzidos a medidas simples, pois “a droga apresenta caráter plural implicando interesses econômicos no sentido simbólico e cultural que a droga adquire numa determinada sociedade e nas motivações dos usuários”. (SALLES, 1998, p: 131)

Ainda que existam ações potenciais, como foi apresentado pela entrevistada o programa Família Presente na Educação, a SEDU ainda não se atentou que a ampliação do campo de intervenções, incluindo ambiente escolar, comunidade escolar, desenvolvimento social e relações intersetoriais (educação e atenção à saúde), implica no abandono do pensamento restrito da prevenção (de uma determinada doença ou vício) para entrar no conceito de promoção da autonomia do sujeito perante suas escolhas. É como esclarecem Soares & Jacobi (2000) afirmando que a ênfase recai no sentido de orientar o desenvolvimento do potencial sócio-afetivo em direção a um estilo saudável de vida, em que o uso de drogas não desperte interesse ou curiosidade ou ainda, que tenha um menor potencial de prejudicar a pessoa ou a sociedade.

Se o programa o programa Família Presente na Educação busca fortalecer e aprofundar a relação Escola e Família, como também aproximar as famílias das ações pedagógicas da escola, para que estas assumam a sua responsabilidade no processo de aprendizagem de seus filhos, acompanhando e contribuindo no trabalho docente, na preservação do patrimônio escolar e na valorização da cultura escolar e local, por certo aí ocorre um trabalho de prevenção. Porém, estas ações não são percebidas pelos atores envolvidos e acabam por tornar-se um terreno infértil para ações mais bem elaboradas. Acabam reduzidas a ações pontuais, sem embasamento científico e descontextualizadas com a realidade local.

Silva, Silva & Medina (2005) esclarecem que quando se pensa em prevenção ao uso indevido de drogas, convém levar em conta fatores biopsicossociais, tais como: conduta individual, natureza da substância e o contexto social em que os indivíduos estão inseridos. É bastante relevante estar atento às especificidades de cada população e aos fatores de vulnerabilidade em que esta está submetida para que as ações adotadas sejam mais eficientes em programas destinados a prevenir o uso de drogas.

A prevenção nesta perspectiva não se baseia numa visão moralista ou de guerra às drogas. A discussão a respeito do uso de drogas se enquadra dentro de um contexto de qualidade de vida, de bem estar, de respeito a si e a sociedade, ao invés de se basear no moralismo religioso ou na ilegalidade do ato em si.

De maneira geral é possível afirmar que é necessário ampliar as considerações sobre esta temática, levando aos sujeitos não só informações no âmbito da prevenção, mas também ações mais elaboradas e consistentes, pois como visto a droga em si não se constitui como um problema, e sim a maneira como o sujeito a utiliza.

Assim, a escola teria um papel fundamental contribuindo para a formação global do jovem e da sociedade. Se o aluno se sentir incluído, acolhido, respeitado e valorizado em sua capacidade de aprender, certamente a escola estará ajudando a construir, em cada aluno, uma história de sucesso e de auto-imagem positiva, o que abre possibilidades de maior inserção deste sujeito. Tal reflexão leva a pensar no professor que atuará para desenvolver as capacidades dos alunos, suas condições, seus limites e possibilidades.

É na realização pedagógica cotidiana, com pequenos gestos, no dia-a-dia escolar, que a formação global do aluno se dá. Neste caso, o papel da escola na prevenção é de educar crianças e jovens a buscarem e desenvolverem sua identidade, promover e integrar a educação intelectual e emocional, incentivar a cidadania e a responsabilidade social, bem como garantir que eles incorporem hábitos saudáveis no seu cotidiano. Trata-se de discutir o projeto de vida dos alunos e da sociedade, ao invés de dar ênfase às consequências como às doenças e a drogadição, fomentando a promoção de hábitos de vida saudável, por exemplo. A prevenção ao uso de drogas seria uma iniciativa a ser adquirida desde a infância e promovida durante toda a vida.

6. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Gilberta. **A educação para a autonomia: a construção de um discurso democrático sobre o uso de drogas.** In: **Avessos do Prazer: drogas, AIDS e direitos humanos.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

ALBERTINI, Paulo. **Drogas: mal-estar e prazer.** In: AQUINO, Julio Groppa. (org). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1998.

AQUINO, Julio Groppa. **A escola e as novas demandas sociais: as drogas como tema transversal.** In **Drogas na escola alternativas teóricas e práticas.** (org.) AQUINO, Julio Groppa. Summus editorial Ltda. São Paulo, 1998.

ARATANGY, Lídia Rosenberg. **O desafio da prevenção.** In: AQUINO, Julio Groppa. (org). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1998.

BASTOS, F. I; COTRIM, B. C. **O consumo de substâncias psicoativas entre os jovens brasileiros: dados, danos e algumas propostas.** In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas.** Brasília: CNPD, 1998. v.2. p. 645-670.

BERTOLO, Mayara & ROMERA, Liana. **Cerveja e publicidade: uma estreita relação entre lazer e consumo.** Licere, Belo Horizonte, v.14, n.2, jun/2011. Disponível em: http://www.anima.eefd.ufri.br/licere/pdf/licereV14N02_a4.pdf Acesso em: 25/04/2012

BEZERRA, Valdi Craveiro; LINHARES, Ana Carolina Bessa. **A Família, o adolescente e o uso de drogas.** Disponível em: <http://www.adolesc.br/bvs/adolesc/P/cadernos/capitulo/cap18/cap18.htm> Acesso em: 11 de agosto de 2012.

BOBBIO, Norberto. (1909) **Dicionário de política.** Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Variale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.)
Vários Colaboradores. Obra em 2º v.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.

BRAGA, Walter Luiz Diniz Braga; WERTHEIN, Jorge. Apresentação. In: **Drogas nas Escolas**. ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. – Brasília : UNESCO, Rede Pitágoras, 2005.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **A teoria dos processos de civilização e o controle das emoções**. Disponível em: <http://polaris.bc.unicamp.br/seer/fef/printarticle.php?id=192&layout=ps> Acesso em: 08 de outubro de 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. Disponível em http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf Acesso em: 01 de setembro de 2011.

_____. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm#art75 Acesso em: 01 de setembro de 2011.

_____. **Legislação e políticas públicas sobre drogas** / Brasília, Presidência da República, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2008.

_____. Ministério da saúde. **A política dos ministérios da saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pns_alcool_drogas.pdf Acesso em: 20 de novembro de 2011.

_____. Ministério da saúde. **Departamento de Informática do SUS – DATASUS**. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=01> Acesso em: 29 de março de 2012.

_____. Ministério da saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais** SAF Sul Trecho 2, Bloco F, Torre 1 – Ed. Premium CEP: 70.070-600 - Brasília – DF. E-mail: aids@aids.gov.br / edicao@aids.gov.br Home page: <http://www.aids.gov.br> Disque Saúde / Pergunte Aids: 0800 61 1997.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/Aids. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de**

álcool e outras drogas / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de DST e AIDS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/A%20politica.pdf> Acesso em 15 de março de 2011.

_____. Ministério da Saúde. Departamento de atenção básica. **Programa saúde e prevenção nas escolas.** Disponível em: http://dab.saude.gov.br/programa_saude_na_escola.php Acesso em: 31 de março de 2013.

_____. Presidência da República. **Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Relatório brasileiro sobre drogas / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas;** IME USP; organizadores Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Vladimir de Andrade Stempliuik e Lúcia Pereira Barroso. – Brasília: SENAD, 2009. Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Relatorios/328379.pdf> Acesso em: 17 de janeiro de 2012.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília : MEC/SEF, 1998. 436 p. 1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Apresentação dos temas transversais: Ensino de quinta a oitava séries. Disponível em: <Http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf> Acessado em: 24 de maio de 2012

BUCHER, Richad. **Psicologia:** Teoria e pesquisa. Vol. 23 n. especial, pp. 117-123, 2007 Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/59481538/bucher-2007-etica> da prevencao Acesso em: 05 de maio de 2011.

CARLINI-COTRIM, Beatriz. **A escola e as drogas:** o Brasil no contexto internacional [tese]. São Paulo (SP): Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

COSTA, A. C. L. L.; GONÇALVES, E. C. **A sociedade, a escola e a família diante das drogas**. In: Bucher R, organizador. **As drogas e a vida**. São Paulo: Pedagógica e Universitária; 1988.

DESSBESELL, Peter Augusto. **Males morais, venenos sociais**: educação em discursos civilizatórios (1920 – 1930). Monografia apresentada à disciplina de seminários de trabalhos de conclusão de Curso, como requisito para obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História. Disponível em: <http://www.pergamum.udesc.br/dados-bu/000000/0000000000009/00000984.pdf>
Acesso em: 29/04/2012.

DUARTE, P. C. A. V.; CARLINI-COTRIM, B. **Álcool e violência**: estudo dos processos de homicídios julgados nos Tribunais de Júri de Curitiba, PR, entre 1995 e 1998. *Jornal Brasileiro de Dependências Químicas*, v.1, n.1, p.17-25, 2000.

DUARTE, Paulina Arruda Vieira; BRANCO, Anna Paula Uchôa de Abreu. **Processo de realinhamento da política nacional antidrogas e a legislação brasileira sobre drogas**. In: SUPERA. **O uso de substâncias psicoativas no Brasil**: epidemiologia, legislação, políticas públicas e fatores culturais: módulo 1 / coordenação do módulo Tarcisio Matos de Andrade. – 3. Ed. – Brasília : Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2009. (SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e acompanhamento / coordenação geral Paulinha do Carmo Arruda Vieira Duarte, Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni).

DUNNING, Eric e MENNELL, Stephen. “Prefácio à edição inglesa”. In: ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. Vol.1

_____. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v.2.

_____; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Memória e Sociedade, 1992.

ESCOHOTADO, A. **História Elemental de lãs drogas**. Editorial Anagrama. Barcelona. 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Notas: Ana Maria Araújo Freire. – Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, S.A. 1992.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José (org.) **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

GALDURÓZ, J. C. F.; NOTO, A. R.; CARLINI, E. A. **IV Levantamento de uso de drogas psicotrópicas em estudantes brasileiros** - 1997. CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, 1997.

GALDURÓZ, JC et al. **V Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras**: 2004. São Paulo; UNIFESP. Centro Brasileiro de informações sobre Drogas Psicotrópicas; 2005.

GARCIA de Jesus, María del Carmen and FERRIANI, Maria das Graças Carvalho. **A escola como "fator de proteção" para drogas: uma visão dos adolescentes e professores**. Rev. Latino-Am. Enfermagem [online]. 2008, vol.16, n.spe, pp. 590-594. ISSN 0104-1169. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v16nspe/pt_14.pdf Acesso em: 03 de maio de 2012.

GOMIDE, Paula Inez Cunha & PINSKY, Ilana. **As principais drogas: como elas agem e seus efeitos**. In: **Adolescência e drogas**. PINSKY, Marco & BESSA, Antonio (orgs). – São Paulo : Contexto, 2004.

HEIDEMAMN, Francisco G. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento**. In: **Políticas públicas e desenvolvimento** : bases

epistemológicas e modelos de análise / Francisco G. Heidemann e José Francisco Salm, organizadores; Tomás de Aquino Guimarães, apresentação. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2009. 340 p. ; 22,5 cm.

KESSLER et alii. **Psicodinâmica do adolescente envolvido com drogas**. Revista: Psiquiatr. RS, 25'(suplemento 1): 33-41, abril 2003. Recebido em 24/01/2003. Revisado em 11/03/2003. Aprovado em 18/03/2003.

LARANJEIRA, R. et al. **Levantamento Nacional sobre os padrões de consumo de álcool na população brasileira**. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas, 2007.

LARANJO, Thais Helena Mourão; SOARES, Cassia Baldini. **Prevenção ao uso indevido de drogas**. Site Álcool e Drogas sem Distorção. NEAD - Núcleo Einstein de Álcool e Drogas do Hospital Israelita Albert Einstein Disponível em: http://apps.einstein.br/alcooledrogas/novosite/atualizacoes/ac_129.htm Acesso em: 16 de maio de 2012.

LAPATE, Vagner. **Hora Zero**: a independência das drogas – antes que os problemas cheguem. São Paulo: Scortecci, 2001.

LEMONS, Tadeu & ZALESKY, Marcos. **As principais drogas**: como elas agem e seus efeitos. In: Adolescência e drogas. PINSKY, Marco & BESSA, Antonio (orgs). – São Paulo : Contexto, 2004.

LESSA, Maria Bernadete Medeiros Fernandes. **Os paradoxos da existência na história do uso das drogas**. 1998. Disponível em <http://www.ifen.com.br/artigos/1997-bernadete.htm>. Acesso em 20 de dezembro de 2011.

LUIS, Margarita Antonia Villar; LUNETTA, Ana Carolina Fuza. **Álcool e outras drogas**: levantamento preliminar sobre a pesquisa produzida no Brasil pela enfermagem. Rev. Latino-am Enfermagem 2005 novembro-dezembro; 13(número especial): 1219-30. Disponível em: www.eerp.usp.br/rlae Acessado em 29/04/2012. Acesso em 20 de dezembro de 2011.

MARINHO, Mônica B. **O demônio nos “paraísos artificiais”**: considerações sobre as políticas de comunicação para a saúde relacionadas ao consumo de drogas. Interface, Botucatu, v.9 n.17, mar./ago. 2005

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Temas transversais (verbetes)**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=60> Acesso em: 24 de maio de 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Prefácio. In: **Drogas e pós-modernidade** / organizadores, BAPTISTA, Marcos; CRUZ, Marcelo Santo; MATIAS, Regina. – Rio de Janeiro : EdUERJ, 2003. 2v

MOREIRA, F. G. et al. **Redução de danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, 11(3):807-816, 2006 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11n3/30995.pdf> Acesso em: 24 de maio de 2012.

_____. **Situações relacionadas ao uso indevido de drogas nas escolas públicas da cidade de São Paulo**: uma aproximação do universo escolar [dissertação]. São Paulo (SP): Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo; 2003.

NOTO, Ana Regina. **Os índices de consumo de psicotrópicos entre adolescentes no Brasil**. In: **Adolescência e drogas**. PINSKY, Marco & BESSA, Antonio (orgs). – São Paulo : Contexto, 2004.

_____; GALDURÓZ, José C. F. **O uso de drogas psicotrópicas e a prevenção no Brasil**. Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.4 n.1, 1999.

OBID - **Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas**. Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/CONAD/index.php> Acessado em: 17 de outubro de 2011.

OMS - Organização mundial de saúde. **Glossário de álcool e drogas**. Brasília, 2004.

PALHA, A. P., & BUENO, J. R. **Prefácio**. In S. D. Seibel & A. Toscano Jr. (Orgs.), **Dependência de drogas** (pp. IX) São Paulo: Atheneu, 2001.

PEREIRA, Eliane Tozato. **Política Nacional Antidrogas: Subsídios à sua Constituição e Construção**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Espírito Santo, 2003.

PEREIRA, Pablo. **Jornal O estado de são Paulo**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,consumo-de-drogas-legais-e-ilegais-mata-8-mil-pessoas-por-ano-no-pais,831451,0.htm> Acesso em 29 de maio de 2012.

PINSKY, Ilana; SILVA, Maria Tereza Araújo. **As bebidas alcoólicas e os meios de comunicação: revisão de literatura**. Revista ABP-APAL 17(3): 115-121, 1995.

REZENDE, M. M. **Curto-circuito familiar e drogas: análise de relações familiares e suas implicações na farmacodependência**. Taubaté, SP: Cabral Editora Universitária, 1997.

RIBEIRO, M.; Vargas, E.; Alves, M., Guimarães, L. & Moreira, G. **O consumo de substâncias psicoativas em Juiz de Fora-MG**. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 48(9), 405-413, 1999.

RIBEIRO, Tatiana W.; PERGHER, Nicolau K.; TOROSSIAN, Sandra D. **Drogas e adolescência: uma análise da ideologia presente na mídia escrita destinada ao grande público**. Psicol. Reflex. Crit. v.11 n.3 Porto Alegre 1998

RIBEIRO, Wânier Aparecida. **Abordagens Pedagógicas de Prevenção do Uso Indevido de Drogas por Adolescentes: da Prática da Opressão à “Prática da Liberdade”** Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2001. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1872/1/tese.pdf> Acesso em: 04 de outubro de 2011.

SALLES, Leila Maria Ferreira. **As drogas e o aluno adolescente**. In.: AQUINO, Julio Groppa (org.). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

SANCHEZ, Zila van der Meer; OLIVEIRA, Lúcio Garcia de; NAPPO, Solange Aparecida. **Razões para o não-uso de drogas ilícitas entre jovens em situação de risco** Main reasons for non-use of illicit drugs by young population exposed to risk situations. Rev. Saúde Pública 2005; 39 (4): 599-605. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n4/25532.pdf> Acesso em: 11/10/2011.

SANTOS, R. M. S. **Prevenção de droga na escola:** uma abordagem psicodramática. Campinas: Papirus, 1997.

Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo - SEDU. **Currículo Básico Comum – CBC.** Disponível em: http://www.educacao.es.gov.br/web/escola_aberta.htm Acesso em: 30 de julho de 2012.

_____. **Programa Família Presente na Educação.** Disponível em: http://www.educacao.es.gov.br/web/escola_aberta.htm Acesso em: 30 de julho de 2012.

_____. **Programa Escola Aberta.** Disponível em: http://www.educacao.es.gov.br/web/escola_aberta.htm Acesso em: 30 de julho de 2012.

SEIBEL S. D; TOSCANO Jr. **Dependência de drogas.** São Paulo: Atheneu; 2001.

SENAD, Secretaria nacional antidrogas. **Capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias.** Disponível em: http://conselheiros.senad.gov.br/?page_id=12 Acesso em 27 de junho de 2012.

_____, **Capacitação de profissionais das áreas de saúde e assistência social.** Disponível em: <http://www.supera.org.br/senad/mod/page/view.php?id=2> Acesso em: 27 de junho de 2012.

SERRA-PINHEIRO, Maria Antonia; SCHIMITZ, Marcelo; MATTOS, Paulo. **Transtorno desafiador de oposição:** uma revisão de correlatos neurobiológicos e ambientais, comorbidades, tratamento e prognóstico. Revista Brasileira de Psiquiatria, v.26, n.4, p273-276. Dez. 2004.

SIAB - **Sistema de Informação da Atenção Básica Secretaria de Saúde do Espírito Santo**. Disponível em: <http://www.saude.es.gov.br/default.asp> Acesso em: 29 de março de 2012.

SILVA, F. A., SILVA, E. S.; MEDINA, J. **Uso de drogas psicoativas: teorias e métodos para multiplicador prevencionista**. Rio Grande: CENPRE, 2005.

SILVEIRA, D. X. **Drogas: uma compreensão psicodinâmica das farmacodependências**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

SILVEIRA. **Um guia para a família**. Brasília: Presidência da República, SENAD; 2000. Publicação 1, série diálogo.

SOARES, C. B.; JACOBI P. R. **Adolescentes, drogas e AIDS: avaliação de um programa de prevenção escolar**. Cadde Pesqui, 2000.

SODELI, Marcelo. **Uso de drogas e prevenção: da desconstrução da postura proibicionista às ações redutoras de vulnerabilidade / Marcelo Sodelli**. – São Paulo : Iglu, 2010.

SUPERA. **O uso de substâncias psicoativas no Brasil: epidemiologia, legislação, políticas públicas e fatores culturais: módulo 1 / coordenação do módulo Tarcisio Matos de Andrade**. – 3. Ed. – Brasília : Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2009. (SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e acompanhamento / coordenação geral Paulinha do Carmo Arruda Vieira Duarte, Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni).

TOZZI, Devanil; BOUER, Jairo. **Prevenção também ensina? In: Drogas na escola alternativas teóricas e práticas**. (org.) AQUINO, Julio Groppa. Summus editorial Ltda. São Paulo, 1998.

UNODC. **Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime - UNODC** – Disponível em: http://www.antidrogas.com.br/ind_unodc.php Acesso em: 10 de agosto de 2012.

VELOSO, Laís; CARVALHO, Jane e SANTIAGO, Luciana. **Redução de danos decorrentes do uso de drogas:** uma proposta educativa no âmbito das políticas públicas. IN: BRAVO, Maria Inêz Souza [et al] (orgs). **Saúde e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

VIEIRA, Rejane Esther. **Democracia e políticas públicas:** o novo enfoque da gestão pública na construção de espaços públicos de participação no estado de direito no Brasil. disponível em: revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br Acesso em: 27 de novembro de 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2011** : os jovens no Brasil /Julio Jacobo Waiselfisz. -- são paulo : Instituto sangari ; Brasília, DF : Ministério da Justiça, 2011. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2011/MapaViolencia2011.pdf> Acesso em: 10 de agosto de 2012.

WEBER, Max. **Essays in Sociology**. (Translated, Edited and with an introduction by H.H Gerth and C. Wright Mills). Publicado em 1946 pela Oxford University Press, Inc. Traduzido da sexta impressão (Galaxy Book), 1963. Copyright Oxford University Press, Inc., 1946. Edições brasileiras: 1967, 1971, 1974, 1979. Direitos exclusivos para a língua portuguesa Copyright 1982 by LTC – Livros técnicos e Científicos Editora S.A. Travessa do Ouvidor, 11. Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-040.

ZANOTI-JERONYMO, d. V.; CARVALHO, A. M. P. **Auto-conceito, desempenho acadêmico e avaliação comportamental dos filhos de pais alcoólicos**. Self-concept, academic performance and behavioral evaluation of the children of alcoholic parents. Revista Brasileira de Psiquiatria, v.27, n.3, p.233-236, 2005. SHER, K. J. Psychological characteristics of children of alcoholics. Alcohol Health & Research World, v. 21, n.3, 247-254, 1997.

7. APÊNDICES

7.1. Apêndice A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

“AÇÕES PREVENTIVAS AO USO INDEVIDO DE DROGAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO”

Esta pesquisa, coordenada pela pesquisadora Liana Abrão Romera, tem por objetivo central – conhecer e analisar as ações preventivas ao uso indevido de drogas fomentadas pela SEDU. De uma forma mais específica, busca-se identificar os modos de formação e informação do professor para atuar como elemento multiplicador de ações preventivas na rede, bem como conhecer quais são as relações que se estabelecem no processo de educação sobre o consumo de drogas. Para que os objetivos do estudo sejam atingidos é necessária a aplicação de entrevistas junto aos representantes da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo.

Este documento está impresso em duas vias, sendo que uma ficará com o pesquisador responsável e outra será entregue ao participante. Informe:

A qualquer momento poderá buscar junto ao Pesquisador Responsável esclarecimentos quanto ao objetivo da pesquisa e relativos ao método e/ou quaisquer outras dúvidas que surgirem durante as sessões;

As entrevistas serão transcritas e posteriormente citadas no corpo do trabalho, portanto, solicito sua autorização para a divulgação do conteúdo de sua entrevista e/ou de seu questionário, que muito contribuirá para a realização desse trabalho.

Caso concorde em participar do estudo, sua identidade e os dados coletados serão mantidos em sigilo, sendo os mesmos utilizados somente para o desenvolvimento da pesquisa, mantendo-se a confiabilidade e a privacidade dos sujeitos;

Os voluntários da pesquisa poderão se recusar a continuar a participar da pesquisa e retirar seu consentimento em qualquer fase da mesma;

Não existem riscos previsíveis para a participação na pesquisa. Entretanto, serão tomados todos os cuidados éticos no sentido de se evitar qualquer tipo de exposição desnecessária na condução da pesquisa, assim como será garantido o direito de obter indenização, caso essa garantia seja violada;

Não haverá gastos decorrentes da pesquisa para os entrevistados e os resultados serão utilizados apenas para fins científicos.

Os dados desta pesquisa poderão beneficiar os sujeitos pesquisados de forma, uma vez que os resultados alcançados poderão subsidiar futuras políticas de e ações de prevenção ao uso abusivo de drogas.

Prof. Michelli Coutinho Devens.....

Prof. Dra. Liana A Romera

Pesquisadora Responsável (Fone para contato _____ ramal _____)

Consentimento da participação da pessoa como sujeito

Eu,..... RG
..... abaixo assinado, concordo voluntariamente em participar do estudo “Atividade física e lazer: possíveis relações entre uso abusivo de drogas em pacientes de comunidades terapêuticas”, declaro ainda que fui devidamente informado e esclarecido pelo Pesquisador Responsável sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Local e data
.....

Endereço RG
.....

Assinatura
.....

7. 2. Apêndice B

Vitória, __ de _____ de 201__.

Exmo. Professor Klinger Marcos Barbosa Alves

Secretário de Educação do Estado do Espírito - SEDU.

Eu, _____, brasileira, CPF sob o nº _____, aluna do programa de pós-graduação (mestrado) em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, por ocasião do desenvolvimento da pesquisa de mestrado “Ações preventivas ao uso indevido de drogas da Secretaria De Educação do Estado do Espírito”, solicito, vossa autorização para coleta de dados junto a esta instituição.

Esta pesquisa, coordenada pela pesquisadora Prof. Dra. Liana Abrão Romera, tem por finalidade conhecer e analisar as ações preventivas ao uso indevido de drogas fomentadas pela SEDU. De uma forma mais específica, busca-se identificar os modos de formação e informação do professor para atuar como elemento multiplicador de ações preventivas na rede, bem como conhecer quais são as relações que se estabelecem no processo de educação sobre o consumo de drogas. Caso concorde em participar do estudo, ou designar outro responsável, asseguro que a identidade e os dados coletados serão mantidos em sigilo, sendo os mesmos utilizados somente para o desenvolvimento da pesquisa, mantendo-se a confiabilidade e a privacidade dos sujeitos e instituição.

Não haverá gastos decorrentes da pesquisa e os resultados serão utilizados apenas para fins científicos.

Os dados desta pesquisa poderão beneficiar os sujeitos pesquisados de forma direta, uma vez que os resultados alcançados poderão contribuir para novos modos de intervenção, e de forma indireta ao subsidiar futuras políticas de prevenção ao uso e abuso de drogas.

Atenciosamente,

Professora: Michelli Coutinho Devens
Mestranda do PPGEF/UFES

Prof. Dr. Otávio Tavares
Coordenador do PPGEF/UFES

7.3. Apêndice C

QUESTIONÁRIO

1. Qual é o seu envolvimento, a profundidade da sua representatividade na SEDU?
2. Você acredita que a SEDU fomenta a participação da comunidade no dia-a-dia escolar? Por que e como?
3. Você entende como necessário desenvolver programas de prevenção na escola?
4. Você participa de ações de cunho preventivo ao consumo abusivo de drogas desenvolvidas pela SEDU?
5. A SEDU desenvolve algum programa ou ação de prevenção ao consumo abusivo de drogas?
6. Qual política e objetivos são centrais na gestão deste tipo de programa aqui na SEDU?
7. Houve alguma avaliação do(s) programa(s) de prevenção desenvolvido(s)?
8. Quais eram as principais características deste(s) programa(s)?
9. Qual metodologia foi utilizada?
10. Você percebe flexibilidade para redirecionar o currículo para contemplar a prevenção do uso indevido de drogas na escola? Como?
11. Caso não haja programas e ações de prevenção ao consumo abusivo de drogas desenvolvido pela SEDU, quais seriam os agentes impeditivos para a realização do mesmo?
12. Como a SEDU tem preparado a escola para lidar com a prevenção?
13. A SEDU tem buscado investir na preparação de professores para trabalhar a prevenção do uso de drogas? Como?
14. A SEDU tem fomentado junto com a escola a participação da comunidade em discussões a respeito da prevenção do consumo indevido de drogas? Se sim, como?

15. Há algum tipo de parceria, ou melhor, de políticas intersetoriais entre as secretarias para desenvolver projetos de prevenção do consumo abusivo de drogas?
16. Há mais alguma consideração que você gostaria de fazer a respeito da atuação da SEDU frente à questão da prevenção do consumo indevido de drogas e que não foi contemplada na entrevista? Qual(is)?